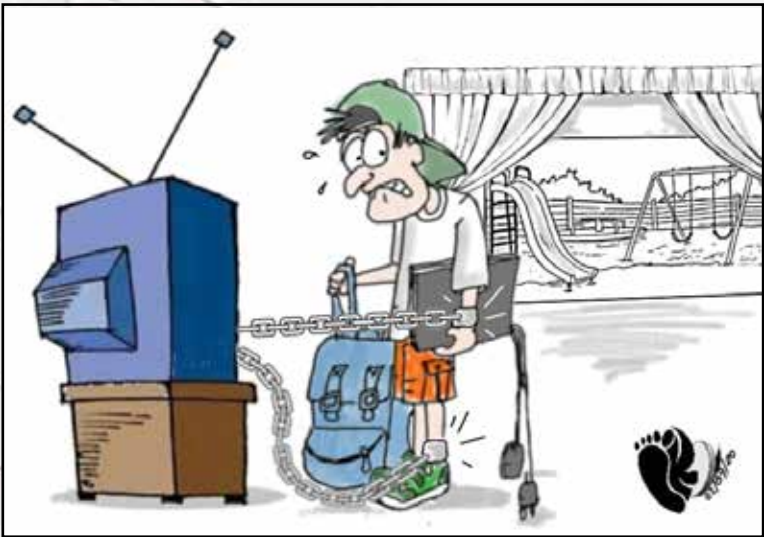


Bernardo Kestring
Geraldo Balduino Horn
Luiz Carlos Paixão da Rocha
Sebastião Donizete Santarosa
(organizadores)

AULAS

não presenciais

em tempos de **pandemia**



improviso, exclusão
e precarização
do ensino no Paraná



Copyright© 2020 dos autores
Todos os direitos reservados.

EDITORIAL

Marli Barros Dias
Patrícia V. C. de Marotta

PRODUÇÃO EDITORIAL

Giuliano Ferraz

REVISÃO

Sebastião Donizete Santarosa

PROJETO GRÁFICO

Lorran Nery Leal

ILUSTRAÇÕES

Cyrilo Oliveira Júnior

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Mona Youssef Hammoud – CRB/ 9ª -1393

K92a

KESTRING, Bernardo (org.) [et.al] Aulas não presenciais em tempos de
Pandemia: Improviso, exclusão e precarização do ensino no Paraná.
Curitiba: Platô Editorial - PTBR
207p.

ISBN: 978-65991019-4-6

1. Ensino
2. Pandemia
3. Precarização
4. Exclusão. Título.

CDD.:616.92

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS À
PLATÔ EDITORIAL
CURITIBA — PR
WWW.PLATOEDITORIAL.COM

Bernardo Kestring
Geraldo Balduino Horn
Luiz Carlos Paixão da Rocha
Sebastião Donizete Santarosa
(ORGANIZADORES)

Aulas não presenciais em tempos de pandemia

improviso, exclusão e precarização
do ensino no Paraná



Platô
Editorial

CONSELHO EDITORIAL

Ademir Aparecido Pinhelli Mendes – UNINTER

Alécio Donizete da Silva – UFMT

Anderson Luiz Tedesco – UNOCHAPECÓ

Arilda Arboleya – ISULPAR

Carmen Lúcia Fornari Diez – UNIPAC

Claudio Almir Dalbosco – UPF

Dalton José Alves – UNIRIO

Edson Teixeira de Rezende – FESP-PR

Filipi Vieira Amorim – FURG

Giselle Moura Schnorr – UNESPAR–UV

Jorge Fernando Hermida – UFPB

Jorge Luiz Viesenteiner – UFES

Maurílo Gadellha – IFRN

Maurini de Souza Alves Pereira – UTFPR

Patrícia Del Nero Velasco – UFABC

Pedro Ângelo Pagani – UNEP

Regis Clemente da Costa – UEPG

Rodrigo Marcos de Jesus – UFMT

Rodrigo Pelloso Gelamo – UNESP

Convite à leitura

Não se lê este livro com indiferença. Em primeiro lugar porque ele trata do mundo que estamos vivendo. Não se vive o tempo de uma pandemia sem que ela o toque, que ela sensibilize aqueles que dedicam sua vida à educação, até mesmo quando esta é compreendida como mera transmissão de informações. O que obviamente ela não é, razão por que este livro é resistência de professores num tempo em que a esclerose da sensibilidade impõe, no Paraná e em outros estados, um ensino remoto de forma atabalhoada.

Também não se lê este livro sem dor. Uma dor profunda pelo tratamento dado tanto a professores quanto a estudantes do ensino básico. A visão empresarial da educação, que ganha adeptos país afora, corrói as relações pedagógicas, submetendo-as ao imperativo do lucro – tenha ele a forma do dinheiro, tenha ele a forma da ascensão nas tabelas de notas mal concebidas e mal enjambradas nas avaliações de larga escala.

Aqui o leitor encontrará não só a sabedoria que reflete sobre os fins últimos de toda busca científica; também encontrará o relato dolorido da angústia, do temor ante o terror da imposição e a certeza de um ativismo que apenas se faz para garantir uma publicidade oca de autoridades canhestras.

Os textos que compõem este livro foram escritos por professores que lutam por uma sociedade livre, em que ninguém tenha que agir por temor aos ‘príncipes regentes’ do momento [porque assim age quem impõe como se soberano fosse], nem por medo de perder seu emprego ameaçado, nem por buscar a recompensa de um afago. Uma sociedade livre, buscada pela ciência e pela sabedoria, há de ser aquela em que ninguém seja obrigado a dizer que agiu sob coação. A coação é a única forma de agir do tirano, porque sabe que não conquista nem almas nem corações.

João Wanderley Giraldi

Caro(a) leitor(a),

É com alegria e entusiasmo que apresentamos o livro “AULAS NÃO PRESENCIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA: improviso, exclusão e precarização do ensino do Paraná”. Escrito de forma coletiva, este livro apresenta importantes retratos e reflexões sobre o momento crítico que atravessa a educação pública do estado do Paraná e de todo o país.

O projeto do livro nasceu de uma iniciativa do coletivo de educadores e de educadoras do coletivo APP-Independente preocupados com o quadro de crescente precarização do ensino público e de desvalorização do trabalho educativo no Paraná, o qual vem se acentuando nos últimos meses com o processo de implantação das aulas não presenciais na rede pública estadual.

Como medida de proteção contra a pandemia do coronavírus, as aulas presenciais foram suspensas por decreto governamental em todas as escolas do estado a partir do dia 20 de março de 2020. Houve, inicialmente, a antecipação do recesso escolar de duas semanas programado para o mês de julho. Cumprido esse período, já no dia 06 de abril de 2020, sem nenhum diálogo com o conjunto dos educadores, o governo deu início ao projeto de aulas a distância. Em meio a informações e a desinformações, a improvisos e a remendos, o projeto imposto começou a funcionar.

Ao custo de R\$70,00 a hora-aula, o governo contratou professores da própria rede estadual para gravarem aulas de todas as séries e de todas as disciplinas da matriz curricular. Essas aulas passaram a ser disponibilizadas aos estudantes através de canais de televisão aberta (a Rede Record) e de três plataformas digitais (o YouTub, o Aplicativo Aula Paraná e Google Classroom).

De acordo com o modelo implantado, a Secretaria de Educação oferece aulas prontas a todos os estudantes de todas as escolas do Estado. Os estudantes, por sua vez, acompanham as aulas pela tevê ou pelas plataformas digitais e respondem às atividades

propostas pela própria Secretaria de Educação. Aos professores cabe a tarefa de controle da participação dos estudantes, ficando encarregados de promover interações pelo aplicativo Classroom, de verificar se os alunos estão participando das aulas e fazendo as atividades propostas, de preencher o registro de presença, de propor outras atividades que julguem necessárias e de lançar notas. Ainda aos professores cabe a organização de atividades a serem impressas e entregues nas escolas para os estudantes que não possuem acesso à internet.

Aparentemente, trata-se de um projeto simples e exequível, mas apenas aparentemente. Quem conhece a complexidade dos processos de ensino e de aprendizagem já deve imaginar o drama que a implantação autoritária desse projeto representou e está representando aos profissionais da educação e aos estudantes do Paraná.

O projeto inicial do livro ganhou fôlego com o apoio do NESEF – Núcleo de Estudos sobre o Ensino de Filosofia, da UFPR, com o qual temos realizado importantes trabalhos de formação junto aos professores, professoras, funcionários e funcionárias das escolas de nosso Estado.

O livro reúne contribuições e reflexões de pessoas, em sua maioria educadores e educadoras, com diferentes trajetórias de vidas, espaços de atuação e de trabalho, mas irmanados pelo compromisso ético, político e profissional com a educação pública de qualidade e com a defesa de um projeto de sociedade inclusivo e emancipador.

Desejamos que o livro possa, além de contribuir para reflexão e análise dos dilemas da política educacional vivenciados neste momento histórico marcado por grave crise sanitária e social, possa também se consolidar como um instrumento de luta, capaz de produzir encanto, ânimo e esperança na organização coletiva como forma de fazermos a travessia em direção a uma educação pública de qualidade, humanizadora e emancipatória.

Por fim, nosso agradecimento aos autores e autoras dos textos que compõem este livro pelo ótimo trabalho realizado. Nosso agradecimento especial ao professor Geraldo Balduino, do NESEF, à diretoria do Núcleo Sindical da APP Curitiba Norte e ao professor e chargista Cyrillo Oliveira Júnior. Vocês foram fundamentais para concretização deste projeto.

Uma boa leitura!

*Coletivo APP-Independente,
Democrática e de Luta*

Sumário

APRESENTAÇÃO	
Esquerda voltar! Posição: “Enfrentar e Resistir”!	11
<i>Geraldo Balduino Horn</i>	

CAPÍTULO I	
A implantação das aulas não presenciais no Paraná: uma crônica de morte anunciada	36
<i>Luiz Carlos Paixão da Rocha</i>	

CAPÍTULO II	
O papel social da educação em tempos de crises humanitárias	55
<i>Pedro Elói Rech</i>	

CAPÍTULO III	
A ead imposta e a negação do aprendizado	71
<i>Romeu Gomes de Miranda</i>	

CAPÍTULO IV	
Uma pedagogia em tempos de pandemia: a pedagogia da correspondência em Paulo Freire	76
<i>Rogério Rech</i>	

CAPÍTULO V	
“Meia boca, a gente já está dando aula para inglês ver, certo!”: as atividades a distância no Paraná e o desrespeito ao direito à educação	85
<i>Daniela Fernandes da Silva</i>	
<i>Karina Lane Viane Ramalho de Sá Furlanete</i>	
<i>Paula Gerez Robles Campos Vaz</i>	
<i>Rogério Nunes da Silva</i>	

CAPÍTULO VI	
Todos precisam estar incluídos	109
<i>Ana Paula Noffke</i>	

CAPÍTULO VII

A (pseudo) educação (a distância) nos tempos da Covid-19 – sob a ótica dos docentes 118

Silmara Quintino

CAPÍTULO VIII

Reflexões sobre educação no contexto de pandemia 133

Adriana Pellanda Gagno

Amanda Lays Monteiro Inacio

João Batista Martins

Mariita Bertassoni da Silva

Pedro Braga Carneiro

CAPÍTULO IX

Condição dos/as estudantes com deficiência nas Aulas

Paraná – relato de experiência 138

Claudia Gallert

CAPÍTULO X

Quem vai pagar essa conta? 152

Thaís Catharin

CAPÍTULO XI

EAD – a ponta do iceberg da precarização da escola pública 160

Josiene Cruz

CAPÍTULO XII

Precarização do trabalho docente no paraná: desafios para o movimento sindical no contexto da pandemia 173

Acleilton Ganzert

POSFÁCIO

Da educa o em tempos de pandemia, sobre onde estamos e onde queremos chegar como sujeitos da nossa História 187

Bernardo Kestring

Sebastião Donizete Santarosa

CURRÍCULO RESUMIDO DOS(AS) AUTORES(AS) 199

ÍNDICE REMISSIVO 204

APRESENTAÇÃO

Esquerda volver! Posição: “Enfrentar e Resistir”!

Geraldo Balduino Horn

[...] esse processo de formação do homem que constitui o conteúdo da história já não se manifesta como contradição entre homem e sua essência, mas sim como contradição das forças produtivas com as relações sociais por elas criadas. “[...] não é atividade prática pura, mas sim o terreno em que se verifica a unidade do pensamento e da ação” (VÁZQUEZ, 1990, p. 170).

Caro leitor(a), começo esta apresentação com um pensamento de Adolfo Sánchez Vázquez, que encontramos em sua obra *Filosofia da Práxis* (1990), no qual assevera, a partir de Marx, que o processo de formação humana é eminentemente histórico-social e se produz por meio das contradições entre as forças produtivas e as relações sociais por elas demandadas. Isso mostra

que a reflexão teórica que realizamos sobre uma determinada realidade – seja ela social, política, econômica ou educacional – pela sua própria natureza, não pode ser entendida como uma mera teorização abstrata ou elucubração teórica. Quando nos debruçamos para desvendar um problema ligado a nossa existência humana, à prática social, não o pesquisamos de modo neutro como querem os defensores do positivismo, o pós-positivismo e os teóricos da lógica formal. Teoria e prática são elementos indissociáveis, caminham juntos. Os resultados das pesquisas e as reflexões delas oriundas partem de princípios e pressupostos tendo na práxis sua referência central. A práxis é a expressão da unidade entre teoria e ação, dimensões distintas do processo de conhecimento, mas indissociáveis. Nesse sentido, conforme já dissemos em outro texto:

A filosofia da práxis considera a reflexão, elaboração conceitual crítica comprometida com a superação da realidade opressora, superação da barbárie, da redução da teoria ao determinismo da experiência, ou seja, a prática social tem supremacia na dinâmica histórica. Esse entendimento é próprio do pensar dialético que busca explicitar as relações entre conhecimento, poder e dominação. A teoria não é espelho descritivo da realidade, é fruto da relação sujeito-objeto e contém em si elementos desta realidade: é representação, cultura, valores, é práxis histórica. (HORN; MENDES, 2018, p. 46).

Ainda para reforçar esse “lugar” de onde pensamos e falamos, lembrei de dois pensamentos de Agnes Heller, que estão na sua obra *A Filosofia Radical* (1983). No primeiro, ela afirma que a Filosofia (no caso, a radical) deve ser assumida como uma teoria crítica da sociedade. Não como uma teoria qualquer, mas como crítica “dotada de consciência histórica”, comprometida em investigar a origem da estrutura social do presente. Em outro momento, ela complementa dizendo “A filosofia radical deve se tornar práxis para que a práxis se torne teórica, para que os homens possam se elevar ao nível da discussão filosófica, antes

que seja tarde demais.” (HELLER, p. 158). Nesse sentido, podemos dizer que todas as teorias e reflexões produzidas sob essa perspectiva podem ser compreendidas como diagnóstico de uma determinada época, de um determinado tempo e espaço.

O livro que está chegando as suas mãos hoje é, justamente, uma síntese dos sentidos empregados por Vázquez e Heller à teoria como expressão de uma crítica histórica e social. Teoria que não separa pensamento de ação, trabalho intelectual engajado de tempo presente, teoria de prática. Toda e qualquer investigação é sempre “dotada de consciência histórica” e por isso é radical, isto é, procura tomar os problemas da existência humana (em todos os tempos, espaços e culturas) pela raiz. Tomar o problema pela raiz não é outra coisa senão, como já dizia Marx, tomá-lo pela própria natureza humana. Ser radical na análise do fenômeno não é um defeito, mas uma qualidade de quem busca conhecer o problema na sua totalidade. Melhor dizendo, a solução dos problemas humanos se encontra no próprio ser humano, na própria constituição de seu ser social.

Algumas notas iniciais de esclarecimento e alerta ao leitor(a) que nos acompanha:

- i. Os textos apresentados neste livro, embora todas as temáticas abordem de uma ou outra forma a EaD, atividades remotas, sistema online de ensino, home office, entre outras expressões que remetem a ideia de educação a distância, nenhum deles ocupou-se em discutir e diferenciar conceitualmente essas terminologias tão presentes em nosso vocabulário hoje. De certa forma, isso tem a ver com as mudanças impulsionadas pelo uso e incorporação de tecnologias no processo produtivo (material ou imaterial) e, por conseguinte, nas novas formas de ensinar. Esse não é um problema em si mesmo, uma vez que decorre do processo de desenvolvimento material da sociedade. O problema está, de um lado, no deslocamento abrupto do modo de ensinar e aprender provocado pelo isolamento social da pandemia do Covid-19 e, de outro, pela falta de

infraestrutura e de políticas educacionais voltadas à formação continuada de professores e gestores para atender e enfrentar minimamente as demandas decorrentes da atual conjuntura política e educacional.

- ii. Essa nova maneira de ensinar sem a presença dos estudantes, sem a sala convencional, sem a escola em movimento, a biblioteca, os corredores, o pátio e a sala de professores em ação, da forma como conhecemos e nos habituamos, exige de nós um total e estranho deslocamento. É disso que se trata aqui. Sem dúvida, é necessário e urgente tratar de modo sistemático esse campo conceitual para distinguir educação a distância de atividades remotas, ensino híbrido, home office, home working, entre outras tantas expressões que estão surgindo. (iii)
- iii. Exigir essa distinção aqui seria pedir muito, não é este o objetivo e a intenção do livro. No entanto, fica desde já a provocação e a sugestão aos autores(as) para um estudo sistemático no qual possamos, inclusive, mostrar que nem o secretário de educação nem sua equipe tem se debruçado seriamente sobre o tema, ao contrário, intencionalmente ou não, parte da confusão vem dos documentos oficiais que orientam as práticas pedagógicas em curso neste momento na rede pública de ensino no Paraná. O que desde já podemos afirmar é que os gestores confundem EaD com atividades remotas voltadas a atender a estudantes matriculados que podem e querem acompanhar aulas gravadas e mediadas pelos professores a partir de suas casas.
- iv. EaD é compreendida como uma modalidade de oferta de cursos que possui procedimentos metodológicos próprios e um processo didático-pedagógico específico. É fundamental, por exemplo, criar espaços formativos apropriados aos propósitos da educação a distância (ambientes colaborativos, ambientes de interação, etc). Entre outros requisitos, necessita de materiais apropriados com linguagem e conteúdos preparados de acordo com as modalidades ofertadas. Não há educação a distância sem docentes e tutores

preparados de acordo com o *modus operandi* exigido por esse tipo de modalidade. Ademais, implica ter procedimentos bem definidos em relação ao acompanhamento e avaliação dos estudantes, bem como plataformas digitais e outros recursos tecnológicos, tempos e espaços adequados, por exemplo. Assim sendo podemos nos perguntar: isso foi ou é objeto, de fato, uma preocupação efetiva dos atuais gestores da educação pública paranaense?

As análises e as abordagens históricas, filosóficas, sociológicas e pedagógicas que você encontra neste livro são o resultado de reflexões produzidas por professoras e professores que há anos atuam na educação – especialmente com o ensino médio –, e lutam por um ensino gratuito, leigo, público, de qualidade e socialmente referenciado. Este projeto editorial se inscreve nesse espírito do trabalho coletivo e da luta por um mundo melhor em que “vidas importam”. Nasce em meio à crise do modelo capitalista de produção em tempos de pandemia do Covid-19. Nasce dos problemas gerados pelo *modus operandi* do sistema econômico brasileiro concentrador de renda e ao mesmo tempo dependente e aliado ao sistema financeiro e produtivo de exploração máxima do trabalho humano. Os textos, a partir de diferentes perspectivas críticas sobre o problema do ensino EaD e das atividades remotas implementadas pela Secretaria de Educação do Paraná desde o dia 6 de abril de 2020, retratam os impactos negativos que a política educacional paranaense dos últimos anos – em especial, do atual governo – vem causando à atuação dos professores(as) e à formação dos(as) estudantes.

No conjunto, os capítulos deste livro constroem um diagnóstico e um cenário do pragmatismo gerencial das políticas neoliberais que ganharam força no Paraná a partir de 2010 com o governo de Beto Richa e atualmente levadas às últimas consequências pelo governo de Ratinho Júnior. Há aqui um retrato da total desresponsabilização do Estado para com a coisa (*res*) pública, da mudança de concepção de gestão educacional protagonizada hoje com forte presença de institutos e fundações privadas. As

análises e reflexões mostram como a política gerencial em vigor destrói significativamente a autonomia pedagógica das escolas, deteriorando as condições de trabalho docente e, por conseguinte, da formação dos estudantes – prestando, em última instância, um desserviço à sociedade paranaense.

Embora os resultados dos estudos e das pesquisas apontem especialmente para o cenário político do estado do Paraná, eles não prescindem de uma análise conjuntural e estrutural mais ampla. A título de exemplo, menciono o capítulo sobre EaD produzido por Luiz Carlos Paixão, que mostra, a partir de estudos divulgados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que a maioria das redes públicas de ensino em todo país estão realizando aulas a distância durante esse período de isolamento social. Ele aponta, dentre outros problemas decorrentes dessa prática, para as dificuldades de acesso aos recursos tecnológicos por parte de um significativo grupo de estudantes, tanto no Paraná quanto no Brasil como um todo. Conclui o texto questionando qual será o papel da escola, da educação, do conhecimento científico e do ensino no cenário pós-pandemia. Da mesma forma, o texto de Pedro Elói chama atenção para o fato de que a educação no Paraná foi desvirtuada pelo projeto neoliberal, uma tendência presente também na educação nacional. Por ele conhecemos uma educação que reduz o ser à condição de mero “capital humano” a ser treinado de acordo com os interesses do mercado.

Constam nestas páginas outras análises, que recorrem à conjuntura nacional e até mesmo internacional, para melhor entender e contextualizar problemas circunscritos – do ponto de vista da pesquisa e das reflexões –, na prática do ensino em sala de aula e no cotidiano escolar. Razão por que farei uma incursão nos acontecimentos mais recentes e mesmo “a quente” da história em curso no Brasil.

O Paraná tem se comportando politicamente, desde o golpe de 2016 (e os que sucederam), fiel escudeiro do governo federal, seja em relação à violência praticada contra servidores públicos

(em especial os profissionais da educação), seja aprovando leis que retiram direitos históricos dos trabalhadores em educação e terceirizando serviços públicos essenciais.

A crise no Brasil (e no mundo do mercado em geral) é muito anterior ao Covid-19. Desde o segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2014, as elites brasileiras instauraram um sistemático e agressivo combate contra os setores populares da sociedade civil organizada e contra os governos que não representavam os interesses do capital, para além da esfera federal, os governos progressistas municipais e estaduais, fossem eles do PT, do PSOL ou de algum outro partido de centro-esquerda. Todos passaram a ser considerados, de uma hora para outra, partidos comunistas, muito perigosos e que colocavam em risco a democracia brasileira. Passaram a ser bombardeados por acusações infundadas, ideológicas e mentirosas. Muitas invenções miraculosas, fantasias de toda ordem, inspiradas nas ideias do “orientador espiritual” da família Bolsonaro, mente criminoso de um caçador de pombos chamado Olavo de Carvalho.

A história do Brasil mais recente mostra que o golpe deflagrado contra Dilma Rousseff, em 2016, foi provocado por uma junção de fatores e manobras jurídicas e institucionais que tiveram o apoio incondicional da grande mídia, em especial, da Rede Globo de Comunicações. Tratava-se de colocar o Brasil no rumo certo, nos eixos do desenvolvimento econômico e, é claro, tirá-lo das mãos dos comunistas. A narrativa central da defesa de interrupção do governo via impeachment deu-se por meio de um acordo das elites políticas (representantes do capital industrial e financeiro) e de um segmento da classe média moralista insatisfeita com os rumos do país em relação à economia e àquilo que denominavam de “corrupção” enxergando na Lava Jato a salvação da “pátria amada Brasil”.

Consumado o golpe, o “centrão” agiliza sua agenda das reformas prometidas. A começar pela reforma do ensino médio, depois a reforma trabalhista e em seguida a reforma da previdên-

cia – todas previstas no projeto do MDB de Temer, denominado “Ponte Para o Futuro”, que prometia tirar o Brasil do buraco. Quem não se lembra? Fato é que, por um lado, com essas medidas a crise não diminuiu, ao contrário, ela se aprofundou justamente por ser estrutural e, por conseguinte, determinada por questões econômicas ligadas ao sistema de produção capitalista. Por outro, as elites não conseguiram viabilizar uma candidatura que pudesse representá-la equacionando a crise econômica e política. Na prática, as reformas, como previsto pelos economistas sérios, em nada contribuíram para amenizar o desemprego, o crescimento do trabalho precarizado e o aumento substantivo da população em estado de vulnerabilidade social – abaixo da linha de pobreza. Se as elites não conseguiram até o momento levar às últimas consequências o projeto de reforma do Estado, conseguiram, no entanto, fazer um estrago na vida dos brasileiros com as reformas aprovadas. Foram vários golpes sucessivos que, aliás, continuam até hoje.

Vejamos o caso da reforma do ensino médio. Não é de hoje que Brasil se depara com modelos curriculares que procuram minimizar a formação humana suprimindo ou diminuindo a carga horária das disciplinas das humanidades. As reformas do ensino médio e superior, principalmente, ocorreram sob forte influência de modelos estrangeiros. O teor do texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 5.692/1971, é um claro exemplo da influência de países estrangeiros – no caso os EUA. Hoje toma-se como referências para implementação da BNCC a Noruega, a Finlândia e outros países europeus sem considerar as profundas diferenças econômicas e sociais entre esses países e o Brasil, sem nenhum critério de natureza cultural, social e de desenvolvimento econômico.

No passado, a referência era os Estados Unidos. Por quê? Não é difícil intuir. O que, segundo as elites representadas pelos “burocratas de plantão” de Brasília, funcionava lá fora, deveria também funcionar aqui. As diferenças econômicas, sociais, cul-

turais e históricas não eram e não são levadas em conta. Tudo é possível, afinal estamos num mundo globalizado – assim pensam e assim agem legisladores, em geral, mal preparados para o cargo que ocupam. No caso da lei em “anos de chumbo”, o argumento tinha a ver com a “cooperação” dos Estados Unidos com a educação brasileira, mediante acordos do MEC com a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Quer dizer, o Brasil passou, então, a receber assistência técnica e cooperação financeira que resultaram nas leis 5.540/68 (ensino universitário) e 5.692/71 (chamado na época de ensino de 1º e 2º graus). Sob o signo do desenvolvimento, realizou-se a inclusão generalizada de disciplinas técnicas no currículo, o que exigiu a exclusão de outras, principalmente das disciplinas das humanidades, tornando a formação técnica compulsória.

As disciplinas do campo das humanidades sofreram um golpe mortal no período da ditadura empresarial-militar com a aprovação da Lei nº. 5.692/71. Essa reforma educacional provocou um despojamento da formação de massa crítica no país por meio da redução da carga horária de matérias que instigavam à reflexão. Da mesma forma, a atual reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017) provoca um profundo esvaziamento no processo de formação cultural e humana dos jovens e adultos que frequentarão as escolas nos próximos anos.

A Lei 13.415/17 cria um grande problema para os diretores e equipes pedagógicas das escolas, à medida em que estabelece e reconhece a existência apenas das disciplinas de Matemática e de Língua Portuguesa (e Inglês a partir do sexto ano) com conteúdos e métodos próprios, descaracterizando as demais disciplinas dos diferentes campos científicos (Biologia, Física, Química, Geografia e História) em componentes e “estudos e práticas” (Filosofia, Sociologia, Educação Física e Arte), e à medida em que cria os “itinerários formativos” (formação específica por área do conhecimento), relegando a responsabilidade da organização curricular aos sistemas de ensino. Isto é, impõe uma reorganização curricular

dificultando a distribuição da carga horária na grade curricular, criando por conseguinte um enorme descontentamento entre os(as) professores(as). Isso, certamente, provocará uma grande disputa por espaço entre os(as) docentes.

Como a lei delega aos sistemas de ensino (secretarias de educação, conselhos estaduais de educação e diretores das escolas) a regulamentação das propostas curriculares, acredito residir aí uma possibilidade de resistência por parte das escolas para garantir uma proposta curricular que mantenha a presença dos conteúdos das áreas de humanas e de ciências. Em tempo, as escolas podem se organizar com professores(as) e estudantes para opor posições aos organismos oficiais (SEED e CEE), bem como estruturar proposições reivindicativas, na medida do possível, unificadas por núcleos regionais. É extremamente relevante que a APP-Sindicato, as associações de pais e mestres, os setores de educação e coordenações dos cursos de licenciatura do ensino superior cumpram uma função de liderança no debate e na construção de alternativas que possam salvaguardar a formação humana dos jovens e adultos que frequentam os bancos escolares no ensino médio. Não vimos isso acontecer, com algum grau de determinação, até o presente momento. Ocorreram eventos fora e dentro da universidade, por iniciativa de alguns núcleos regionais e centros acadêmicos, e um curso sobre a Lei 13.415/17 e a BNCC organizado pelo NESEF (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino de Filosofia) e o Observatório do Ensino Médio em parceria com a da APP-Estadual. Na prática, isso ainda representa muito pouco quando pensamos na “meia volta volver”.

Por exemplo, o que foi realizado para além de uma meia dúzia de manifestos e cartas, quando a Folha de São Paulo na matéria “Filosofia e sociologia obrigatórias derrubam notas em matemática”, veiculada em 16 de abril de 2018, atribui o mal desempenho dos alunos do ensino médio em matemática ao ensino de Filosofia? Essa pesquisa corroborou com a estratégia da elite conservadora ao propor o desmonte da área das ciências

humanas como conhecimento. Na verdade, todas as medidas e ataques do governo estão interligadas e indicam a mesma direção: destruição dos conteúdos e disciplinas responsáveis pela formação humana-cultural (*Bildung*), seja na educação básica seja no ensino superior. Suprimir a obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e de Sociologia (Lei 11.684/2008) reduzindo-as em “estudos e práticas”; defender a tese de que os cursos de graduação em Ciências Humanas não sejam mais ofertados por universidades públicas, mas exclusivamente pelo sistema privado de ensino (presencial e a distância) com o argumento que são cursos baratos e qualquer um pode pagar; e levantar a hipótese de que a presença do ensino de Filosofia e a de Sociologia prejudica o desempenho dos alunos em Matemática, fazem, seguramente, parte do mesmo plano, do desdobramento do golpe aplicado à educação.

Penso que essa pretensa pesquisa, de fato, não pode ser levada a sério do ponto de vista acadêmico por inúmeras razões que não vêm ao caso desenvolver aqui. Além de tratar-se de uma pesquisa de comparação de dados quantitativos, no mínimo questionáveis, os autores Thais Waideman Niquito e Adolfo Sachsida apoiaram explicitamente todas as medidas antidemocráticas do governo ilegítimo, inclusive, ao golpe de 2016. Não só concordam como reforçam o estado de exceção vigente em nosso país. Sachsida possui ligação direta com políticos como Bolsonaro e com membros do movimento Escola Sem Partido. Isso, por si só, já diz muita coisa.

O golpe na educação, especialmente em relação às disciplinas humanas, vem sendo construído há anos, desde o momento em que, a partir de 2006, o MEC passou a ceder espaço, de um lado, para o movimento Compromisso Todos pela Educação (Grupo Gerdau, Instituto Airton Sena, Banco Itaú, Instituto Leman, etc.) e de outro para o CONSED (Conselho Nacional dos Secretários de Educação). Mas foi com a reforma do ensino médio, por meio da MP 476/2016 e depois transformada na Lei

13.415/2017, que o ataque trouxe à sociedade prejuízos que ainda não conseguimos mensurar.

Entendo que o ataque às disciplinas de Filosofia e de Sociologia ocorra por meio de pesquisas encomendadas por políticos bolsonaristas de extrema direita. Seja transformando-as em “estudo e práticas” por meio de reformas, seja por meio de propaganda explícita de ódio contra os professores, protagonizada pelos agentes do movimento “Revoltados Online” (Escola Sem Partido). Isso representa também um ataque à democracia brasileira e ao Estado de direito democrático. É por essa razão que podemos afirmar tratar-se de um ataque às condições históricas do presente e às possibilidades da construção de uma sociedade mais justa e humana.

A reforma do ensino médio e o texto da BNCC, acompanhados por sucessivos ataques de segmentos conservadores e neoliberais do modelo capitalista vigente hoje, representam um retrocesso e a volta ao passado à medida em que: (a) retoma o princípio central da escola inspirada no modelo de produção taylorista-fordista das primeiras décadas do século XX, combinado com os princípios da flexibilização do “mundo do trabalho” propostos pelo toyotismo; (b) assim como a Lei 5.692/1971, reforça a escola dualista, que investe, por um lado, na capacitação de mão-de-obra para atender às demandas do mercado (visão tecnicista) e, por outro, na formação geral, voltada à formação de quadros dirigentes da sociedade; (c) destrói a escola com ênfase na formação humanística, resultado de vários anos de debate e de reformas do período da redemocratização (entre os anos após a ditadura Vargas e início da ditadura empresarial-militar); (d) representa um duro golpe às conquistas da escola de formação humanística e tecnológica – concepção construída nas três últimas décadas (1985-2016) sintetizada, de alguma maneira, na legislação em vigor concebida por meio do eixo Ciência-Tecnologia-Trabalho-Cultura.

A alta burguesia necessita de políticas de legitimação de seu projeto de poder, razão porque arrisca investir numa aliança, de um lado, com setores do capital ligados a narrativas e práticas

de extrema direita (como Luciano Hang, dono das lojas Havan e o empresário Júnior Durski, proprietário da rede de restaurantes Madero, só pra ficar com dois exemplos); de outro, com setores conservadores, fundamentalistas, obscurantistas e messiânicos do cristianismo, mais especificamente das vertentes neopentecostais da teologia da prosperidade, que buscam no sobrenatural e no transcendente a realização de seu projeto de vida, isto é, de seu “projeto de poder”. Esse consórcio de grupos sequestrou a bandeira nacional sem pedir licença e transformou o verde-amarelo num símbolo contra todos os males produzidos, segundo eles, pela esquerda, pelos comunistas, pelos negros, pelo movimento LGBTI+, pelos movimentos de sem-teto e sem-terra.

Por mais contraditório que aparenta ser, essa aliança busca conciliar ao mesmo tempo posições políticas de extrema-direita imiscuída a um nacionalismo tosco e a uma política econômica ultraliberal (Chicago Boys), com apoio do chamado “centrão” do congresso nacional. Acontece que alguma coisa não está dando certo. O “trem” está desgovernado, o “barco” se perdeu na tempestade e o pedregulho está esfarelado e produzindo “queda de barreira” na estrada do próprio projeto político-econômico burguês. Como a burguesia não vê seu projeto concretizado na direção intuída, ela decide que é hora de saltar do trem, abandonar o barco e desviar o caminho. É o que estamos vendo hoje. O “centrão” é formado por partidos fisiológicos, oportunistas e que operam como mercadores do dinheiro público (negócios de balcão).

Na prática, o bolsonarismo revelou-se uma seita – uma espécie de cruzada santa à la brasileira contra o comunismo, o socialismo e a esquerda de toda ordem formada por negros, indígenas, sem-terras, sem-tetos, LGBTI+ e feministas – que opera por meio de meia dúzia de empresários lunáticos e parte da classe média culturalmente atrasada de um lado, e o fanatismo religioso e as milícias de outro. Esse grupo que se diz “justiceiro” há tempos financia a produção e a circulação de *fake news* e os movimentos

de rua “verde-amarelos” defensores de um governo totalitário, já suplantado pela história. Parte deles, decepcionados após a saída de Sérgio Moro do governo, abandonaram a bandeira e as ruas.

O grande problema reside no fato de que o bolsonarismo acredita que a institucionalidade é um entrave para o desenvolvimento de seu projeto de poder. Projeto que passa pela interrupção da ordem democrática burguesa e pela instauração, em contrapartida, de um regime ditatorial e absolutista. As elucubrações são manifestadas publicamente no contexto de junho de 2020 por Bolsonaro, diante de uma série de denúncias e acusações formalizadas no Supremo Tribunal Federal, relacionadas não só a ele, mas também a seus filhos. Isso é a mais evidente prova de que uma parcela dos brasileiros foi enganada ao legitimar pelo voto uma das mais perigosas “quadrilhas” que tomou de assalto Brasília e tenta sequestrar os mais de 70% de brasileiros que hoje se manifestam contrários à ideologia nazifascista defendida por bolsonaristas em nome de “Deus”, da “Ordem”, da “Pátria” e da “Verdade”. Nada mais ameaçador ao sistema democrático burguês do que esses lemas que de neutralidade não têm nada. Nem mesmo os militares de carreira acreditam mais nesse discurso vago, moralista, ameaçador e fundamentalista. Discurso que nem mesmo considera e incorpora, em significado e significante, os dizeres “Ordem e Progresso” da bandeira nacional, cujo símbolo tanto é venerado que chega a ser banalizado.

Uma análise mais acurada mostra que o lema da nossa bandeira “Ordem e Progresso” é expressão do poderio econômico-militar do final do século XIX, quando da Proclamação da República. A passagem do Brasil Império para o Brasil Republicano é influenciada, de um lado, pelas elites agrárias e pela burguesia comercial e industrial brasileira em formação, e, por outro, impulsionada pelo processo industrial em desenvolvimento na Europa e nos estados da região dos EUA. Poder-se-ia dizer que quem hoje melhor representa o manifesto escrito de nossa bandeira é o mercado fisiologista do chamado “centrão”

do congresso nacional, liderado por Maia na câmara dos deputados e Alcolumbre no senado. Estes são sedentos por aprovar reformas, muitas já consumadas desde o governo de Temer – como a reforma trabalhista, que retirou direitos históricos dos trabalhadores, e a reforma do ensino médio, que alterou a estrutura de financiamento da educação e modificou o currículo adaptando-o aos interesses pragmáticos e utilitários da formação de força de trabalho necessária aos setores produtivos da sociedade. E mais recentemente, com a mesma lógica, foi aprovada a reforma da previdência.

Na verdade, a lógica que aí subjaz é sempre a mesma: a da exploração do trabalho. Só que, no nosso caso, de um empresariado (ao menos parte dele) tosco, rapineiro e vampiresco. Leva às últimas consequências o que há de mais primitivo no capitalismo dependente que nem mesmo conseguiu se libertar das práticas horripilantes típicas do período escravista. Tanto isso é verdade, que há historiadores que falam na existência ainda de escravos assalariados ou de assalariados que vivem em condições de escravização – além de receberem uma miséria pelo trabalho que realizam, vivem em cativeiros sem o direito de ir e vir. Tudo em nome de Deus, da pátria e da verdade.

A história do Brasil mostra que a grande burguesia mantém uma ocupação permanente do Estado para controlar sua institucionalidade ora por meio de acordos econômicos com grandes potências estrangeiras, ora por meio de alianças civil-militares ancoradas e justificadas por parte do empresariado nacionalista e do capital transnacional. Um dos braços de sustentação das classes dominantes no poder é o uso indiscriminado da violência e a perseguição contra aqueles(as) que pensam e agem para além da lógica imposta pelo sistema social hegemônico. Nossa luta, em síntese, se caracteriza pela conquista de uma sociedade que se possa dizer verdadeiramente democrática. Podemos dizer que ela, quando olhamos para a nossa história, ainda não existe. Temos, sim, uma história de lutas em prol da construção de princípios

e práticas democráticas, mas que de longe representam uma condição social existente. O predomínio da visão do ser humano branco, bem sucedido e rico paira sobre a alma e os corpos dos brasileiros. Para alguns, como *modus operandi* de sua condição social, para outros, como fardo de uma herança maldita de uma história marcada por sangue, suor e lágrimas.

Não se trata, portanto, de defender isso que se chama de democracia no Brasil, mas de criar condições para torná-la possível concretamente. Não é possível defender o que a priori é negado. O que temos e vemos é uma elite que pratica os preceitos da necropolítica. Pratica o poder de vida e morte sobre as pessoas sem, é claro, precisar, para isso, utilizar a espada, a guilhotina ou as câmaras de gás. As vidas somem, comparadas às técnicas praticadas no passado, de modo mais “natural”, quer dizer “democrático”. Exceto àquelas praticada por balas perdidas ou com alvo certo. A maioria delas ocorrem em nome da “democracia”, por fome, por falta de trabalho, por silêncio imposto, isto é, por “asfixia democrática”.

Vivemos uma espécie de democracia invertida. Uma democracia com Estado de exceção quase permanente. Não é uma contradição só de termos, uma vez que numa democracia não há espaço para Estado de exceção. Mas é uma contradição só possível e imaginável na lógica do sistema capitalista, em que tudo é possível. Em que é possível, inclusive, uma guerra de gestão político-ideológica de grupos dominantes sobre a população em geral com o intuito de preservar a “ordem e o progresso” econômico. Nem que para isso seja necessário organizar um Estado de espoliação, de extermínio e, portanto, de morte declarada contra a população. Mas tudo isso tem que ser feito de modo sutil.

O que dissemos até aqui sobre a conjuntura nacional também é válido em relação ao Paraná. Encontra ressonância *ipsis litteris* no modelo político adotado nos recentes governos paranaenses de Beto Richa (PSDB) e do atual de Ratinho Júnior (PSD). Isso é visível, conforme já anunciei anteriormente, quando consideramos o que

ocorreu no estado, principalmente, a partir de 2015: repressão e uso da violência contra os servidores públicos e perseguição política a professores (as), dirigentes sindicais e estudantes em razão do movimento “Ocupas”. Comparado às duas gestões de Requião (que marcaram um período no qual foi possível exercer a construção de espaços democráticos), pode-se afirmar, como dissemos recentemente em outro texto, que ocorreu

[...] uma substantiva reclusão nas políticas de inclusão, diminuição dos editais de concurso público para professores, aumento do número de professores contratados pelo sistema de Processo Seletivo Simplificado (PSS), diminuição da carga horária dos professores destinada para hora-atividade, não cumprimento dos compromissos assumidos em relação às demandas da categoria, como, por exemplo, a reposição dos índices de inflação no salarial do funcionalismo, plano de carreira etc. [...] O período de oito anos em que Beto Richa (2011-2018) esteve no comando do governo representou a consolidação das políticas educacionais de caráter neoliberal no Paraná. A formação continuada de professores ocorreu essencialmente em ambiente virtual, com temáticas pontuais e fragmentadas ofertadas eventualmente aos professores, sem nenhum critério acadêmico e de continuidade. Destruuiu as equipes pedagógicas organizadas por áreas do conhecimento e que tinham a responsabilidade de manter vivo o debate pedagógico nos núcleos regionais e nas escolas. Como já apontado, tratava-se de um modelo de gestão educacional concebido a partir da visão empresarial e do mercado, uma política artificial focada tão somente nos resultados das avaliações institucionais de larga escala, como Prova Brasil e Prova Paraná, sem modificar as condições de trabalho dos profissionais da educação... (MENDES; HORN; TEIXEIRA, 2020, p. 20).

Fica cada vez mais visível a intencionalidade subjacente às políticas educacionais e à fórmula de gestão da SEED. Trata-se da execução de um projeto pedagógico exacerbadamente técnico, voltado à execução de tarefas e ao cumprimento de metas, transformando o ensino-aprendizado em um fazer mecânico – um “ativismo” pedagógico exercido por meio de um rígido controle gerencial. Leva-se às últimas consequências o que podemos denominar de democracia formal, isto é, aparenta ser o que, na prática, não é. Haja vista, por exemplo, o que ocorre com as coordenações de áreas do conhecimento da SEED e com as equipes gestoras das escolas que cumprem, por determinação institucional e legal, funções de gerenciamento técnico-administrativo como se cada escola fosse uma empresa. Limitam sua atuação, com raras exceções, a verificar os resultados do processo educacional que são mensurados por meio dos índices de avaliação interna e externa, de aprovação, reprovação e evasão escolar dos alunos. Ademais, são levados a uma prática de vigilância e controle burocrático em relação à atuação pedagógica dos profissionais da educação. Fato é que a gestão democrático-participativa cedeu lugar às práticas de gerenciamento dos institutos e fundações empresariais que prestam serviços de assessoria para elaboração dos chamados roteiros de tutoria pedagógica, amplamente difundidas e em processo de implementação em larga escala em toda rede de ensino do estado do Paraná.

Esse projeto mercantil de destruição da escola pública e das carreiras docentes no Paraná – aprofundadas pela crise sanitária – tem levado estudantes e professores(as) às manifestações de resistência e denúncias, individuais e coletivas, especialmente por meio de redes sociais (*lives*, de publicação de notas e de textos).

Ao fazer emergirem as vozes das escolas, este livro procura denunciar e, ao mesmo tempo, de forma crítica, dizer que ninguém está sozinho, que educadores(as) têm compromisso com o ensino e a aprendizagem de qualidade e lutam contra esse projeto de desrespeito e de destruição da educação pública

que vem ocorrendo em nosso estado. Este livro é, acima de tudo, um convite à luta organizada pelo direito à educação pública, democrática e de qualidade.

A obra está estruturada em 12 capítulos, com textos de autores individuais e outros escritos em coautoria. Alguns com estilo mais acadêmico, outros mais livres em forma de ensaios e narrativas sobre experiências localizadas em espaços educativos. Estilos, formas e gêneros distintos que, em conjunto, compõem um diagnóstico das políticas educacionais públicas vigentes no estado do Paraná.

No Capítulo 1, “EaD no Paraná: uma crônica de morte anunciada”, o professor Luiz Carlos Paixão da Rocha faz uma apresentação crítica do processo de implementação das aulas a distância na rede pública estadual do Paraná como forma de substituição das aulas presenciais, em virtude do período de prevenção à pandemia do Corona Vírus. Destaca as medidas tomadas pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná, bem como os posicionamentos de resistência por parte das representações dos segmentos da comunidade escolar. O texto aponta também a exclusão educacional, o imprevisto, a falta de planejamento e a falta de diálogo do governo com os educadores e o conjunto da comunidade escolar como fatores determinantes para o fracasso da medida tomada pelo governo do Paraná.

Já o Capítulo 2, “O papel social da Educação em tempos de crises humanitárias”, do professor Pedro Elói Rech, mostra quais são os fundamentos e princípios constitutivos do processo de construção da escola pública até adquirir o seu caráter universal, igualitário e progressista. Ressalta que, para isso acontecer, ela deverá ser pública, gratuita, democrática e laica. Só assim ela poderá formar indivíduos fortes e cidadãos plenos. O texto termina com um convite à resistência necessária e, se necessária, lembrando Paulo Freire, que seja feita com alegria e com esperança.

“O EaD imposto e a negação do aprendizado” é o tema do Capítulo 3, produzido pelo professor Romeu Gomes de Miranda, no qual ele analisa a total falta de sensibilidade das autoridades governamentais paranaenses, em especial, do secretário de Educação, com os estudantes, professores e pais. Eles assistem, segundo Romeu, “impassíveis um desastrado processo de retorno das atividades escolares em pleno isolamento social”. Denuncia que não houve preparação dos professores para lidar com essa nova metodologia de ensino não presencial. Mostra que não basta transmissão de conteúdos, é preciso uma ação competente do professor no emprego dessa ferramenta. Isso fica visível nas narrativas dos estudantes reproduzidas no final do texto.

O Capítulo 4, intitulado “Uma pedagogia em tempos de pandemia: a pedagogia da correspondência em Paulo Freire”, do professor Rogério Rech, mostra como os argumentos empregados pela direita contra Paulo Freire e sua pedagogia não têm sustentação. Em seguida, apresenta algumas possibilidades de aplicação do pensamento freiriano diante dos desafios que estamos vivendo em tempos de pandemia, especialmente no que se refere à implementação de atividades de ensino a distância. Por fim, lança uma pergunta provocativa: o que Paulo Freire nos diria hoje?

O Capítulo 5, “Meia boca, a gente já está dando aula para inglês ver, certo!': as atividades a distância no Paraná e o desrespeito ao direito à educação”, de Daniela Fernandes da Silva, Karina Lane Viane Ramalho de Sá Furlanete, Paula Gerez Robles Campos Vaz e Rogério Nunes da Silva, apresenta algumas reflexões sobre o desenvolvimento das atividades remotas no Paraná no período da pandemia de covid-19. O texto enfatiza que o principal aspecto em qualquer processo educativo é o direito dos estudantes à educação. Para evidenciar esse argumento, realiza-se uma análise das reformas neoliberais, de seus impactos nas políticas educacionais na atualidade e da proposta implementada pela Secretaria de Educação e Esporte

do Paraná (SEED), com destaque aos impactos provocados na vida de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Já a professora e pedagoga Ana Paula Noffke, no Capítulo 6, “Todos precisam estar incluídos”, mostra como ocorreu a implantação do ensino não presencial na rede estadual do Paraná durante a pandemia e os desdobramentos das ações impositivas do secretário Renato Feder, com improvisos, exclusão educacional e adoecimento dos professores pela intensificação do trabalho docente

O texto que compõe o Capítulo 7, “A (pseudo) educação (a distância) nos tempos da Covid19 – sob a ótica dos docentes”, da professora Silmara Quintino, é uma narrativa escrita a partir de um diário de bordo que revela a rotina de uma professora de Sociologia da rede pública. Relata os primeiros momentos da implantação do atendimento escolar remoto pela secretaria de educação sem nenhuma consulta ou conversa prévia com os professores. Mostra de maneira ímpar como se deu a imposição, pressão, cobranças, exigências absurdas e desrespeito por parte do poder público que geraram muitas incertezas e pânico, mas também resistência por parte dos professores.

O Capítulo 8, “Reflexões sobre educação no contexto de pandemia” é escrito por Adriana Pellanda Gagno, Amanda Lays Monteiro Inacio, João Batista Martins, Mariita Bertassoni da Silva e Pedro Braga Carneiro, integrantes da Comissão de Psicologia e Educação do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR) por ocasião do Dia Mundial da Educação, celebrado em 28 de abril. Imersos no contexto de pandemia do novo Corona Vírus, os autores trazem ao debate impactos desse cenário para as práticas escolares. São apresentadas preocupações acerca dos prejuízos que o uso desmedido dos recursos de ensino a distância tem acarretado nesse momento a estudantes, famílias e professores. Discutem também possíveis consequências da oferta de aulas remotas para o acesso de todos à educação e à qualidade do ensino, bem como os dilemas educativos, éticos e

políticos que poderão não se encerrar com a pandemia. O texto representa o olhar do conselho profissional de psicólogos do Paraná sobre o contexto escolar e educacional em tempos de pandemia e traz orientações para a sociedade com base em uma perspectiva crítica da Psicologia.

Claudia Gallert, no Capítulo 9, “Condição dos/as estudantes com deficiência nas Aulas Paraná – relato de experiência”, narra a experiência da mãe de um estudante com Transtorno do Espectro Autista no acompanhamento de seu filho nas Aulas Paraná. Mostra como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), direito dos(as) estudantes com deficiência, foi abordado ou negligenciado nos documentos que organizam as Aulas Paraná e nas formas de acesso disponibilizadas pela SEED; e, ainda, como a falta de qualidade técnica, didática e organizacional são entraves ao AEE. Como conclusão, observa que as Aulas Paraná não garantem os princípios constitucionais de igualdade de condições de acesso, permanência e de padrão de qualidade para os(as) estudantes com ou sem deficiência. A autora explicita, enfim, como a ausência de planejamento da secretaria de educação para o AEE acentua o processo de exclusão dos(as) estudantes com deficiência.

No Capítulo 10, “Quem vai pagar essa conta?”, da professora Thaís Catharin, temos um breve desabafo sobre experiência que a própria autora teve com as atividades remotas implantadas pela SEED. A professora, ao perceber seu adoecimento diante dessa proposta, propôs um diálogo entre sua experiência docente e o olhar clínico sobre esse momento atípico. Inicia o texto dizendo que foi tomada por uma grande angústia enquanto escrevia, concluí-lo representou um enorme esforço e tornou-se um desafio.

“EAD – a ponta do iceberg da precarização da escola pública” é o tema do Capítulo 11, da professora Pedagoga Josiane Cruz. Tem como objetivo refletir sobre a atual gestão da escola pública paranaense e como a mantenedora tem interferido nesse processo em tempos de pandemia do Covid-19. Mostra que o projeto de

EaD foi implantado sem os devidos cuidados, desrespeitando a complexidade da gestão democrática da escola pública. A autora ressalta que não há participação e decisão das instâncias colegiadas que caracterizam a gestão democrática na organização das instituições educativas e na construção das ações da escola. Enfatiza que o “projeto de precarização do ensino do atual secretário de educação tem a EaD apenas como uma parte deste processo”.

O tema da “Precarização do trabalho docente no Paraná: desafios para o movimento sindical no contexto da pandemia”, você encontra no Capítulo 12, escrito pelo professor Aceilton Ganzert, no qual ele apresenta algumas pistas para a análise dos processos de precarização do trabalho docente na rede pública de ensino do estado do Paraná nos últimos anos. Desse modo, reconstrói algumas experiências de lutas dessa categoria profissional e seus possíveis impactos na sua capacidade de organização e de resistência. No mesmo sentido, apresenta alguns dados coletados a partir de consultas online realizadas com professores, pedagogos e estudantes do estado no contexto da pandemia, do trabalho remoto e das aulas com atividades não presenciais.

Por fim, os professores Bernardo Kestring e Sebastião Donizete Santarosa, no Posfácio intitulado “Da educação em tempos de pandemia, sobre onde estamos e onde queremos chegar como sujeitos da nossa História” - como forma de complemento aos ricos e intensos testemunhos históricos presentes nos artigos anteriores -, explicitam e defendem uma concepção de estudos históricos que insere em sua metodologia a relevância da interpretação do pesquisador, das singularidades do contexto sócio-regional da literatura artística na produção do conhecimento válido, em detrimento da visão positivista, fatalista, reducionista, fundamentada na busca de universais. Ciente da história como construção dos homens e das mulheres no mundo sempre inacabado da vida, os autores apontam caminhos de resistência ao avanço das destrutivas políticas neoliberais no estado do Paraná e no Brasil, nos convidando para assumir a história em nossas mãos, através

da organização coletiva e da luta cojarosa em defesa do direito à produção e ao acesso ao conhecimento, do direito de ensinar e de aprender com liberdade, do direito de viver e construir nossa própria história.

Cada um dos textos, das frases e das palavras deste livro expressa, de um lado, a indignação de profissionais da educação, estudantes e pais diante da nova realidade de ensinar e aprender por meio de atividades remotas em condições desassistidas de qualquer cuidado técnico, pedagógico e profissional. Em vez de aulas, veem-se envolvidos a um estado de tensão, de vigilância e de controle burocrático. Administrar e transmitir conteúdos, distribuir e aplicar tarefas são as palavras de ordem de todos os dias e do dia todo. É um “faz de conta” virtual. De outro lado, as narrativas e as análises denunciam a existência de um vírus tão letal quanto o Covid-19: o vírus da insensatez, da ignorância personificada nas autoridades pública. Infelizmente, o secretário de educação do Paraná e sua equipe de gestão administrativa e pedagógica, até o momento, não proporcionaram uma saída minimamente plausível para a educação em tempos de isolamento social.

REFERÊNCIAS

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. e Leandro Konder. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HELLER, Agnes. **A Filosofia Radical**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HORN, G. B; MENDES, A. A. P. A práxis como atitude ética e revolucionária em Adolfo Sánchez Vázquez. *In*: FERREIRA, N. S. C. **Adolfo Sánchez Vázquez**: para pensar a educação. Curitiba: CRV, 2018.

VÁZQUEZ, A. Sanchez. **Filosofia da práxis**. 4. ed. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

**É SÓ EAD
PROFESSORA !!**



Fonte: Cyrillo Oliveira Júnior

CAPÍTULO I

A IMPLANTAÇÃO DAS AULAS NÃO PRESENCIAIS NO PARANÁ: UMA CRÔNICA DE MORTE ANUNCIADA

Luiz Carlos Paixão da Rocha

No Brasil, tornou-se lugar comum o discurso da importância da educação como condição necessária para o desenvolvimento sócio-econômico-cultural do país. No entanto, cada vez mais, esse discurso consolida-se como uma cortina de fumaça. E, como se fosse um mantra penitencial, naturaliza, cada vez mais, o abismo entre o que se diz e o que se faz, entre o que se quer e o que se aceita, entre o que se propaga e o que se realiza. Atrás do discurso da importância da educação, trilha desgovernado o trio elétrico do descaso e do descompromisso com a qualidade do ensino ofertado aos nossos estudantes.

Aos professores, professoras, funcionários e funcionárias da educação cabe a tarefa cotidiana de segurar o trio para que não descaíra de uma vez. Sentindo na pele, no bolso e na alma o descompasso entre o discurso fácil e a dura realidade, seguem os(as) educadores(as) em uma sina heroica, com lampejos de genialidade, reduzindo danos, a fim de garantir um patamar mínimo de qualidade educacional. O descompasso entre a estrutura escolar oferecida pelo poder político e as necessidades educativas do mundo em que vivemos evidenciam o desprestígio social da profissão do educador e vão transformando o trabalho educativo cada vez mais penoso. Como consequência, o assustador quadro de adoecimento dos educadores e educadoras desfiguram tragicamente o encanto e o entusiasmo intrínsecos à arte e ao trabalho de ensinar, tornando nossas escolas um terreno fértil à instalação do desencanto e do desânimo como verdadeiras pragas.

Este distanciamento entre o discurso e a realidade salta aos olhos nesse momento em que aos trancos e barrancos a sociedade brasileira atravessa a pandemia do Corona Vírus. A utilização das aulas remotas, de forma improvisada e descompromissada com o processo de ensino e aprendizagem para a cumprimento do calendário escolar é uma demonstração do descaso de boa parte da sociedade à qualidade do ensino no país. Governantes e órgãos de regulação parecem estar mais preocupados com uma aparente normalidade formal do calendário escolar do que com a qualidade do ensino ofertada aos estudantes. Para garantir essa aparente normalidade, em um período de total anormalidade, institucionaliza-se um “*faz de conta educacional*” através do ensino à distância.

Segundo estudos divulgados recentemente pela CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a maioria das redes públicas de ensino do país estão utilizando as aulas à distância neste momento de pandemia. A EAD está presente inclusive na educação infantil. É notória a literatura e estudos sobre os limites dessas plataformas educacionais à distância para a educação de crianças e de adolescentes. Por um lado, os limites

inerentes ao processo de ensino-aprendizagem e, por outro, as dificuldades de acesso de significativa parte dos estudantes aos recursos tecnológicos, produzem, em conjunto, um novo e grave quadro de exclusão educacional.

Essa exclusão é demonstrada pela pesquisa divulgada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil ainda no ano de 2019. Segundo essa pesquisa, 33% dos lares brasileiros não tinham, no ano de 2018, acesso à internet. Estudos divulgados pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), a partir da pesquisa (TIC Domicílios 2018) mostram também que aproximadamente 60% da população brasileira não têm computadores em casa. Nas classes D e E, apenas 41% dos lares têm acesso à internet e 91% não têm computador. Além das dificuldades de boa parte dos estudantes da educação básica ao acesso à internet apontadas nessas pesquisas, especialmente os mais pobres, é preciso considerar os aspectos qualitativos de acesso. O Coletivo de Comunicação Intervezes, no documento “Desigualdades *no acesso ao computador e dispositivos móveis*”, considera:

Ainda que boa parte da população tenha acesso a dispositivos móveis, nem sempre estes são robustos, com memória e sistema operacional atualizados para suportar, por exemplo, instalação de novos aplicativos. O mesmo serve para os computadores disponíveis para as famílias e que, mais do que nunca, estão sendo compartilhados entre todos os membros.

Aliado às dificuldades de acesso tecnológico, é preciso considerar as condições de materialização do processo de ensino-aprendizagem neste momento de anormalidade social. A mera e simples substituição das aulas presenciais por aulas remotas é uma total desconsideração da natureza do processo de organização do trabalho pedagógico. A maioria dos educadores não teve formação inicial e nem continuada necessária para a utilização das tecnologias e ferramentas educacionais.

Desta forma, as aulas remotas se transformaram em reprodução automática de conteúdos totalmente descontextualizados da vida real dos educadores, dos estudantes e de suas famílias. As aulas remotas se transformaram em uma reprodução de conteúdo distribuída em tópicos mecânicos, sem interação, sem alma e sem afeto. Neste sentido cabe ressaltar o alerta feito pelo CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no documento “*Manifestação do Conanda sobre o direito à educação de crianças e adolescentes durante a pandemia do covid-19*”, em que se afirma que o *conteudismo* sem considerar a pandemia é uma violência à comunidade escolar:

O CONANDA reconhece a importância de acolher as/os estudantes e manter tanto quanto possível a comunicação com elas/eles, neste momento de isolamento social, no entanto alerta que não é possível manter a vida ordinária, substituindo o trabalho, os processos educativos e o ano letivo presenciais por atividades remotas. Prescrições curriculares, planos de aula, conteúdos e atividades não podem ser ministrados como se não houvesse uma situação que muda radicalmente o curso de cada vida e da sociedade. Procurar manter a normalidade formal é uma violência com nossas crianças, adolescentes, seus familiares e educadores. É de extrema importância que a escola, como instituição, e seus educadores possam explicitar seu compromisso e sua solidariedade com a comunidade escolar, sem cobranças atreladas ao mero reprodutivismo de conteúdos. E fazer isso significa desenvolver formas de contato, abordar conjuntos temáticos que reconheçam o estado de exceção, promovendo análises de suas características e possíveis consequências

E por fim, cabe ressaltar o caráter antidemocrático da adoção das aulas remotas nos sistemas de ensino pelo Brasil. Os governantes, em sua ampla maioria, não dialogaram com pais e mães, com professores (as), funcionários (as) e muito menos

com os estudantes. Em alguns estados, ressaltou-se, a EAD foi implementada via decretos.

AS AULAS REMOTAS NO PARANÁ: DO IMPROVISO AO CAOS

A implementação das aulas remotas no Paraná foi marcada pelo improviso, pela precipitação e pela total ausência de diálogo com a comunidade escolar. Com os primeiros casos de pessoas contaminadas pelo Corona Vírus, iniciaram-se nas escolas manifestações de educadores e da própria comunidade escolar pela suspensão das aulas presenciais. No dia 16 de março, o governo do Paraná publicou o Decreto 4230/2020, que em seu Artigo 8º, suspende as aulas presenciais no Paraná:

Art. 8º - As aulas presenciais em escolas estaduais públicas e privadas, inclusive nas entidades conveniadas com o Estado do Paraná, e em universidades públicas ficam suspensas a partir de 20 de março de 2020. [...] Parágrafo único. O período de suspensão poderá ser compreendido como antecipação do recesso escolar de julho de 2020, a critério da autoridade superior dos Órgãos e Entidades relacionados no caput deste artigo. que suspendeu as aulas na rede pública estadual (art.8º).

A partir dessa data, começam a circular com muita força informações de que a Secretaria Estadual de Educação do Paraná preparava a substituição das aulas presenciais por aulas à distância. Sem nenhuma regulamentação, as aulas começaram a ser gravadas por um grupo de cinquenta professores indicados pela SEED. A regulamentação veio apenas após a aprovação da Deliberação 01/2020 pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná, publicada em 31 de março de 2020, a qual instituiu “o regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná em decorrência da legislação específica sobre a pandemia causada pelo novo Coronavírus – COVID-19 e outras providências”.

Estava assim aberto o caminho para a adoção das aulas remotas na educação básica do Paraná. A autorização para a educação infantil, veio na sequência, no dia 25 de maio, com a aprovação da Deliberação 02/2020, que estendeu o regime especial para as instituições de educação infantil. Assim, já no dia 02 de abril, o secretário estadual de educação do Paraná, Renato Feder, anunciava a criação de um sistema de Educação a distância (EaD) para atender aos estudantes da rede estadual durante o período de duração da pandemia do Corona Vírus. Segundo o Secretário, o sistema seria organizado através de três plataformas: o aplicativo “Aula Paraná”, o aplicativo do Google “Classroom” e a transmissão de vídeo-aulas em TVs abertas. De acordo com o secretário, as aulas teriam início já no dia 06 de abril.

No da seguinte ao anúncio das aulas à distância por Renato Feder, em 03 de abril, a Secretaria Estadual de Educação publicou a Resolução 1.016/2020, estabelecendo as regras para as atividades escolares durante o regime especial:

Art. 1.º Estabelecer no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED, em caráter excepcional, o regime especial para a oferta de atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em conformidade com o disposto na Deliberação n.º 01/2020 – CEE/PR, exarada em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19. [...] Parágrafo único. O regime especial previsto no caput deste artigo tem início retroativo a 20 de março de 2020 e será automaticamente finalizado por meio de ato do Governador do Estado do Paraná que determine o encerramento do período de suspensão das aulas presenciais ou por expressa manifestação do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

O caos estava instalado. Como seria possível em três dias - um final de semana apenas - criar as condições necessárias para o início das aulas remotas no Paraná? Como transpor toda a organização pedagógica das aulas presenciais para as plataformas

das aulas não-presenciais? Como os educadores(as) trabalhariam com as aulas remotas sem formação adequada para a utilização das tecnologias educacionais? Sem planejamento algum, sem preparação alguma, os educadores e estudantes foram jogados em uma aventura errante, e durante dias navegaram inseguros no mar do imprevisto, da insegurança e do medo. Imaginem: estudantes e professores(as) deveriam baixar e domar estes aplicativos e as tecnologias educacionais oferecidas em um único final de semana! Já o secretário de educação Renato Feder, por inexperiência, ingenuidade ou irresponsabilidade mesmo, anunciava com entusiasmo que as aulas começariam no dia 06 de abril, como se em um passe de mágica, em um verdadeiro *matrix*, fosse possível transferir as escolas para os ambientes virtuais.

Ledo engano. As primeiras semanas foram marcadas pelo imprevisto e por uma completa falta de planejamento. A cada dia um novo remendo, uma nova instrução, uma nova medida era anunciada pela SEED para corrigir as falhas no sistema. Nos primeiros dias, o aplicativo Aula Paraná, com visíveis problemas técnicos de funcionamento, virou espaço para troca fortuita de mensagens entre estudantes, e infelizmente, para difusão de palavrões e ofensas não publicáveis aqui. A avaliação deste aplicativo mereceria um capítulo à parte. Há denúncias de que entre os seus sócios há pelo menos uma pessoa, segundo matérias veiculadas pela imprensa, acusada de participação em círculos de pedofilia. A leitura de mensagens e de reportagens denunciando a precariedade da política de privacidade deste aplicativo deixou educadores(as) mais preocupados ainda, inseguros diante da possibilidade de acesso aos seus dados pessoais.

Como estávamos dizendo, as primeiras semanas de funcionamento das aulas remotas no Paraná foram marcadas pelo imprevisto e pela absoluta desorganização: dificuldades de acesso às plataformas e um conjunto de orientações e comunicados oficiais descontraídos. Aliado a isso, como previsível, uma considerável ausência dos estudantes às plataformas onde eram

veiculadas as aulas, ora pela dificuldade de acesso pela falta de equipamentos adequados, ora pela dificuldade de adaptação ao modelo de aulas remotas.

A reação ao modelo implementado pelo Secretário de Educação foi imediata. O coletivo de educadores e educadoras da APP-Independente, já no dia 02 de abril, publicou em nota: *“Lamentamos profundamente a posição do Conselho Estadual de Educação, que deu respaldo para a aventura que está prestes a acontecer na educação do Paraná”*. O ex-presidente do Conselho Estadual do Paraná, Romeu Gomes de Miranda afirmava em artigo publicado nas redes sociais:

O Conselho, de maneira açodada e esquecendo que é um órgão normativo do sistema, acabou exarando a Deliberação 01/20, que serve mais aos interesses das grandes escolas particulares, ignorando as precárias condições de vida de um enorme segmento da população que demanda escola pública, que não dispõe das condições para acesso e utilização da ferramenta da educação a distância.

As manifestações de contrariedade à medida tomada pela SEED unificaram os educadores, os estudantes e os pais e mães. Desde o anúncio os educadores e educadoras manifestavam contrariedade e preocupação ao sistema de EAD. No dia 08 de abril, a APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Paraná ingressou com uma representação no Ministério Público do Trabalho para questionar a medida. No mesmo dia, a UPES – União Paranaense dos Estudantes Secundaristas - divulga a *“Nota da UPES contra o Ensino à Distância da Secretaria Estadual de Educação e Esportes (SEED-PR)”*. Diz a nota da representação dos estudantes:

Muitos estudantes não têm as ferramentas mínimas para estudar, na realidade em que vivemos há escolas em que faltam livros e giz e nas casas internet e computador, há muitos estudantes que precisam de um instrutor e atualmente não há qualquer tipo de suporte para os mesmos, o aplicativo não apresenta nenhum recurso para

um aluno com deficiência auditiva, deficiência visual, autismo ou déficit de atenção, tendo em vista que é necessário incluir os mesmos e não simplesmente excluí-los ...

No dia 20 de abril, através de ofício dirigido ao Secretário de Educação, também se posicionou a Federação de Pais, Mães ou Responsáveis Legais de Alunos e Alunas das Escolas Públicas do Estado do Paraná. O documento faz um relato das dificuldades vivenciadas pelos pais e mães com relação ao sistema EAD. Entre essas dificuldades, podemos destacar:

1.As atividades da EAD estão sendo implantadas sem o devido planejamento, diálogo e participação da comunidade escolas; [...] 5. Os conteúdos na maioria das aulas apresentadas não dão continuidade às matérias que estavam em andamento com os professores (muitas aulas são repetidas, os aplicativos oferecidos contêm erros e não são acessíveis).

O documento finaliza-se assim:

Esperamos que a escola se reinvente, mas se reinventar não significa transformar a pandemia como um motivo a mais para aumentar o abismo social. Não queremos a escola fingindo que está cumprindo o seu papel e os estudantes fingindo que estão aprendendo!

As manifestações de contrariedade às aulas remotas no Paraná vieram também de outros segmentos da sociedade. O Conselho Setorial do Setor Educação da UFPR publicou no dia 18 de abril o Manifesto “Sobre Aulas Remotas na Educação Básica” alertando sobre os riscos da medida tomada pela SEED-PR:

Ensino presencial e ensino a distância são duas modalidades diferentes. A utilização de qualquer uma destas modalidades exige planejamento, metodologia e materiais didáticos específicos. Não se transforma um curso presencial em EAD – ou vice-versa – no prazo de duas semanas. (...)

Preocupa-nos, particularmente, a desigualdade de acesso a redes de internet por expressiva parte de estudantes, assim como as diferentes situações socioeconômicas das famílias, e o quanto estas questões poderão comprometer o direito à educação de qualidade de cada um, e cada uma, conforme preceitos constitucionais, expressos nos incisos I e VII, do artigo 206 da Constituição Federal.

O Conselho Regional de Psicologia do Paraná também se posicionou publicamente através da nota “Reflexões Sobre Educação no Contexto de Pandemia”, publicada em 28 de abril:

A utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação não é, por si só, algo ruim ao processo educativo. Se bem integradas ao planejamento pedagógico, podem ser interessantes recursos de trabalho. Contudo, há de haver método, intencionalidade, complementaridade e estrutura para que sejam utilizadas. Do contrário, o uso das tecnologias não servirá para uma expansão das possibilidades de aprendizagem, mas como precarização do ensino.

Em 29 de maio, posicionou-se o Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná, defendendo a suspensão e a reorganização do ano letivo de 2020, em caráter emergencial:

O objetivo é evitar que a oferta irregular de conteúdo e o déficit de aprendizagem, provocados pelas aulas à distância, possam ocasionar uma evasão de alunos em massa diante das dificuldades que encontrarão no retorno às aulas presenciais...

A reivindicação pela suspensão do calendário escolar e especialmente do sistema de aulas remotas marcou fortemente os primeiros meses de implementação da EAD na Rede Pública do Paraná. O coletivo APP-Independente fez coro a essa campanha, inclusive lançando uma Petição Pública pela Suspensão e Reorganização do Calendário Escolar, a qual inicia-se assim:

A medida adotada de forma improvisada e autoritária tem gerado críticas pela sua ineficácia e pela exclusão de milhares de estudantes do processo educativo. Neste sentido, para a garantia da qualidade do ensino-aprendizagem e do direito à educação de todos estudantes da rede se faz necessária a suspensão emergencial das aulas à distância na rede pública estadual do Paraná.

O Ministério Público, o Conselho Estadual de Educação e os Conselhos Escolares foram acionados, mas esses, até este momento, não alteraram a rota proposta pelo governo. A expectativa da SEED era de que os problemas técnicos fossem reduzidos com o passar e dos dias e de que o acesso dos estudantes aumentasse de forma considerável. Entretanto, as semanas foram se passando e a sensação de ineficácia foi se intensificando.

Para dar uma certa impressão de normalidade no calendário escolar e contrapor-se aos pedidos de suspensão, a SEED, no dia 20 de abril, publicou a Resolução 1.249/2020, adequando o calendário escolar da Rede Pública Estadual para o ano 2020. Desta forma, a SEED dava sinais para estudantes e educadores que, mesmo de forma precária, o ano letivo de 2020 estaria salvo. O calendário readequado prevê recessos, férias, organização das avaliações trimestrais e término do ano letivo para 18 de dezembro de 2020. Formalmente, dessa forma, o ano letivo estaria garantido, sem necessidade de sacrifícios de reposição de aulas para os educadores e estudantes. Evidentemente, a medida acabou fazendo com que parte dos educadores, dos estudantes e dos pais e mães assumissem a alternativa da EaD, mesmo reconhecendo seus limites.

Passados dois meses e meio da adoção das aulas remotas no estado do Paraná, em que pese todo o esforço dos professores e funcionários para viabilizar a proposta, o que vemos é mais um desses momentos que ficará marcado na história da educação do Paraná como uma tragédia. Ainda imperam o improvisado e a desorganização do governo ao lado da insegurança

e do mal-estar dos educadores, forçados a se inserirem em um processo pedagógico em que não acreditam. O desconforto e o sofrimento se estendem aos estudantes e a suas famílias. Áudios, publicações de estudantes, de pais e de mães se espalham pelas redes sociais comprovando a ineficácia deste processo. As reclamações dos educadores e educadoras aumentam a cada dia. Sentem-se sobrecarregados com jornadas diárias superiores ao seu contrato de trabalho, desrespeitados nas especificidades da natureza de sua condição profissional, desvalorizados, desmotivados e angustiados.

É profundamente lamentável observar que nesses tempos difíceis de prevenção à pandemia, os educadores do Paraná ainda precisem enfrentar problemas de saúde mental provocados pelo processo de implantação desse projeto de aulas remotas. Ora, a maioria dos educadores e educadoras não tem o domínio das ferramentas tecnológicas e, muitas vezes, não possui os equipamentos adequados necessários para se posicionar de fato como sujeito do processo pedagógico. Professores e funcionários não tiveram na sua formação inicial acesso aos conhecimentos ligados às tecnologias digitais para ensino à distância e isso não se adquire de uma hora para outra, sem nenhum planejamento, de forma improvisada e na base de ameaças de punição.

Essa defasagem tecnológica poderia ter sido amenizada caso houvesse um sólido processo de investimento na formação continuada dos educadores em nosso Estado. No entanto, a formação continuada ofertada pela SEED nestes últimos anos é quase imperceptível. Tempos, espaços e conteúdos são cada vez mais reduzidos. O conhecimento e o domínio das tecnologias educacionais foram deixados sob responsabilidade dos próprios educadores, os quais, envolvidos no cotidiano febril das escolas, pouco tempo têm até mesmo para respirar de forma adequada, quanto mais para ler, estudar e buscar o conhecimento necessário para o trabalho com as tecnologias digitais.

Mesmo diante deste quadro, por iniciativa pessoal, temos vários professores e professoras que já utilizam essas ferramentas tecnológicas como parte complementar do processo de ensino-aprendizagem, como complemento ao processo educativo, e não como substituição da interação pedagógica que brota da relação entre conhecimento e vida, entre educador e educando. Estas relações se materializam na interação do saber, na troca de experiência de vida, no olhar, no afeto e na esperança. Educar é uma ação intrínseca ao processo de humanização.

No sistema de aulas remotas implementado pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná, o imprevisto virou caos pedagógico. Evidentemente que entendemos o caráter de excepcionalidade do momento em que vive o mundo, mas não podemos admitir que o imprevisto e a falta de planejamento consolidem-se como estratégia educacional. As ações educativas precisam ser planejadas. Um processo como este careceria de planejamento mínimo e de destinação de tempo para que tanto professores e funcionários como estudantes pudessem se preparar adequadamente para a interação pedagógica virtual. Aliado a isso, o início deste processo deveria ter sido precedido de um sólido programa de inclusão digital para os estudantes carentes e para os próprios profissionais de educação.

Embora a Secretaria Estadual de Educação do Paraná tente fazer vistas grossas à realidade, o melhor parâmetro para avaliar o êxito do sistema de aulas remotas na Rede Pública do Paraná é, sem sombra de dúvidas, a participação dos estudantes nas aulas. Diversas pesquisas e levantamentos livres que vêm sendo realizados por diferentes grupos apontam que a participação neste momento é inferior a 50%, mesmo considerando nesse percentual inúmeras participações eventuais e irregulares. Ou seja, praticamente mais da metade dos estudantes não está participando de forma adequada das aulas.

No dia 08 de maio, ao analisar dados da própria SEED, o site de jornalismo Plural apontou que dos 1,3 milhão de

estudantes da rede pública estadual do Paraná, apenas 402 mil (31%) havia se cadastrado para assistir às aulas pela internet. Ou seja, naquele momento, quase 2/3 dos estudantes não estavam acompanhando as aulas online.

A pesquisa “Atividades Escolares Durante a Pandemia e Condições de Trabalho Docente no Paraná” realizada pela UEL – Universidade Estadual de Londrina e o Núcleo Sindical da APP de Londrina, divulgada em junho deste ano, demonstra que a exclusão educacional continua como um grande problema. Segundo o levantamento realizado com professores da rede estadual, dos 166.865 estudantes atingidos pela pesquisa, 49,24% apresentaram um índice de interação nas aulas abaixo de 25%. Índice este construído a partir da verificação do retorno das atividades escolares propostas aos estudantes pelas aulas remotas.

A pesquisa da UEL/Núcleo Sindical da APP-Londrina avançou também para a avaliação das condições do trabalho docente. Dos 596 professores e professoras entrevistados, 39,4% afirmaram não ter à disposição os recursos materiais (computador, notebook, tablet, rede wifi, celular com memória) necessários para o trabalho de forma virtual. Entre os entrevistados, 93,6% deles afirmaram estar trabalhando mais do que sua carga horária regulamentada.

O quadro de exclusão educacional é comprovado pelos próprios documentos oficiais da Secretaria Estadual de Educação do Paraná. No Ofício Circular nº 040/2020, encaminhado no dia 06 de maio para as escolas, com o assunto *Planejamento de avaliações durante a pandemia do Covid-19*, a SEED, ao tratar das atividades avaliativas que os professores deverão realizar para atribuir notas aos estudantes no primeiro trimestre do ano letivo, reconhece que parte dos estudantes não participa das aulas virtuais. O documento categoriza os estudantes a serem avaliados em quatro cenários: 1) Estudantes com acesso a todas as ferramentas disponíveis; 2) Estudantes que apenas conseguem assistir as aulas na TV aberta; 3) Estudantes que não possuem acesso à TV aberta e à internet; 4)

Estudantes que, por algum motivo, não estão conseguindo realizar as atividades presenciais, nem mesmo as impressas.

Sem entrar no mérito das condições da qualidade de aprendizagem presentes no processo de EAD, dos quatro cenários apresentados pela SEED, três reafirmam o processo de exclusão educacional que sofrem milhares de estudantes paranaenses. Se confirmarem as pesquisas, em uma avaliação conservadora, mais da metade dos estudantes da rede estadual do Paraná se enquadraria nos cenários 3 e 4 apresentados pela SEED. Caberia ao governo do Paraná vir a público e apresentar o percentual de estudantes que se enquadram em cada cenário apontado. Atitude que até neste momento não foi tomada.

Dias antes de finalizar este artigo, fomos surpreendidos pelo posicionamento tomado pelo sindicato dos Trabalhadores em educação do Paraná – APP-Sindicato, em reunião virtual do seu Conselho Estadual. A maioria dos conselheiros e conselheiras presentes aprovaram uma proposição indicada pela diretoria estadual da entidade, a qual propôs a REORGANIZAÇÃO das aulas à distância no Paraná. A reivindicação pela SUSPENSÃO deste processo excludente feita até então pelo sindicato foi substituída pela REORGANIZAÇÃO do sistema. O principal argumento para esta mudança de estratégia foi o fato da categoria ter aderido ao sistema com medo de represálias, corte de salários e, especialmente, com o medo do fantasma da reposição de aulas no retorno às aulas presenciais.

É compreensível o temor da maioria dos educadores com o corte de salários ou com possíveis demissões de educadores regidos por contratos temporários durante a pandemia. Por um lado, apresenta-se o ambiente anti-funcionalismo público, alimentado por autoridades tanto do governo federal e como do estadual, o qual reforça a ideia maliciosa de que os funcionários públicos continuam recendo normalmente seus salários mesmo em momentos de sacrifícios como esses impostos pela pandemia. Este discurso, indiscutivelmente, tem como único objetivo jogar

a população contra os servidores e enfraquecê-los em suas justas reivindicações, contraditoriamente, no momento em que a população mais precisa de serviços públicos de qualidade. Por outro lado, estão as constantes ameaças veladas de corte de salário e de outras punições feitas pelo governo do Paraná e alimentadas subliminarmente por alguns segmentos da própria categoria. Diante desse quadro de receio e de insegurança, o poder de mobilização da entidade de representação sindical aparenta-se reduzido e inoperante. Acrescente-se a esse quadro a aparente normalidade do calendário escolar apresentada pela SEED, o qual, teoricamente, livra os educadores e educadoras do fantasma de reposições de aulas, cujas experiências traumáticas de retorno de movimentos de greve em períodos recentes configuraram doloroso castigo para professores e funcionários.

O governo soube muito bem trabalhar com esses mecanismos de “convencimento”. Esses fatores de fato trouxeram uma certa tolerância de parte da categoria ao trabalho com as aulas remotas, mesmo percebendo os limites e a precariedade da realização do processo de ensino-aprendizagem. Diante deste cenário, sentindo-se fragilizada e sem poder de reação, a adaptação ao modelo imposto torna-se um mal menor.

Apesar de compreender todas as relações determinantes para a movimentação da categoria, é difícil compreender que uma entidade sindical historicamente comprometida com as lutas pela qualidade da educação pública, de forma consciente, sinta-se coagida e dê aval a este processo excludente de *faz de conta educacional*. A decisão tomada fragiliza o sindicato e muito mais a categoria, pois, passados alguns meses, perceberá os efeitos danosos desse processo para o seu futuro profissional. Já há estudos em andamento dentro da Secretaria Estadual de Educação do Paraná para a substituição das aulas presenciais pelas aulas remoto em determinadas modalidades de ensino, tornando o que hoje se apresenta como provisório em resposta à necessidade sanitária

uma política permanente, a qual, inevitavelmente, promoverá demissões e desvalorização dos educadores.

Independentemente da posição tomada pela APP-Sindicato de reorganização das aulas remotas no Paraná, o governo manterá de forma obstinada essa aventura pedagógica.

Mas o que reorganizar em um sistema que tem como centro a reprodução mecânica de conteúdos? O que reorganizar em um sistema que, em um momento delicado da vida de todos e de todas, intensifica o controle e o assédio sobre os profissionais da educação, estudantes e pais e mães? Como reorganizar um sistema em que a qualidade do processo de ensino-aprendizagem está distante de seus objetivos? Como reorganizar um sistema em que a exclusão dos mais pobres é uma das suas marcas? Como reorganizar um sistema em que tem a aparência como meta e não a essência do trabalho pedagógico? E por fim, como reorganizar um modelo que nega aos educadores a sua condição de sujeito do processo pedagógico?

Além de tudo isso, precisamos começar a pensar em como será o retorno às aulas presenciais, desde as condições estruturais dos ambientes escolares até a organização do trabalho pedagógico. Afinal, os milhares de estudantes que não tiveram ou não participaram das aulas à distância serão prejudicados? Haverá reposição para estes? Em alguns casos, os que não participaram das aulas serão em maior número do que os que participaram. Como o sistema de educação do Paraná vai se portar diante desses dilemas? As aulas remotas serão mesmo validadas para efeito de calendário escolar?

Por todas essas razões nos parece que o mais sensato neste período de enfrentamento à pandemia seria a suspensão do calendário escolar. Infelizmente não temos hoje as condições mínimas para a substituição das aulas presenciais pelas aulas à distância. Esse arremedo educacional trará enormes prejuízos para a comunidade escolar. É importante o registro de que a suspensão do calendário escolar não é sinônimo de suspensão da interação

pedagógica entre educadores e estudantes. Muito pelo contrário. O processo de ensino-aprendizagem e a organização do trabalho pedagógico poderiam estar sendo realizados a partir de um conjunto de diretrizes capazes de considerar o momento crítico em que o mundo vive. Inúmeras sugestões foram apresentadas por diferentes especialistas e coletivos de educadores desde o início do isolamento social, todas infelizmente ignoradas pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Vamos retomar algumas:

- i. Organização de plano de estudos, leituras e pesquisas de forma interdisciplinar como indicação pedagógica aos estudantes a cada mês. Plano este organizado de forma online pelos professores em conjunto com as equipes pedagógicas de cada escola;
- ii. Atendimento (mantendo o isolamento social) dos professores aos estudantes para acompanhamento do desenvolvimento do plano de estudos e pesquisas;
- iii. Elaboração e indicação de materiais de pesquisas e estudos para os estudantes;
- iv. Garantia e manutenção de salário e emprego a todos os profissionais da educação;
- v. Utilização do momento da suspensão das aulas para formação continuada dos professores e funcionários, sem se configurar como sobrecarga de trabalho e estudos, sempre respeitando o isolamento social;
- vi. As horas de leitura, pesquisas e estudos realizadas pelos estudantes devem ser consideradas como atividades pedagógicas complementares, sendo assim, contabilizadas nas 800 horas letivas.

Apesar de todo o cenário levantado neste artigo, como educador preciso reafirmar a esperança em um futuro melhor para a educação brasileira. Não uma esperança abstrata! E sim uma esperança que se consolide como motivação e combustível para a nossa existência e luta cotidiana. É essa esperança que faz

nossa profissão ter sentido e produzir sentidos e horizontes na vida de nossos estudantes. Só assim podemos conceber a educação como parte de um projeto de mundo humanizador-civilizatório.

O mundo depois da pandemia não será o mesmo. Qual será o papel da escola e da educação no cenário pós-pandemia? Novas relações devem emergir deste cenário que estamos enfrentando. Novas relações educativas, novas relações de solidariedade e de convivência humana. Quiçá que nessas novas relações o conhecimento científico, a pesquisa, o ensino e a educação de qualidade sejam de fato mais valorizados. O conhecimento não só produz riqueza econômica. O conhecimento produz padrões mais adequados de organização da humanidade. O CONHECIMENTO SALVA VIDAS!

CAPÍTULO II

O PAPEL SOCIAL DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CRISES HUMANITÁRIAS

Pedro Elói Rech

Creio que a melhor forma de começar esse texto é falar do papel ou das funções da educação em tempos normais, se é que, na sociedade em que vivemos, a sociedade capitalista em tempos de neoliberalismo, não se vive uma crise humanitária permanente. Os pensadores neoliberais têm um verdadeiro horror a palavras como igualdade, bem social, comum, solidariedade, entre outras. Sua palavra de ordem é a liberdade individual, dentro de um “livre mercado” onde todos competem entre si. Para eles, o mercado competitivo é o único responsável pela estruturação da sociedade. Qualquer via diferente será trilhar *O caminho da servidão*, título do livro do principal teórico neoliberal, Friedrich Hayek.

Para definir as funções da educação recorro a um clássico da sociologia da educação, *Educação e Sociedade*, de Luiz Pereira e Maria Alice Foracchi (1971). Nessa obra encontramos um texto de Émile Durkheim (1858-1917) sob o título “A educação como processo socializador: Função homogeneizadora e função diferenciadora”. Nele encontramos uma das mais famosas e usuais definições de educação. Vejamos:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine.

Se fosse sublinhar as palavras-chaves nessa definição, simplesmente sublinharia a frase inteira. Mas, se obrigado a sublinhar uma única palavra, eu sublinharia a palavra “ação”, e, se fosse para justificar, eu o faria da seguinte maneira: é uma ação comunicativa entre gerações. E, comunicação é uma ação relacional, de ida e volta, ou usando um termo mais técnico, entre um emissor e um receptor. Eu prefiro dizer, entre um sujeito emissor e um sujeito receptor, não receptor. “É uma ação”. Essa ação necessariamente precisa do diálogo, de um encontro entre seres humanos, entre sujeitos, distanciados pela idade, nos processos normais. Se não for isso, a comunicação se transforma em meros comunicados, frios e impessoais. A televisão, por excelência, é um instrumento de comunicados. Deixa de existir a riqueza da interação, da relacionalidade.

A forma como se deu essa “ação exercida” é um longo processo histórico. Lorenzo Luzuriaga nos conta essa história num livro maravilhoso: *História da educação pública* (1959). Essa história é contada em quatro capítulos: I. A educação pública religiosa; II. A educação pública estatal; III. A educação pública nacional; IV. A educação pública democrática. A educação pública

religiosa atendia ao interesse dos chefes religiosos, que solicitaram verbas ao poder público para a alfabetização. Essa solicitação atendia especialmente aos pastores da reforma protestante (1517) para que seus fiéis pudessem ler a Bíblia e interpretá-la e não a receber já interpretada, como era o caso dos católicos. Lutero, pessoalmente, se empenhou nessa causa. Se o Estado prepara para a guerra ele também deve preparar, através das escolas, para a mais “dura guerra contra o temível demônio”. Ao regente das escolas ele recomendava: *“Deve ordenar que todos os meninos e meninas frequentem as escolas alemãs, ainda que separadamente, e nenhuma seja tirada delas, a fim de que aprendam, além de ler, escrever e contar bem, quanto estejam obrigados a saber para sua salvação”*. Estava aberto o caminho para a escola pública, isto é, financiada pelo poder público e com caráter obrigatório, para atender aos interesses da “salvação”. É um fenômeno dos séculos XVI e XVII.

Já a educação pública estatal, um fenômeno do século XVIII, dos tempos do Iluminismo, ou em seu termo alemão, do “Esclarecimento”. Visava atender aos interesses do estado que vinha se constituindo, com o surgimento e formatação das atuais nações europeias. Não visava à formação humanitária. Sua função era a de formar súditos e não cidadãos. Sua preocupação era a de *“constituir um estado forte, bem organizado administrativamente, dotado de bons funcionários e militares; e para isso fomentam uma educação do ‘súdito’, do homem instrumento do Estado”*. Se firma o conceito de obrigatoriedade escolar e a imposição de castigos rigorosos, tão apreciados até os dias de hoje, especialmente, nas escolas militares e militarizadas. É o componente da disciplina, sempre de abordagem tão complexa. São os tempos do despotismo esclarecido, da “instrução do povo, mas sem o povo, imposta de cima para baixo; da secularização da educação e de sua subordinação ao Estado”.

Já a educação pública nacional representa uma evolução no sentido da nação ou do estado-nação, para além, portanto, dos interesses restritos do estado. Atendia aos interesses do indivíduo,

de sua formação para sua inserção plena e autônoma na sociedade. Ela será resultado da era das revoluções, da Revolução Francesa em especial. Afinal, ela tinha um componente popular, ainda não sufocado pela burguesia. *“É a educação do cidadão para si mesmo e para a nação, uma educação ditada pelos representantes do povo, autônoma portanto, e dirigida a todas as classes sociais, especialmente a popular. Se a educação estatal tinha sobretudo caráter intelectual e instrumental, a nacional é de caráter cívico e patriótico; e se aquela era cumprida como dever, esta é exigida como direito, como um dos direitos do homem e do cidadão”*. Sente-se claramente a influência da Revolução Francesa e de sua Declaração de Direitos. Nessa fase já surgem planos nacionais de educação e estes contêm os princípios de sua estruturação, entre eles, a estabilidade do professor. Já nos orçamentos nacionais constam as verbas destinadas à educação. Ela passa a ser vista como um bem da sociedade. É um fenômeno dos séculos XVIII e XIX.

A educação pública democrática é um avanço, para além da educação nacional. Um fenômeno do século XX, e que deveria ser também, do século XXI. Ela é marcada por uma legislação nacional, ela visa suprimir a diferença entre as escolas e garantir uma educação básica para todos, evitando as distinções de classe para que todos pudessem vislumbrar o acesso ao ensino secundário e superior. Ela incluía também a parte preparatória para os professores, isto é, cuidava de sua formação. Ela passa pela legislação unificada, pelos planos nacionais de educação e pela criação dos sistemas nacionais de educação. E passa por aquilo que é a sua nova característica, passa pela democracia. Democracia não é um termo de fácil aplicação nas escolas. Não vou entrar aqui nesse campo de discussões, mas apenas suscito a questão de que, em plena expansão dessa democracia, é que surgem as forças que a ela se opõem com toda a virulência. Já na terceira década do século surge, na Alemanha, o nacional socialismo, do qual também não precisamos apresentar pormenores. O nacional socialismo surge em oposição à democracia. O que este partido

prometia: “*permitir que cada patrão fosse um Führer em sua empresa*”. É óbvio que isso contagiou o ambiente escolar.

Tomando do professor Milton Santos (1926-2001) a conclusão dessa história, em notável artigo, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 24 de janeiro de 1999, já quase no ocaso de sua vida. *Os deficientes cívicos. Um verdadeiro testamento seu: ... “Foi dessa forma que se deu a evolução da ideia e da prática da educação durante os séculos, paralelamente à busca de formas de convivência civilizada, alicerçadas em uma solidariedade social cada vez mais sofisticada”*. E continua:

As modalidades sucessivas da democracia como regime político, social e econômico levaram, no após guerra, à social democracia. A história da civilização se confundiria com a busca, sempre renovada, e o encontro das formas práticas de atingir aqueles mencionados princípios fundamentais da educação, sempre a partir de uma visão filosófica e abrangente de mundo.

Esse esforço, para o qual contribuíram filósofos, pedagogos e homens de estado, acabou por dar origem aos pilares centrais do sistema educacional: o ensino universal (isto é, concebido para atingir a todas as pessoas), igualitário (como garantia de que a educação contribua a eliminar desigualdades), progressista (desencorajando preconceitos e assegurando uma visão de futuro). Daí os postulados indispensáveis de um ensino público, gratuito e leigo (esta última palavra sendo usada como sinônimo de ausência de visões segmentadas de mundo) e, dessa forma, uma escola apta a formar concomitantemente cidadãos integrais e indivíduos fortes. Aliás, foram essas as bases da educação republicana, na França e em outros países europeus, baseada na noção de solidariedade social exercida coletivamente como *um anteparo, social e juridicamente estabelecido, às tentações da barbárie*.

No início desse texto o professor Milton Santos já estabeleceu os objetivos da educação, tanto do interesse social quanto do individual:

O interesse social se inspira no papel que a educação deve jogar na manutenção da identidade nacional, na ideia de sucessão das gerações e de continuidade da nação, na vontade de progresso e na preservação da cultura. O interesse individual se revela pela parte que é devida à educação na construção da pessoa, em sua inserção afetiva e intelectual, na sua promoção pelo trabalho, levando o indivíduo a uma realização plena e a um enriquecimento permanente. Juntos, o interesse social e o interesse individual da educação devem também constituir a garantia de que a dinâmica social não será excludente.

A educação, portanto, para a realização plena e um enriquecimento permanente. Acrescente-se uma referência ao título, *Os deficientes cívicos*. Produzirá deficientes cívicos toda a educação que fugir desses princípios historicamente construídos. Toda a educação que dicotomiza, que separa o saber intelectual do saber prático, privilegiando o último, será responsabilizada por essa tão grave deficiência. O texto continua e eu apresento mais um de seus parágrafos, para apontar quem são os construtores desses estranhos seres:

A globalização, como agora se manifesta em todas as partes do planeta, funda-se em novos sistemas de referência, em que noções clássicas, como a democracia, a república, a cidadania, a individualidade forte, constituem matéria predileta do marketing político, mas, graças a um jogo de espelhos, apenas aparecem como retórica, enquanto são outros os valores da nova ética, fundada num discurso enganoso mas avassalador.

Mas, o que deve ser feito na escola e, como se faz ou se fez, para obter uma educação plena de significados? Pelo que vimos, a educação é uma invenção da modernidade, fruto do Esclarecimento e das revoluções por ele patrocinadas. Recorro a Kant para ilustrar: “Nossa época é propriamente a época da crítica, à qual tudo tem de submeter-se. A religião

por sua santidade, e a legislação, por sua majestade, querem comumente esquivar-se dela. Mas desse modo suscitam justa suspeita contra si e não podem ter pretensões àquele respeito sem disfarce que a razão somente outorga àquilo que foi capaz de sustentar seu exame livre e público”. Você encontrará esses conceitos e muito mais no belo livro de filosofia de Danilo Marcondes, *Iniciação à História da Filosofia*, na página 202. A razão destrona o altar como púlpito, embora a cátedra permaneça nas igrejas e nas universidades. E muitos dos vícios das cátedras das catedrais serão levados para a escola.

Com Althusser eu aprendi sobre os aparelhos repressivos e ideológicos de reprodução da sociedade. Aprendi que na Idade Média o aparelho dominante era a igreja, mas que, a partir dos tempos modernos passou a ser a escola. Hoje, mais uma vez, mudou. Passou a ser a televisão e, agora, a Internet. Opa! Estamos entrando no mundo das novas tecnologias. Aparelhos ideológicos! O que se ensina nas escolas? Esse é o campo dos currículos. Como eles são um componente da escola, também eles devem estar sujeitos aos princípios que constituíram e constituem a escola, isto é, devem ser escolhidos de acordo com os ditames da democracia. Um campo enorme de disputas, no qual também não pretendo entrar, mas basta lembrar os recentes embates em torno do movimento “Escola Sem Partido”. Mas uma pergunta se faz necessária em virtude dos últimos acontecimentos aqui nas escolas do Paraná. Quem participou da elaboração da grade curricular da escola pública do Paraná? Quem formulou as diretrizes do tal do CREP – Currículo da Rede Estadual Paranaense? Quem elabora as questões da tal Prova Paraná?

Nos sobra ainda a questão do “como ensinar”. Isso, de uma maneira geral foi feito com muita seriedade, pelos filósofos, pedagogos, professores e homens de estado, de diferentes concepções ideológicas. A leitura do primeiro capítulo do *Escola e democracia*, de Dermeval Saviani, em muito nos ajudará a esclarecer a questão.

A educação deve ser “*um anteparo, social e juridicamente estabelecido, às tentações da barbárie*”, nos adverte o professor Milton Santos. Não, a educação não conseguiu ser esse anteparo. As guerras no mundo ocidental, no início do século XX, foram causadas e tiveram início nos países em que a educação mais havia evoluído. Os horrores dos campos de concentração e a invenção da chamada “solução final” para a questão dos judeus foi uma invenção da evoluída Alemanha, que sucumbira à barbárie do nacional socialismo. Insiro nesse texto, questões intrigantes e instigantes apresentadas por um anônimo ou um desconhecido:

Sou sobrevivente de um campo de concentração.

Meus olhos viram o que nenhum homem deveria ver:

Câmaras de gás construídas por engenheiros **formados**.

Crianças envenenadas por médicos **diplomados**.

Recém-nascidos mortos por enfermeiras **treinadas**.

Mulheres e bebês fuzilados por graduados em **colégios e universidades**.

Assim tenho minhas dúvidas a respeito da educação.

Meu pedido é este: ajudem seus alunos a tornarem-se humanos.

Seus esforços nunca deverão produzir monstros treinados.

Aprender a ler, escrever, aprender aritmética só são importantes quando servem para fazer nossos jovens tornarem-se cidadãos mais humanos.

Em 18 de abril de 1965, Theodor Adorno fazia uma conferência, em uma emissora de rádio, sob o título “*Educação após Auschwitz*”. Posteriormente ela foi incorporada ao livro *Educação e emancipação* que, no Brasil, foi editado pela Paz e Terra. Tenho em mãos a sétima reimpressão, de 2012. Adorno começa assim:

A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessário justificá-la. Não consigo entender como até hoje mereceu tão pouca atenção. Justificá-la teria algo de monstruoso em vista de toda monstruosidade ocorrida. Mas a pouca importância existente em relação a essa exigência e as questões que ela levanta provam que a monstruosidade não calou fundo nas pessoas, sintoma da persistência da possibilidade de que se repita no que depender do estado de consciência e de inconsciência das pessoas. Qualquer debate acerca das metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: Que Auschwitz não se repita. Ela foi a barbárie contra a qual se dirige toda a educação. Fala-se da ameaça de uma regressão à barbárie. Mas não se trata de uma ameaça, pois Auschwitz foi a regressão; a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram esta regressão. É isto que apavora.

Mas Adorno parece não alimentar grandes esperanças. Um pouco adiante, em sua alocução ele reflete:

Além disso seria necessário esclarecer quanto à possibilidade de haver um outro direcionamento para a fúria ocorrida em Auschwitz. Amanhã pode ser a vez de um outro grupo que não os judeus, por exemplo os idosos, que escaparam por pouco no Terceiro Reich, ou os intelectuais, ou simplesmente alguns grupos divergentes. O clima - e quero enfatizar esta questão - mais favorável a um tal ressurgimento é o nacionalismo ressurgente. Ele é tão raivoso justamente porque nesta época de comunicações internacionais e de blocos supranacionais já não é mais tão convicto, obrigando-se ao exagero desmesurado para convencer a si e aos outros que ainda têm substância.

Que visão profética essa do Adorno. Homens niilistas e ressentidos dão “espetáculos” de fúria quase que diariamente.

Mas vamos continuar a nossa trajetória histórica, certamente regressiva. Ainda em 1944, quando os horrores da guerra ainda estavam vivamente presentes e ultrapassavam todos os limites, uma nova doutrina da barbárie começava a ser arquitetada. Friedrich Hayek lança o seu *O caminho da servidão*, uma espécie de bíblia da nova doutrina, não tão nova, uma vez que é um retorno à ortodoxia liberal. O que diz tal doutrina e a quem ela ataca? Perry Anderson, em um texto clássico, *Balanço do neoliberalismo*, inserido no livro *Pós-neoliberalismo*, organizado por Emir Sader e Pablo Gentili, nos apresenta seus dogmas. Hayek argumentava que as ações do Estado de bem-estar, ou quaisquer intervenções do Estado no livre-mercado “*destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos*”. Observem que a concorrência está sendo eleita como “virtude mestra”, cultuada no altar da eficiência dos processos competitivos.

E o que deveria então ser feito para conter as ações sociais do Estado? O mesmo Perry Anderson, nos explica:

O remédio então era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com o bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas.

Apenas um parênteses, percebem nesta citação as ações dos governos Temer/Bolsonaro-Guedes e Richa/ Ratinho?

De um livro recente, *Nas ruínas do neoliberalismo - a ascensão da política antidemocrática no ocidente*, de Wendy Brown (2019) tomo outra definição:

O termo ‘neoliberalismo’ foi cunhado no Colóquio Walter Lippmann em 1938, uma reunião de acadêmicos que lançou as bases político-intelectuais daquilo que uma década depois se tornaria a Sociedade Mont Pélerin. O neoliberalismo é mais comumente associado a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigável para os investidores estrangeiros.

Menciono aqui a professora da Universidade da Califórnia, por ela associar em Hayek a liberdade econômica com a doutrina moral. Em mercados livres devem atuar indivíduos com fortes princípios morais, que devem constituir famílias (a família tradicional) e assumirem as responsabilidades da inserção na sociedade. Está aí a explicação do discurso da família, presente na boca de todo conservador neoliberal. O indivíduo e a sua família são responsabilizados. Isso desresponsabiliza o estado de suas ações de bem-estar. Brown destaca, também, a violência dessa doutrina para com a democracia. Para os neoliberais ela existe em excesso e por isso seus “abusos” precisam ser contidos. Rousseau e a sua doutrina da “vontade geral” e do “povo soberano” são doutrinas envenenadoras e abomináveis. Vejam o título dos capítulos I e II dessa obra: I. A sociedade deve ser desmantelada e II. A política deve ser destronada. Esses capítulos são precedidos de uma introdução sob o título “A ascensão da política antidemocrática”.

Observem bem - o neoliberalismo surge de “uma reunião de acadêmicos”. E por falar de acadêmicos, as doutrinas neoliberais para a educação surgem numa academia que se tornou

famosa por sua vinculação com o neoliberalismo, a Universidade de Chicago, donde saíram os *Chicago boys*, mundo afora. O acadêmico mais famoso para a educação é Milton Friedman, com o livro *Capitalismo e Liberdade*. Nele, no capítulo seis, apresenta o *papel do governo na educação*.

Antes, na década de 1950, também nos Estados Unidos, aparece uma nova teoria para a educação, a chamada *Teoria do capital humano*. Essa teoria foi formulada por economistas. Essa teoria, profundamente ideológica, afirma que nenhum ser humano é desprovido de capital. Ele próprio é o seu capital. Se ele investir em si mesmo, se ele se tornar uma “máquina” de alta tecnologia, ele estará preparado para a sua inserção no mercado. Essa teoria abriu o caminho para a chamada “educação tecnicista”, que reduz significativamente a importância, tanto dos professores quanto dos alunos, para focar na tecnologia, a fria tecnologia. A educação ganhará a conotação de treinamento do capital humano. A partir da entrada dos economistas na educação, eles dela não mais se afastaram. Pelo contrário, as instituições econômicas é que passaram a orientar e formular as políticas educacionais, especialmente, nos países mais dependentes, dentro da ordem econômica mundial. Cresceram em importância as agências econômicas internacionais como o FMI e, especialmente, o Banco Mundial. E o que foi feito dos filósofos, dos psicólogos, dos pedagogos e dos homens de estado? Apenas deixo a pergunta.

No ano de 1999, em trabalho acadêmico, eu apresentava essa situação da seguinte forma:

O banco trata a educação por um reducionismo economicista, querendo aplicar às escolas os princípios da racionalidade empresarial e usando uma linguagem transportada do econômico para o educacional. Suas políticas também são marcadas pelo afastamento dos pedagogos das concepções de educação, passando este espaço a ser ocupado pelos economistas. A escola passa a ser vista como uma empresa, o diretor como um gerente, os alu-

nos como clientes, os resultados escolares como produtos, os agentes educativos como insumos (inclusive os professores) e o principal parâmetro para todas as ações educativas passa a ser a relação custo/benefício e as taxas de retorno. Isto permite políticas como a superlotação das salas de aula, correção das distorções idade/série, eliminação da reprovação, tendo sempre - para tais ações - parâmetros econômicos e não pedagógicos. O banco é também o grande responsável pela visão eminentemente quantitativa e não qualitativa da educação. O mercado também determina os fins da educação e por isso já se fala em cidadãos competitivos. Já houve tempos em que os fins da educação eram determinados pelos filósofos. Esta dimensão só é compreensível com a fixação de toda a centralidade da vida humana no mercado. (Esse trabalho, sob o título O neoliberalismo: uma retomada dos princípios da sociedade de mercado capitalista, foi publicado no Caderno Pedagógico da APP-Sindicato - número 2, de março de 1999).

Bem, creio que estas são algumas reflexões fundamentais sobre a educação em todos os tempos, e não apenas em tempos de crises. Aliás, no sistema capitalista, as crises não são exceções, elas são a regra. As crises são sempre utilizadas em favor da acumulação de capital. Não seria diferente nesta crise da pandemia do Corona Vírus. Como na organização desse trabalho haverá abordagens mais específicas sobre a implementação da Educação a distância no ensino fundamental e médio em nossas escolas, vou me limitar a algumas questões conclusivas, a partir das reflexões aqui trazidas.

O Brasil e o Paraná têm hoje governos marcados pelo neoliberalismo. Em 2016 houve um Golpe de Estado no Brasil, um golpe com determinantes econômicos e sobre determinantes jurídicos, com o afastamento do PT do governo. Aqui no Paraná o neoliberal Beto Richa já imperava. As eleições de 2018 foram marcadas pelo impedimento de Lula na sua participação, por uma

condenação sem provas. Com a eleição de Bolsonaro e Ratinho, perfeitamente alinhados, o neoliberalismo se instaurou em sua forma mais assombrosa e assustadora. Eles romperam com o Pacto Social firmado pela Constituição de 1988, que colocara um fim provisório ao regime autoritário implantado pelo golpe de 1964.

O pacto constitucional foi um pacto social relativamente generoso, com um artigo, o quinto, garantindo as liberdades e direitos fundamentais e um título inteiro dedicado à Ordem Social, com ênfase sem precedentes nas garantias à Seguridade Social. Para romper com esse pacto usaram, à exaustão, tanto da violência física quanto da simbólica. O 29 de Abril de 2015 e de 2020 (exclusão dos agentes I e II, dos quadros da carreira pública) estão vivos em nossa memória. As cicatrizes são constantemente cutucadas para não cicatrizarem. Trabalho e previdência foram desmantelados. Novas reformas virão: a administrativa e a tributária. Seus princípios norteadores já conhecemos. Basta confrontar com a doutrina neoliberal.

O que esperar então de Ratinho e de Feder em tempos de crise humanitária? Princípios humanitários? A isso eles não são afeitos, senão não seriam políticos neoliberais. Me parece que a ação da implementação da EaD obedece a um ativismo inconsequente, associado a um espírito punitivo, marcado pelo ódio ao funcionalismo público. “Eles vão ter que trabalhar e trabalhar muito nesse período”. A uma dor, causada pela pandemia, somaram outra dor, a dor de carregar a “pedra de Sísifo”, a dor de um trabalho inútil e destituído de qualquer significado.

Mais um agravante! Quem é o secretário da educação? Quem é Renato Feder? Em recente post, no meu blog, eu perguntava pelas suas credenciais para o exercício do cargo. Quais seriam suas experiências teórico-práticas que o credenciaram para tão elevado cargo? Dele, fiquei sabendo ser um empresário e que já prestou reverências ao dinheiro. Naquele post eu o apresentava como alguém alheio à educação, alheio à realidade da educação paranaense e alheio mesmo ao próprio estado do Paraná. Somente

isso explica que ele tenha apresentado um projeto tão distante da “ação exercida” pela educação, da realidade social e econômica dos filhos dos paranaenses. Muitos dos alunos, nem os seus pais, têm sequer os meios tecnológicos inerentes à EaD.

Mas o projeto tem que dar certo. Nenhuma avaliação sobre essa experiência sequer pode ser cogitada. E isso gera desconfianças, sobre as quais nem quero cogitar. Mas, no que ele busca sustentar a viabilidade do projeto? Nas ameaças e no medo. Aos alunos ameaça com faltas e reprovação e aos professores com o terror dos capitães-do-mato, das chefias de núcleos e da vigilância dos tutores. Faltas, reposições e todos os tipos de intimidações imagináveis. Diante da situação, sinto muitos professores depressivos, agoniados e desesperados.

E qual é o clima gerado pelas intimidações e pelo medo? No post já referido eu falava do medo e da esperança como os dois mais importantes afetos humanos. Sendo que, deles, o medo faz muito mal e a esperança faz muito bem. Sinto professores com muito medo, medo até de perder a própria esperança. E perder a esperança implica perde a própria condição do humano.

Deixo essas reflexões para pensar na difícil condição de ser educador. Buscar o entendimento através da formação continuada é um dos primeiros imperativos éticos que acompanha a vida do professor. Ele precisa dar sentido, direção e significado ao seu trabalho. Deve-se perguntar constantemente sobre o que significa ser professor da escola pública. E uma advertência com relação a formação política: ela precisa ser ardentemente desejada e buscada. Cada voto tem enormes consequências. A política, bem como a educação, é feita por projetos e estes precisam ser conhecidos, aceitos ou rejeitados. Se rejeitados, precisam ser combatidos, sob pena de se perder o humano. Ah, a indiferença!

Mas não poderia terminar esse texto de uma forma negativa, sem a benfazeja da esperança. Esses dias fui convidado para uma palestra em um Congresso Municipal de Educação. Era para fundamentar um Plano de Educação, dentro da perspectiva de

Paulo Freire. A partir do livro *Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática pedagógica*, construí uma frase como epígrafe. Foi a seguinte:

Ensinar exige alegria e esperança. A esperança faz parte da natureza humana. Seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, primeiro, o ser humano não inscrevesse ou não se achasse predisposto a participar de um movimento constante de busca e, segundo, se buscasse sem esperança.

Por esses dias também, terminando um projeto coletivo de leituras e debates da obra de Paulo Freire, concluíamos o nosso trabalho sob a perspectiva de que cada criança a nós confiada pela educação fosse vista diante de sua **infinita possibilidade de “ser mais”**. Os que apenas vislumbram o «ter mais», jamais entenderão.

CAPÍTULO III

A EAD IMPOSTA E A NEGAÇÃO DO APRENDIZADO

Romeu Gomes de Miranda

Vivemos um momento histórico em que o país e o mundo sofrem um profundo abalo em função da pandemia do Covid19. Particularmente, no Paraná, sofremos uma outra epidemia: a total falta de sensibilidade das autoridades governamentais, em especial do secretário da Educação, que nos impõe um desastrado processo de retomada das atividades escolares em pleno isolamento social. E não se trata de qualquer atividade. Trata-se daquilo que Hegel chamou de “segundo nascimento” – a Educação.

Posso até entender que o secretário quis tentar alguma medida para romper a quarentena na expectativa de possibilitar aos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio a retomada das atividades de ensino e aprendizagem, interrompidas pela pandemia citada. Mas não posso entender e muito menos

aceitar a insistência num caminho que tem comprovado que não dá certo, que está provocando uma enorme angústia em alunos, pais e professores, pois por meio dele não se está ensinando e não se está aprendendo.

Já de saída o processo começou mal. Estabeleceu o Conselho Nacional de Educação que as redes de ensino ou escolas precisariam adequar a **“metodologia de ensino aos recursos tecnológicos necessários”**. Não houve adequação alguma. Para fazer qualquer adequação, os professores precisariam conhecer a metodologia de Educação a distância. Não conhecem porque sua prática com esse alunado era com a metodologia de educação presencial. Não basta transmissão de conteúdos, atividades educativas à distância exigem a ação competente do professor no emprego dessa ferramenta. Então, tanto a SEED quanto os professores passaram a despejar, e este é o termo, despejar conteúdos sobre os perplexos alunos isolados em suas casas, sem a mínima análise das condições concretas para acesso, assimilação e incorporação de qualquer conhecimento. Com pouco tempo, a crise se estabeleceu e se espalhou na rede. A Secretaria da Educação lançou-se numa aventura sem mapa e sem bússola, sem projeto e sem Know-how de ensinar posto que não é uma instituição de ensino, sendo tão somente gestora da rede pública de Educação. O resultado não poderia ser outro: estabeleceu-se uma homérica confusão. Pesquisas dão conta de que por volta de 10% dos alunos tem conseguido acessar as aulas à distância. Com extrema generosidade, elevemos esse índice para 40%. Ainda assim, é possível dizer ou pensar que tudo está no seu lugar?

Nem mesmo as Instituições de Ensino Superior no Brasil, ousaram dar um salto tão arriscado, prejudicando seus alunos. Mais da metade das instituições públicas rejeitou a adoção de aulas não presenciais por considerar impossível garantir o acesso e a qualidade do ensino devido a seus estudantes. Entretanto aqui na Educação Básica, o visionário secretário da Educação, com o lastimável aval do Conselho Estadual de Educação, alheio à dura e

triste realidade da maioria das famílias paranaenses, considera que as pré-condições para a EaD estão dadas. NÃO ESTÃO, Secretário Feder! Não estão, governador! Não estão, Ministério Público! Não estão, deputados! Acordem! Uma legião de crianças e de adolescentes estão sendo extremamente prejudicados em seu direito básico a uma educação de qualidade. Este silêncio está tornando letra morta o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente que em seu artigo 54, Inciso VII, parágrafo 2º assim define: “O não oferecimento do ensino obrigatório **ou sua oferta irregular**, importa em responsabilidade da autoridade competente”.

Secretário! A EaD não se aplica como substituição da educação regular presencial na Educação Básica, mesmo em situações como a que vivemos, pela simples razão de que as crianças e adolescentes nesta faixa etária precisam da mão e do olhar do mestre em seu processo de crescimento e aprendizado. Elas ainda não têm autonomia didática, ainda não desenvolveram a capacidade de estudo individual em nível suficiente para dispensar a presença do professor, e, a grande maioria, não dispõe, em suas casas, do ambiente e das pessoas necessárias e preparadas para o devido aporte e orientação. É preciso entender que a cada novo conteúdo há uma segunda fase de detalhamentos, exemplificações e aproximações; o que antes estava distante, vai gradativamente retirando, de dentro do que antes parecia um bloco incompreensível, um momento novo, um novo conhecimento. Nenhuma tecnologia remota possibilita essa magia. É a presença insubstituível do mestre que propicia este momento, o encantamento do saber, a alegria de um conhecimento novo. Só o professor detecta uma insegurança, percebe um estranhamento, detecta uma inibição e só ele, olho no olho, mão na mão, frente a frente, pode realizar a superação desse momento emblemático. Ao abandonar milhares de alunos a sua própria sorte, o secretário Feder joga milhares de alunos a um insondável universo de angústias e incertezas. Entre mais de dois mil e quinhentos depoimentos de alunos, pincei alguns para ilustrar o que digo, evidentemente, ocultando seus nomes e mantendo a grafia dos alunos:

Aluno 1 – “Não consigo colocar as atividades em dia, não conseguimos aprender nada e a cada 2 minutos eles colocam uma atividade nova até de madrugada estão lançando atividades, nas aulas normal a gente tinha em base 5 atividades por dia com o EAD temos 35, não dá pra viver assim.”

Aluno 2 – “Acho inconsequente colocar tanto peso encima dos alunos no momento em que estamos passando, muitos não sabem lidar com tudo o que está acontecendo no mundo e ainda tem 50 atividades para fazer, várias com data de entrega e grande maioria das atividades num nível alto comparado ao que estamos acostumados, sem contar que muitas vezes falta tempo pra fazer porque estão trabalhando, cuidando da casa e dos irmãos.”

Aluno 3 – “Acho que esse ano já não tem como salvar pois estão passando muitas atividades e com isso não iremos aprender nada. Minha opinião é que acabe isso logo pois estamos ficando nervosos com tudo isso. Principalmente quem está no terceiro. É muito complicado pra mim esse ano não tem mais jeito.”

Aluno 4 – “Eu tenho mais de 80 atividades acumuladas, chega aula a todo instante sendo que nem na escola eu ganho tanta atividade assim, as vídeo aulas não são tão boas quanto as normais, difícil acesso do aplicativo, não consigo suporte, parece que estou estudando sem professor algum e vamos ser francos, com acesso a internet esse sufocamento todo de atividades quase todos os alunos vão colar (inclusive eu) para ganhar nota, no fim ninguém vai aprender nada e tudo mundo vai se dar mal mais para frente.”

Aluno 5 - “Bom, eu acho as atividades exageradas e acho que sobrecarrega muito os alunos, estamos fazendo o melhor e tentando fazer em um dia, o que fazíamos em sala de aula, em uma semana. Não consigo completar todas as tarefas e deixar em dia porque é muita coisa, não estou conseguindo acompanhar todas as aulas porque estou fazendo atividades do class room.”

Aluno 6 – “Não suportei mais o EAD. Todos os dias eu choro como uma forma de aliviar o meu estresse.”

Aluno 7 - “Nos dois últimos meses desenvolvi depressão, não consigo fazer nada, sempre fui uma excelente aluna e todos os meus professores sabem disso, porém com esse sistema de aulas e trabalhos me sinto mais deprimida do que nunca, desmotivada, cansada.”

Aluno 8 - “Me sinto ansiosa toda vez que percebo que não posso resolver as milhares de atividades que caem sobre minhas costas, minha ansiedade piorou e eu me sinto pior do que quando ia no colégio. Também me sinto triste pois sei que algumas pessoas não têm acesso, a falta de justiça nisso me deixa enjoada, inclusão social zero.”

Basta de engano!

A fala dos alunos é de uma eloquência comovente. O silêncio das autoridades sobre esta grave situação é um silêncio criminoso!

CAPÍTULO IV

UMA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: a pedagogia da correspondência em Paulo Freire

Rogério Rech

Em tempos de guerra e de pandemias a primeira a morrer é a verdade. Pois bem, e se dissermos que a mentira prevaleceu no Brasil antes da Covid 19? Sim, o século XXI entra para a história como um período em que as notícias falsas triunfaram sobre as notícias verdadeiras. Assim como um vírus, elas entraram na mente do povo brasileiro fazendo o maior estrago na democracia e, por consequência, nas escolas públicas.

A mentira, então, não é “privilégio” da guerra ou da pandemia. Ela pode ser um projeto deliberado e interessado para

criar confusão. Em tempos da Rede Mundial dos Computadores (Internet) a fofoca foi acelerada. Houve conversão em massa às “verdades simplórias” e às pedagogias do testemunho. Coisas do tipo: “eu sei que foi assim”, “estou curado”, “Deus me enriqueceu”. Expressões que mostram uma fragilidade de argumento e uma fé frágil e egoísta. Não bastasse isso, em 2018, no Brasil, a mídia concentrou esforços em demonizar projetos políticos progressistas. Houve um reforço aos pensamentos individuais onde a Rede Globo de Televisão, maior canal de TV aberta do país, alardeava a todo momento: “que país eu quero para o futuro?”.

Não bastasse isso, a população recebia o tipo de mensagem que ecoava como uma verdade própria. Arquivos de dados da Internet foram violados e os “inquilino de plantão”, de posse dessas informações, apenas reforçavam frases de efeito que sujeito simples gostaria de ouvir: “fora comunismo”, “Lula ladrão”, “Família, pátria e propriedade”, “fora Paulo Freire”. O ano de 2018 entra para história como “brumado”. Os robôs reforçavam ideias que se materializaram como verdades absolutas e coube ao sufrágio eleitoral apresentar o resultado: “habemus presidente no Brasil!”

Não faremos aqui um “exame de consciência” para mostrar os erros da esquerda brasileira. Essa é uma tarefa improdutiva, até porque diante do que se apresenta em 2020, os fatos mostram que a eleição de Haddad seria menos nociva ao país. Fica a lição de que é preciso uma reversão no lugar da conversão, ou seja, toda uma retomada do humanismo, o fortalecimento da crítica aos sectários e aos fascistas que tendem a ressurgir em períodos de grandes crises como essa que estamos vivendo. Essa é uma luta de “grandes garras”, de trabalho árduo, mas como trabalhadores não fugimos do ofício.

No primeiro momento faremos uma reversão das mentiras sobre Paulo Freire. No segundo momento, apresentaremos algumas possibilidades de aplicação do pensamento freiriano diante dos desafios que estamos vivendo em tempos de pandemia, mais

especificamente dos estragos da Educação a distância (EaD). Por fim, faremos um exercício de nos colocarmos diante de uma pergunta óbvia: o que Paulo Freire nos diria hoje?

AS MENTIRAS SOBRE PAULO FREIRE.

Os mortos não descansarão em paz se o inimigo vencer, e eles têm insistido em vencer, dizia Walter Benjamin. No mesmo sentido, todo legado, vida e obra de Paulo Freire foram atacados desde 2016. Nas passeatas reacionárias houve quem ostentasse uma faixa: “Paulo Freire Comunista”! “Chega de Paulo Freire”! Essa parece ter sido “a mãe das mentiras”.

Paulo Freire nunca escondeu que era um cristão, acreditava em um Deus *a priori*. Então está longe de ser um materialista aos modos ortodoxos. Paulo Freire diz que foi com Cristo às periferias e encontrou Marx. De modo que aceitou uma aparente contradição, ser um cristão marxista. No entanto, nunca foi um defensor ferrenho do comunismo, apenas nos ensinou a encontrar nossos inimigos homenageando “os esfarrapados desse mundo”.

Seus ensinamentos nos ajudam entender a posição histórica da elite brasileira: truculenta e violenta na ação e com as palavras. Não tendo argumentos fortes e boa instrução, repetem bordões e criam inimigos com um enorme fetiche, coisas da fantasia. Assim, Paulo Freire foi acusado de subversivo internacional, e, por isso foi condenado. Exilou-se em 1964 na embaixada da Bolívia, dali partiu para Bogotá, depois ao Chile e conquistou o mundo. No Chile não trabalhou no Ministério de Educação, pelo contrário, foi aos assentamentos da Reforma Agrária. Ajudou na articulação da esquerda. Na África também ficou ao lado dos oprimidos, mas toda essa ação de solidariedade universal está longe de uma defesa intransigente do comunismo.

A segunda mentira diz que Paulo Freire foi um doutrinador. Ora, Freire é conhecido no mundo pelo educador do diálogo. O diálogo descarta de imediato qualquer posição sectária e indutiva.

Educador e educando mediados pelo mundo, dizia Paulo Freire. O foco de Paulo Freire era a realidade sob diferentes pontos de vista. De modo nenhum foi dogmático, não há argumento, nem fatos e tampouco eventos que poderiam nos levar a essa interpretação.

A terceira mentira é que o método defendido por Freire criou uma legião de analfabetos no Brasil. Essa é mentira deslavada. Em primeiro lugar, o Brasil nunca levou muito a sério o método freiriano. Em segundo lugar, Freire criou um método de alfabetização de adultos, uma metodologia nova que alfabetizou com êxito. Esse reconhecimento é mundial.

A criação de temas geradores ou complexos temáticos, um conjunto de palavras com sílabas fáceis como TIJOLO, permitiu que adultos aprendessem com sentido e no contexto de sua realidade e não mais com as antigas expressões como “Eva viu a uva”! Outros países da América Latina utilizaram esse método. Exemplo disso foi o sucesso da Argentina na alfabetização de adultos em 1973 e 1974.

Freire não patenteou um método para ganhar dinheiro. Pelo contrário, socializou o que tinha. Uma rica síntese de trabalhos desenvolvido a partir de múltiplas determinações. Sendo dialógico e não doutrinador, nos transmitiu de maneira agradável a palavra dos simples, em muitos casos na forma que ouvia e depois tematizava. É bom lembrar que Freire foi sendo produzido no processo, aprendia e ensinava no que há de mais dialético a ser dito.

A última mentira é que Paulo Freire teria um pensamento raso e panfletário. Ora, esse argumento não se sustenta nos fatos. O patrono da educação brasileira nos deixou uma vasta obra traduzida em mais de uma dezena de línguas. Não bastasse isso, foi agraciado com cerca de 48 títulos, entre doutorados *honoris causa*. O livro *Pedagogia do Oprimido* é o terceiro livro mais citado em trabalhos da área de humanidades no mundo. Há cerca de 350 escolas e instituições, como bibliotecas e universidades, que levam o seu nome como forma de homenagem. Não foi para Cuba, como dizem os desinformados. Lecionou em Harvard nos Estados

Unidos da América do Norte (EUA) e foi consultor, na Suíça, no Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas.

Por fim, quem ataca Paulo Freire e o que diz? As acusações a Paulo Freire são frases de efeito, midiáticas e pouco senso. Vamos mencioná-las. “Freire é um fetiche da esquerda”. “Devemos tirar o Mural Paulo Freire em frente ao Ministério da Educação”! “É o fim de Paulo Freire”. “Paulo Freire é um energúmeno”! “O legado de Freire é um lixo”! “Tem muita coisa escrita nos livros”!

O leitor deve imaginar os autores dessas frases. A prudência, a elegância e a estratégia nos levam a não os citar. O leitor pode encontrá-las em uma busca simples no Google. Afinal, alguém lembra de Velez Rodriguez, só para citar um exemplo? A história coloca personagens no esquecimento e eleva aqueles de produção sólida. A história não perdoa os grosseiros que lavam as mãos com sangue e com lágrima alheia. Qualquer crítica a Paulo Freire sempre será bem-vinda. Mesmo depois de sua morte, sua obra é inconclusa. No entanto, carecemos de provas de acusação, o que temos visto são apenas convicções muito fantasiosas, afinal qual o percentual de pessoas que Freire influenciou negativamente no País? Freire “emburreceu” alguém? Quem?

Veja que Marx criticou Hegel, mas o considerava um grande pensador. Quem critica Freire deve reconhecer o óbvio: sua vida e sua obra. A prática, afinal, é a medida da verdade. Estes que o criticam já pensaram em algum método de alfabetização? Já estiveram em sala de aula?

PAULO FREIRE EM TEMPOS DE EAD NO PARANÁ

A partir do mês de abril de 2020, o Estado do Paraná suspendeu as aulas presenciais a partir das recomendações sanitárias. As aulas foram disponibilizadas aos alunos da rede estadual de educação, pelo YouTube, três canais digitais e um aplicativo. Além disso, alunos poderiam retirar materiais impressos nas escolas

para atividades de tarefas sem a presença do professor. Vamos resumir o evento dizendo que menos da metade dos estudantes conseguiu interagir com o processo. Por outro lado, muitos professores sentiram-se incompetentes e improdutivos diante da “avalanche” de discursos em favor das mídias tecnológicas como um verdadeiro “milagre digital”.

Muitos professores aceitaram o imbróglio com medo de perder os salários se o calendário fosse alterado. Por outro lado, nada se compara ao sofrimento dos alunos de escola pública da periferia. Como esfarrapados desse mundo, sentem-se envergonhados em dizer que não têm celular ou que não entendem a aula online. Há ameaças de computação de faltas e do lançamento de notas baixas àqueles que não correspondam.

Interpretando Paulo Freire, percebemos que a História não perdoa aqueles que lavam as mãos com lágrima alheia. Muitos estão sendo cúmplices nessa forma de fingir que ensina e fingir que aprende. Paulo Freire jamais conceberia uma educação sem diálogo. Ora, quem foi consultado sobre esse sistema? Como o professor dialoga com os alunos em um sistema de pouco domínio técnico?

Os verdadeiros oprimidos não têm computador. Estão amontoados em casas pequenas. Como professores freirianos não podemos cansar de denunciar esse modelo altamente excludente. Freire nos convoca a trabalhar a realidade mesmo que ela seja dura, e não apenas contemplá-la. Freire nos intima à verdade, e a prática histórica é a medida da verdade. Sempre perguntamos: a coisa funciona? Pois bem, os alunos pobres são os mais prejudicados nesse momento, para eles não funciona.

Freire nos convoca a pedirmos a suspensão do calendário escolar. Nos obriga, no sentido ético, a criarmos um sistema de avaliação sem punição àqueles que não conseguem acesso às tecnologias. Em favor da vida, os freirianos não querem perder ninguém. Eles estão dispostos a trabalhar mais com a condição de que o trabalho seja duplamente remunerado: com salário e com

dignidade. Freire é voz forte nas favelas e nos assentamentos, onde a Internet “trava”.

Freire nos convida a uma saída honrosa dessa guerra: vencer a peste e vencer o que nos incomoda, ou seja, o desprezo pelos mais simples. Vamos sair de cabeça erguida. Freire é um manifesto na boca de cada professor, não como um fetiche, mas como a realidade que insiste em verter em tempos de pandemia. Subverter é verter por baixo, insistir, persuadir. Freire não é um grito comunista como quem atira “pedra no escuro”. Ele nos ajuda a identificar “os lados da trincheira” e nos fortalece nas opções. É agradável aos estarecidos e assustados desse mundo.

Freire não é o pedagogo da conversão, mas da reversão em nome de um humanismo perdido. Um elo que nos ligava aos alunos pobres e indefesos. Um espelho em que nos víamos como alunos saudosos de aulas presenciais “loucos” por afeto. Vamos repor o afeto ou apenas o conteúdo? Freire nos ajuda nos fantasmas que vivemos: sigam em frente diria o autor de Pedagogia do Oprimido! Mais amorosidade!

CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA PEDAGOGIA DA CORRESPONDÊNCIA

Uma Pedagogia da Correspondência apresenta dois sentidos necessários ao momento em que estamos vivendo. Isso tem muito a ver com uma pedagogia freiriana, ou seja, correspondência é uma correlação ou congruência e também uma carta, uma mensagem.

Não é necessário ser um comunista para dizer que EAD não tem correspondência com a realidade. Não há correlação nenhuma, os dados mostram que pedagogicamente isso é inviável. Então somos contra que alunos tenham acesso à vídeos de Internet? Obviamente que não, até entendemos a tal “boa intenção”, mas isso não pode reprovar alunos por frequência ou por nota. É urgente discutir um novo calendário, nos diria Paulo Freire.

Outra questão de uma Pedagogia da Correspondência é que a “carta”, ou seja, a mensagem, deve chegar do emissor ao receptor. Até agora temos emissores disseminando as coisas sem nenhuma garantia do retorno, da consumação do aprendizado. Assim, a partir do pensamento freiriano e de nossa prática histórica na educação, vamos elencar três mediadas que servem de encerramento do texto e abertura de discussões: (a) As aulas podem ser postadas na Internet, mas nenhum aluno será prejudicado, nem por nota e nem por falta; (b) suspensão imediata do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do calendário escolar; (c) os alunos terão direito à reposição das aulas e dos conteúdos. Podemos conclamar o Conselho Estadual de Educação para que se manifeste? Podemos encaminhar às entidades sindicais que se manifestem com mais firmeza, inclusive com responsabilização daqueles que insistem em dificultar a vida daqueles que a história já conseguiu “arranhar” o Cadastro de pessoa Física (CPF)? A resposta afirmativa é a prova de nossa coerência com Paulo Freire.



Fonte: Cyrillo Oliveira Júnior

CAPÍTULO V

“MEIA BOCA, A GENTE JÁ ESTÁ DANDO AULA PARA INGLÊS VER, CERTO!”:

as atividades a distância no Paraná e o desrespeito ao direito à educação

*Daniela Fernandes da Silva
Karina Lane Viane Ramalho de Sá Furlanete
Paula Gerez Robles Campos Vaz
Rogério Nunes da Silva*

No mês de março o governo do estado do Paraná interrompeu as aulas presenciais como uma das medidas de pre-

venção ao (COVID-19),¹ Na sequência, o Conselho Estadual de Estadual – CEE autorizou a possibilidade da oferta das atividades educativas à distância (parecer nº 01/2020) e a SEED por meio da Resolução SEED/PR nº 1016/2020 e demais regulamentou o processo na rede estadual.

Neste texto realizamos algumas reflexões sobre o desenvolvimento das atividades remotas no Paraná procurando considerar o principal aspecto em qualquer processo educativo: o direito dos estudantes à educação. Inicialmente as duas falas apresentadas a seguir indicam as ideias centrais do artigo.

A primeira foi materializada na fala do chefe do Núcleo Regional de Educação de Londrina – NRE Londrina, Jéssica Elizabeth Gonçalves Pieri. No meio do mês de abril circulou nas redes sociais um vídeo em que a chefe do NRE, com o pretexto de “orientar” os(as) diretores(as) e os(as) secretários(as) das escolas fez várias afirmações, dentre elas *“Meia boca, a gente já está dando aula para inglês ver, certo, mas as aulas vão começar a melhorar”*.²

A segunda ideia fundamental para nós concretiza-se no depoimento do estudante da educação básica de Londrina, transcrita a seguir:

Eu não tenho internet em casa e pelo celular fica complicado acessar porque é muita coisa para assistir, tenho de usar os dados móveis e fica muito caro. Além disso tenho de trabalhar para ajudar em casa, estou triste porque acho que vou reprovar de ano³

¹ O decreto nº 4320/2020 estabeleceu esta medida.

² Na ocasião a APP Sindicato Londrina publicou a seguinte nota “Postura da chefe do NRE Londrina, em vídeo que circula nas redes sociais, é um claro exemplo de assédio moral”, disponível em <https://www.applondrina.com/2020/04/17/postura-da-chefe-do-nre-londrina-em-video-que-circula-nas-redes-sociais-e-um-claro-exemplo-de-assedio-moral/>, acesso em 22. Mai. 2020. Sobre este fato ainda, a entidade apresentou denúncia ao Ministério Público do Trabalho e o órgão abriu um procedimento para investigar a chefe do NRE Londrina.

³ A frase foi extraída do depoimento da estudante Beatriz Garcia Lima, 16 anos. O material é um trecho da série produzida pela jornalista Elza Caldeira, “Aulas Remotas: muito trabalho, pouco aprendizado”, a reportagem completa pode ser acessada no link <https://www.applon->

As notícias publicadas pela SEED/PR sobre o “sucesso” do sistema geralmente valorizam dados de acesso, número de visualizações, quantidade de pessoas que baixaram o aplicativo. No entanto, o secretário/empresário Renato Feder esconde dentro das turmas virtuais que as atividades à distância negam o direito à educação e produzem angústia e sofrimento às crianças, adolescentes, jovens e adultos matriculados nas escolas estaduais do Paraná.

Diante dos problemas, invisíveis para grande parte da sociedade, os estudantes e suas famílias têm sido obrigados a lidar com os impactos da pandemia em suas vidas e com os problemas criados pelo sistema de atividades à distância proposto pela SEED/PR.

Por fim, o desenvolvimento das ideias centrais requer considerar o contexto das políticas educacionais no Brasil e no Paraná. Na sequência será apresentada a estrutura do sistema proposto no Estado e os levantamentos e pesquisas que demonstram a exclusão gerada por este. Como escolha metodológica valorizamos as percepções dos autores/professores(as) da rede estadual e os depoimentos produzidos pelos estudantes.

“VAMOS LÁ TIME!”: AS REFORMAS NEOLIBERAIS E OS SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.

Estou muito estressada com o EAD, as vezes parece que vou enlouquecer [...] estou com problemas de ansiedade porque eu não estou conseguindo entender nada. Eles falam que quem não fizer as atividades ficará com faltas e poderá ser reprovado, isso dá um pânico e medo na gente”, (Estudante do 2º ano do Ensino Médio.⁴

drina.com/2020/05/22/pressao-causada-pelo-ead-afeta-a-saude-dosas-estudantes-002/, acesso em 22. Mai. 2020.

⁴ A frase foi extraída do depoimento da estudante Clara B. da Silva, 16 anos. O material é um trecho da série produzida pela jornalista Elza Caldeira, “Aulas Remotas: muito trabalho, pouco

Uma das características desse momento histórico na sociedade brasileira é a realização de mudanças no sistema de proteção social, construído a partir de 1988. O texto constitucional é resultado de uma série de mobilizações da sociedade e o debate atual polariza o modelo de Estado Social⁵ adotado pela Constituição de 1988 e a perspectiva neoliberal de Estado Mínimo (SALVADOR, 2010).

Como exemplos das iniciativas que têm sido promovidas nos mandatos de Michel Temer⁶ e de Jair Bolsonaro,⁷ têm-se a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), a PEC do Teto dos Gastos (Emenda Constitucional 95/2016), responsável por limitar os investimentos nos direitos sociais, a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e a Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019), que são algumas das iniciativas que retiraram direitos conquistados pelos(as) trabalhadores(as) nas últimas décadas.

No caso da educação, as ideias neoliberais fundamentam o processo descrito por Freitas (2018) como ‘Reforma Empresarial na Educação’.⁸ Nessa concepção, predomina a ideia de que a

aprendizado”, a reportagem completa pode ser acessada no link <https://www.applondrina.com/2020/05/22/pressao-causada-pelo-ead-afeta-a-saude-dos-as-estudantes-002/>, acesso em 22. Mai. 2020.

⁵ Sobre o Estado social, Salvador (2010, p. 29) destaca que “os países capitalistas passaram por profundas transformações ao longo do século XX, que marcaram avanços na proteção social, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, com a consolidação do chamado Estado Social. A luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e por uma situação mais digna de trabalho construiu a experiência de um determinado padrão de proteção social, no período de 1945 a 1975”.

⁶ O mandato de Michel Temer foi de 12 maio de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

⁷ O mandato de Jair Bolsonaro iniciou em 2019 e está em curso.

⁸ Segundo Freitas (2018, p. 40), “o movimento da reforma empresarial da educação (termo pelo qual optamos) desenvolveu-se nas últimas décadas em escola mundial, mas pelo menos dois países planejaram sua educação com base nele de forma mais extensa – Estados Unidos da América e Chile (...) os reformadores visam a implementação de reformas educacionais para, por um lado, garantir o domínio de competência e habilidade básicas necessárias para a atividade econômica revolucionada pelas novas tecnologias e processos de trabalho (Revolução 4.0) e, por outro, garantir que tal iniciativa se contenha dentro da sua visão de mundo que se traduz em um *status quo* modernizado. O objetivo final deste movimento é a retirada da educação do âmbito do “direito social” e sua inserção como “serviço no interior do livre mercado, coerentemente com sua concepção de sociedade e de Estado”.

escola deve ser organizada pela lógica da empresa. Este momento de profundas e preocupantes transformações retoma com bastante força ideias da década de 1990, quando o Estado passou por reformas marcadas por forte orientação político-ideológica neoliberal. Agora esta orientação apresenta-se de forma ainda mais agressiva e materializa-se, neste contexto de pandemia, na modalidade da educação a distância (EaD).

As propostas de reformas educacionais dos últimos anos, intensificadas com a entrada do governo Michel Temer, não apresentam essencialmente uma nova visão do contexto educacional brasileiro. Muito pelo contrário, aprofundam a implementação de um modelo educacional neoliberal muito forte durante o governo de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990. Naquele período, apenas para citar exemplo, houve uma grande investida contra as Instituições de Ensino Superior (IES) cujos reflexos são notados até hoje em relação ao trabalho e produção docente. Embora na década de 2000 essa visão tenha perdido força, não houve rompimento de fato com essas ideias.

Kuenzer (2017), ao discutir o embate político a respeito da reforma do Ensino Médio e a flexibilização dos projetos e das práticas pedagógicas intensificados desde 2012, mostra que há uma falsa controvérsia entre a rigidez e a flexibilidade curricular. Essa controvérsia é intencionalmente posta como centro do debate, além disso a forma da acumulação flexível traz ainda uma “pedagogia” própria. Essa pedagogia da flexibilidade, como política pública, alinha-se às demandas do mercado quando o objetivo é “formar subjetividades flexíveis que se relacionem, produzam e consumam em uma sociedade cuja base técnica, a mover o mercado, é a microeletrônica” (KUENZER, 2017, p. 340). Aligeirar a formação na educação básica e formar uma subjetividade flexível, enunciada como autônoma, fornece ao mercado trabalhadores adaptados e com maior dificuldade de questionamento. A ênfase nas “novas tecnologias” para a melhoria da educação, entre elas a educação a distância, é bandeira

importante dessa visão de ensino. Essa bandeira tem também como objetivo formar um trabalhador flexível e autônomo, no sentido de adaptável ao sistema (KUENZER, 2017).

Tanto a reforma do Ensino Médio quanto a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), principalmente em suas últimas versões, são forjadas tendo como pano de fundo as influências de políticas muito específicas que têm como base os conceitos de eficiência, eficácia, performatividade e qualidade (CORRÊA & MORGADO, 2018). Esses conceitos fazem sentido em um contexto de desvalorização do público em detrimento do privado, quando o Estado para ser eficiente deve seguir os passos da iniciativa privada. Nesta idealização de Estado, as soluções, inclusive para os problemas da educação, são dadas pela iniciativa privada e por instituições ligadas a elas e ainda por organizações não governamentais. Dessa forma, há grande peso em relação ao que é proposto por sujeitos da iniciativa privada de qualquer área, em detrimento das propostas elaboradas em pesquisas na área da educação por sujeitos que trabalham em/com educação.

A reforma do ensino médio, a BNCC e as ações desenvolvidas pela Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná (SEED/PR) têm sido influenciadas por esta concepção neoliberal. A negação do direito à educação e ao conhecimento aos estudantes e as angústias e sofrimentos percebidos nos seus depoimentos são alguns dos efeitos desta perspectiva.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS NO PARANÁ

Os formulários são incompletos para as respostas, são mal programados e dificultam a realização das atividades. Está sendo uma péssima experiência (Depoimento de estudante do ensino médio)⁹

⁹ A frase foi extraída do depoimento do estudante Rafael Pereira F. de Carvalho, 16 anos. O material é um trecho da série produzida pela jornalista Elza Caldeira, “Aulas Remotas: muito trabalho, pouco aprendizado”, a reportagem completa pode ser acessada no link <https://www.>

Para delinear o termo qualidade da educação, Dourado; Oliveira e Santos (2007) descrevem elementos intra e extra-escolares que vão desde as condições socioeconômicas dos estudantes até os processos de organização e gestão escolares.

A compreensão do que é qualidade no contexto educacional tem consequências diretas no processo de ensino-aprendizagem. Nas disputas em torno do termo qualidade da educação é possível identificar os reflexos de diferentes compreensões nos documentos oficiais. Observa-se também a influência dos organismos internacionais na elaboração das regulamentações das reformas educacionais iniciadas na década de 1990. Os pressupostos defendidos pelos organismos internacionais apresentam-se não apenas em documentos da União, mas também em documentos e regulamentações de entes federativos. Principalmente aqueles que passaram ou passam por gestões abertamente neoliberais, como é o caso do Paraná.

No caso do estado do Paraná, no governo Ratinho Júnior¹⁰, essa concepção de educação tem orientado as políticas desenvolvidas pela SEED¹¹. O Sistema de Avaliação da Educação Básica

aplonrdina.com/2020/05/22/pressao-causada-pelo-ead-afeta-a-saude-dos-estudantes-002/, acesso em 22. Mai. 2020.

¹⁰ No ano de 2019, com o início do governo Ratinho Jr., um empresário do setor de tecnologia, Renato Feder, assume a SEED/PR. Como efeito da sua nomeação, ganhou repercussão um livro seu intitulado *Carregando o Elefante: como transformar o Brasil no país mais rico do mundo*. Em um trecho do livro, Feder e Ostrowiecki chegam ao ponto de tratar professores(as) como semianalfabetos(as): “Alunos das escolas públicas estudam com professores semianalfabetos, tirando as piores notas de Matemática do mundo” (pág. 14). No lugar de um Estado que garanta uma educação voltada ao desenvolvimento humano, surge uma escola numa concepção rasa de viés ideológico liberal, em que a proposta fim é “privatizar todas as escolas e universidades públicas, implantando um sistema de vouchers” e minimizar os direitos sociais com o culto à concorrência desenfreada e ao dinheiro como princípio de progresso, como segue na dedicatória de ‘Carregando o Elefante’: “Este livro é dedicado ao dinheiro, símbolo da criatividade humana. Símbolo” garanta uma educação voltada ao desenvolvimento humano, surge uma escola numa concepção rasa de viés ideológico liberal, em que a proposta fim é “privatizar todas as escolas e universidades públicas, implantando um sistema de vouchers” e minimizar os direitos sociais com o culto à concorrência desenfreada e ao dinheiro como princípio de progresso, (APP Sindicato, 2019, p. 9).

¹¹ Carlos Roberto Massa Junior, popularmente conhecido como Ratinho Jr., foi eleito governador do estado do Paraná no dia 07 de outubro de 2018, no primeiro turno, com 59,99%

do Paraná (SAEP), a Prova Paraná, os programas de Tutoria e Se Liga é Tempo de Aprender mais!, a criação da disciplina de empreendedorismo e a implantação de um novo currículo para o ensino fundamental (6º ao 9º ano) - Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), são exemplos da construção de uma política educacional de inspiração neoliberal centrada na valorização de índices.

Essa política educacional valoriza os sistemas de avaliação externos e o controle da prática escolar por meio da valorização da gestão – “a pedagogia de planilha” (APP Sindicato, 2019). O(a) professor(a) perde espaço no planejamento de sua prática docente, na definição dos conteúdos, dos objetivos de aprendizagem e dos critérios de avaliação externos. A avaliação resume-se à aplicação de testes de múltipla escolha. O processo de ensino e de aprendizagem tem, na análise dos índices gerado pelas avaliações de larga escala, uma importância fundamental.

Diante dos questionamentos sobre o acesso dos estudantes, a qualidade do material e as condições de trabalho, a SEED/PR divulgou um material institucional denominado de “Baseado em cinco pilares, EaD se consolida na rede estadual”, e segundo a secretaria:

A totalidade dos 1,07 milhão de alunos da rede estadual foi atingida nos primeiros 40 dias de funcionamento das plataformas de ensino a distância (...) A transmissão nos canais digitais de TV abrange regiões onde vivem mais de 10,5 milhões de paranaenses. Até o momento, 1.028 aulas foram exibidas durante as 24 horas do dia nos sete dias da semana. O Canal de Youtube, Aula Paraná, conta com mais de 16 milhões de visualizações(...) Os professores já passaram por mais de mil lives, videoconferências, meetings e outras reuniões virtuais, em que foram feitas ações de formação, tiradas dúvidas, repassadas orientações. (SEED/PR, 2020).

A valorização dos números que comprovariam o sucesso da iniciativa não condiz com os depoimentos dos estudantes apresentados, com as informações que circulam nas redes sociais e com os levantamentos, reportagens e pesquisas realizados até o presente momento. É importante considerar que o contexto da pandemia tem justificado o aprofundamento da política educacional neoliberal.

A discussão dos efeitos da proposta da SEED nos jovens requer considerar o contexto social e econômico. O projeto de atividades à distância materializa esta concepção de sociedade e educação fundamentada no neoliberalismo. Os conceitos de eficiência, eficácia e produtividade adentram a escola pública, parte constituinte do Estado, materializando-se nestas atividades burocratizadas e na busca por melhores índices nas avaliações de larga escala.

OS(AS) ESTUDANTES SÃO INVISÍVEIS

A participação dos estudantes no espaço escolar é um desafio permanente. As atividades à distância foram efetivadas sem espaços de participação e diálogo com as escolas, famílias e estudantes.¹² Diante dos sucessivos problemas, a orientação da SEED é que estes sejam relatados por e-mail para as direções escolares, para os tutores(as) e para os canais institucionais. Esta metodologia esconde os problemas e prejudica os estudantes.

Por outro lado, as dúvidas, questionamentos e críticas devem ser encaminhadas para os canais de atendimento oficiais ou de forma particular. Tal estrutura limita o debate coletivo entre professores(as) e funcionários (já prejudicado

¹² A SEED/PR tem ignorado vários aspectos da deliberação 01/20 do Conselho Estadual de Educação. O discurso produzido destaca que a oferta de atividades online é a única alternativa possível. No entanto, o documento do CEE previu que a oferta de atividades não presenciais (EaD) é uma possibilidade. A decisão deveria ser da escola em comum acordo SEED. A suspensão do calendário escolar também foi prevista como uma alternativa (art. 8º).

pelas necessárias medidas de isolamento social) e reforça a individualização das ações.

Esta característica não ocorre por acaso. Um dos princípios da pedagogia empresarial e do neoliberalismo é o estímulo à *individualização* da sociabilidade e do processo educativo. Por este motivo, diante dos graves problemas vivenciados e relatados pelos estudantes, é comum a resposta que eles devem resolver a partir da consulta de determinado tutorial. Tal perspectiva, ignora o papel da escola na educação e o fato de que crianças e jovens são sujeitos em formação.

Diante do crescimento dos questionamentos sobre as atividades à distância, o governo e parte das escolas recorrem à estratégia de culpar os estudantes e suas famílias. Ganha força a ideia de que todos(as) devem se adaptar ao momento e que a proposta da SEED é a única possível.

No entanto, uma simples consulta na página em que o aplicativo aula paraná pode ser baixado demonstra que as atividades online reforçam o processo de exclusão na educação. No dia que consultamos o sítio, haviam sido realizados 10.677 comentários.¹³ Não analisamos todos, mas é perceptível que em grande parte são relatados problemas. Transcrevemos alguns comentários realizados no final de abril e início de maio:

“Também penso sobre isso de quem não tem TV e celular...Agem como se TODOS pudessem ter...Tem questões longas que demoram só poucos minutos e questões pequenas que demoram uns nove minutos. Da para ver pelo YT então n sei pq tem o app. O Classroom é um tanto ruim de acessar.”

“Um absurdo o que o governo fez tenho 11 anos sou humano e não um robô para fazer tantas atividades. Comecei as aulas no dia 5 de maio, no entanto, agora tenho infinitas aulas de mais de 5

¹³ A consulta foi realizada no link https://play.google.com/store/apps/details?id=tv.ip.aulapr&hl=pt_BR, acesso em 17. Mai. 2020.

horas não vou dar conta. Posso repetir e sem falar do aplicativo que tem aulas e não são poucas!”

“Melhoraram a qualidade de vídeo, mas os slides não ficam abertos, porque o tempo que eles dão pra copiar não é suficiente. Além do mais, o aplicativo gasta muito espaço no celular se é que praticamente não serve pra nada. Eu até parei de tenta copiar as atividades que eles dão durante a aula.”

“O app melhorou muito em relação ao começo, as ainda assim apresenta muitos erros! Fora que a tela trava, o áudio fica atrasado e não dá pra ver o que está escrito na tela pois a imagem é horrível! E, além disso, eu não consigo acessar os grupos das aulas! Não aparece nenhum dos grupos de conversas.”

“O app não presta, o sistema bugou e as matérias ficam arquivadas, não podendo responder alguma questão. Para piorar as aulas estão repetindo, e **não dá para aprender nada**, pois tem muita diferença do contato do professor com o aluno na escola com as aulas sendo passadas pela tv.”

“**Não estou dando conta dessas atividades.** Pos-tam até de madrugada, finais de semana e feriados. Não tem como fazer mais de 71 atividades no dia. Eu tenho minhas obrigações dentro de casa. Não posso passar o dia todo em frente ao celular. Nem na escola tem tanta tarefa assim.”

“Minha sala não tem livro, pois o governo não enviou livros suficientes para todas as turmas, e o aplicativo está travando, não sabemos ainda como vamos estudar sem livros né governo!!”

“Eu tento responder as atividades, mas nem sequer abre e quando consigo responder as questões, clico em enviar e aparece que a página web não está disponível, perco todo o meu tempo respondendo pra no final dar erro ao enviar a resposta, esse aplicativo precisa de muitos ajustes ainda.”

“Esse aplicativo não ensina nada, a maioria das crianças nem assistem as aulas, e na hora de fazer as atividades no Google sala de aula simplesmente copiam as respostas da internet, e isso não é aprender.”

“Era muito mais fácil passar as perguntas e agente só responder no aplicativo, isso desanima muito, pra entrar no Google Sala de aula tem que colocar outro e-mail, outra senha, sendo que era só deixar o código. **O que vai acontecer nos vamos reprovar?”**

“Olha, na minha cidade são poucas pessoas que têm acesso à internet (...) as pessoas não conseguem baixar o app, acho que isso está desmerecendo algumas classes sociais, por mais que não tenha gasto de dados móveis, mais já pararam pra pensar.”

A análise das postagens permite identificar recorrências nas reclamações. A primeira é a ausência de condições para o acesso as plataformas. Aqueles(as) que têm acesso sofrem com aulas longas, descontextualizadas, com a grande quantidade de atividades e com a ausência de uma estrutura efetiva de apoio para a resolução das dúvidas. Tais características permite afirmar que de fato as atividades à distância não asseguram duas dimensões fundamentais de qualquer proposta educativa: o acesso e a aprendizagem.

É PRECISO ROMPER A INVISIBILIDADE, O ISOLAMENTO E A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS ESTUDANTES

A invisibilidade de seus problemas e angústias, a nosso ver, é um dos principais impactos vivenciados pelos(as) estudantes expostos às atividades online da SEED/PR. A educação a distância em “tempos normais” diminui o aspecto da socialização do processo educativo. Neste período de isolamento social esta

característica aprofunda-se. O contato dos autores(as)/docentes com os estudantes nas plataformas criadas pela SEED/PR, a consulta das postagens nas redes sociais e em grupos de WhatsApp confirmam este aspecto.

Inúmeros levantamentos e pesquisas têm confirmado que os depoimentos mostrados neste trabalho não são casos isolados. Apesar disso, o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública e os órgãos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes têm se mantido inertes nesta temática.

Além disso, a publicidade oficial reforça números de acessos e contribui para o crescimento de uma visão fatalista nas escolas. É comum o seguinte raciocínio, sabemos que a maioria dos estudantes não tem acesso e que aqueles que participam não aprendem, mas neste momento, para não repor as aulas depois, para preservar o nosso salário e para não prejudicar os estudantes, vamos *fazendo meia boca!*

No entanto, não se pode desconsiderar que a política neoliberal que retira os direitos dos jovens também impacta os trabalhadores(as) da educação. A reforma do ensino médio regulamentou a possibilidade que o conteúdo seja ofertado à distância. Neste sentido, é provável que a alternativa desenvolvida para os tempos de pandemia torne-se uma política educacional permanente. Uma das possíveis consequências deste processo é o aumento do desemprego entre os professores(as) e funcionários(as).

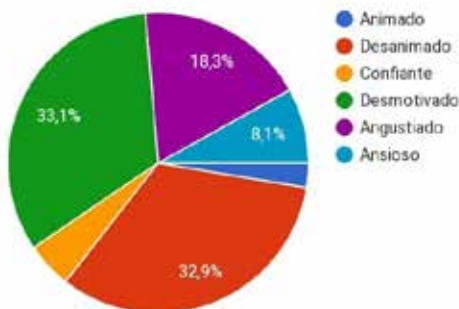
A partir da segunda quinzena de abril, algumas iniciativas de professores(as) demonstraram a exclusão promovida pelas atividades online no Paraná. Merece destaque a pesquisa realizada por professores(as) e funcionários(as) na região de Curitiba em parceria com a UPES – União Paranaense dos Estudantes.¹⁴

¹⁴ As informações sobre a pesquisa foram consultadas no perfil do professor [Acleilton Ganzert](#), na apresentação consta a seguinte informação: "Pesquisa revela que os estudantes da educação básica não aceitam o projeto de EaD do governo do Paraná. Pesquisa independente realizada através das redes sociais nesse final de semana sugere que a maioria dos estudantes da Educação Básica do Paraná está muito insatisfeita com o projeto de Ensino à Distância implantado pela

A consulta aos dados demonstra que apenas 43,5% dos jovens acompanham todas as aulas e realizam as atividades e 70,4% afirmam que as aulas são ruins, muito cansativas e com muitos conteúdos. Um aspecto que tem preocupado são os impactos destas atividades na saúde mental dos adolescentes e jovens. É comum relatos de angústia, desmotivação e ansiedade. O gráfico a seguir permite afirmar que este é um efeito coletivo:

Como se sente acompanhando as aulas?

2.712 respostas



Fonte: Ganzert, 2020.

SEED - Secretaria Estadual de Educação, ainda no início do mês de abril deste ano. Com o apoio da UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundaristas), um grupo de educadores independentes publicou um questionário nas redes sociais com perguntas direcionadas aos estudantes da rede de escolas públicas do Paraná sobre como estão participando das aulas online, sobre a importância que atribuem a essas aulas, sobre suas condições de acessibilidade às plataformas digitais disponíveis, sobre as dificuldades que estão encontrando para acompanhar as aulas, sobre o nível de aprendizagem que estão adquirindo e, ainda, sobre como estão se sentindo sendo obrigados a participarem desse projeto. Foram obtidas aproximadamente 2.500 respostas, sendo 78% delas de estudantes do Ensino Médio, disponível em <https://www.facebook.com/acleilton.lucioganzert/posts/2952137274855263>, acesso em 17. Mai. 2020.

A APP-Sindicato de Londrina realizou com o apoio de projetos de ensino/pesquisa/extensão da Universidade Estadual de Londrina a pesquisa “Atividades escolares durante a pandemia e condições de trabalho docente no Paraná”. Os dados obtidos demonstram que apenas 29,42% (49.093 estudantes) dos estudantes conseguiram entregar as atividades solicitadas pelos professores(as) em todo o Estado. A análise das informações detalhadas demonstra uma situação ainda mais preocupante: 79,42% não conseguiram realizar nem 50% das atividades propostas. Os professores(as) que compõem a amostra atendem 166.865 estudantes.¹⁵

PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE AS ATIVIDADES À DISTÂNCIA: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE EXCLUSÃO

Em nossas práticas como docentes, o caráter excludente das atividades à distância que ocorrem nas escolas paranaenses pode ser evidenciado ao observamos alguns fatores: *I. Questões socioeconômicas*: os alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social neste contexto têm intensificado sua supressão de acesso ao ensino, por falta de ingresso a tecnologias essenciais para o ensino à distância, e/ou por falta de estrutura física em sua casa que forneça um ambiente condizente a rotina de estudos, e/ou por trabalhar nos horários das aulas exibidas na tevê Aula Paraná, já que a grade da tevê não coincide com o horário habitual. *II. Qualidade de aprendizagem*: sem a interação da mediação aluno-professor o ensino se esvazia, as aulas e atividades elaboradas pela SEED têm como princípio uma educação bancária na qual o aluno não é agente protagonista de sua práxis

¹⁵ A pesquisa contou com a participação de 596 professores(as) da rede estadual, de 61 municípios e 30 núcleos regionais de educação – NREs. Foram consultados(as) educadores(as) do Ensino Fundamental e Médio, de todas as modalidades de ensino e das disciplinas que compõem a matriz curricular. No dia 09 de junho de 2020 os organizadores(as) divulgaram o relatório parcial da pesquisa. O documento pode ser consultado no link: <https://www.applondrina.com/2020/06/09/pesquisa-confirma-que-apenas-30-dos-estudantes-conseguem-entregar-atividades-online-no-parana/>, acesso em 23. Jun, 2020.

de aprendizagem, o aluno é apenas um ouvinte e executor de atividades mecânicas que não desenvolve uma aprendizagem, muito menos significativa e reflexiva. E *III. Adaptação curricular*: as aulas e os conteúdos não são adaptados para abranger as diversas realidades de ensino-aprendizagem de nossos alunos como preconiza as diretrizes de ensino.

Para melhor ilustração destes pontos, segue a descrição de algumas circunstâncias bem como relatos de alguns estudantes diante destas situações.

Uma aluna do noturno de um colégio em região periférica relata que não consegue fazer as atividades, pois em casa há apenas um celular e ela precisa dividi-lo com seus dois filhos, alunos do Ensino Fundamental do período vespertino do mesmo colégio:

Não irei dá conta, os meninos precisam fazer as coisas deles, só um celular fica difícil tem que ficar trocando o nome pra entrar nem sei como fazer e pequenas as letras fico com dor de cabeça e na tv não dá é de tarde tenho que limpar a casa e fazer comida de tarde. (Depoimento de estudante de Londrina).

Outro aluno que trabalha em um mercado conta que irá desistir das aulas este ano e talvez retornar futuramente:

Irei para de estudar não aguento mais, no trabalho estou muito cansado tenho que limpar tudo toda hora aumentou bastante o serviço, como em casa só tem eu trabalhando eu tô fazendo extra pra dá conta de pagar as coisas então é isso irei parar de estudar (Depoimento de estudante de Londrina).¹⁶

Uma aluna que é atendida no programa mais aprendizagem desabafa:

Professora não estou entendendo nada, foi ontem que consegui entrar na sala online e hoje só chorei

¹⁶ Os depoimentos foram encaminhados as(os) autores(as). Os estudantes foram informados da finalidade do depoimento e consentiram com a utilização no artigo. Para evitar exposição optou-se por não identificar os estudantes e as escolas e fazer referência apenas ao município.

tentando fazer as coisas, não é como na sala que o professor vem perto e me ajuda não adianta estudar assim não aprendo nada. Estou desesperada. (Depoimento de estudante de Londrina).

A retirada do direito à educação desconstrói os projetos dos jovens de continuidade dos estudos:

Não tem jeito de suspender essas aulas, não consigo aprender. Fiquei mais de duas semanas sem acesso ao aplicativo, agora que consegui acessar não consigo enviar as atividades fica travado, está muito complicado, não estou entendendo as aulas muitas dúvidas. Se continuar assim não irei aprender nada e esse ano será perdido se suspender as aulas como na UEL é melhor, o importante não é terminar esse ano o importante é aprender a matéria. (Depoimento de estudante de Londrina).

No caso do Ensino Fundamental (6º ao 9º), a ausência de uma preocupação com a esta fase do desenvolvimento aprofunda os problemas apresentados. Os autores do texto trabalham em realidades sócio-educacionais diversas e o respeito às fases do desenvolvimento dos estudantes, às diversidades e às desigualdades sociais inexistente na proposta da SEED.

A proposta, que a SEED costuma chamar de solução EaD, oferta aos estudantes três ferramentas, conforme já foi dito anteriormente: aulas em canal de tevê aberta, aplicativo Aula Paraná e a plataforma Google Classroom. Sendo assim, a proposta, imediatamente, excluiu do processo a maioria dos estudantes. Excluiu porque não contempla o número de crianças e jovens que não têm aparelho celular, e estes são muitos no Estado. Excluiu porque não oferece alternativas para famílias que possuem apenas um celular em casa. Excluiu porque parte do princípio de que todos os celulares suportam aplicativos para além do WhatsApp. Além disso, a proposta da SEED deixou à margem do processo as famílias que não têm televisão (elas existem); as que têm, mas não contam o conversor digital; as que têm televisão, mas os filhos estudam em séries diferentes e

o horário das aulas coincidem ou, ainda, alunos que trabalham nos horários em que as aulas são apresentadas.

Relatos de estudantes do Ensino Médio, tanto do período diurno quanto do noturno, dão conta das diferentes barreiras que a modalidade EaD impõe aos estudantes. Jovens e adultos desta etapa da educação básica apresentam muita clareza do prejuízo que estão sofrendo com a “solução” adotada pelo estado paranaense e a não suspensão do ano letivo.

Em escolas periféricas há casos de estudantes que não conseguem fazer as atividades e acompanhar as tele-aulas, pois na residência um único aparelho celular precisa ser dividido entre estudantes de diferentes etapas de ensino. Há relatos de dificuldade para coordenar os serviços domésticos e os horários da tevê, muitos estudantes são os responsáveis por várias tarefas domésticas, desde cuidados com filhos e irmãos menores até a limpeza da casa e a alimentação. Alunos que desistem de acompanhar as aulas, desistiram do ano letivo porque, como trabalhadores, tiveram aumento de jornada e passaram a ser a única fonte de renda da família.

O acesso às plataformas da EaD paranaense é difícil dado à limitação dos aparelhos disponíveis nas casas dos alunos (seja tevê ou celulares, computadores são raros). Quando o acesso é realizado, ocorre de forma precária, com lentidão e travamento dos aparelhos. Com o funcionamento do aplicativo em um celular, que não é o aparelho mais adequado para a modalidade EaD, os estudantes apresentam de dificuldades para leitura na tela até dores de cabeça durante o acompanhamento das aulas. Relatos da impossibilidade de aprender são muitos. E ainda, após esta jornada para o acesso, os alunos descrevem a impossibilidade de compreender os conteúdos sem intervenção dos professores.

No caso do Ensino Fundamental, a ausência de uma preocupação com esta fase do desenvolvimento aprofunda os problemas apresentados. Por mais diversas que sejam as realidades educacionais observadas pelos autores, o respeito às fases do desenvol-

vimento dos estudantes e as diversidades e desigualdades sociais inexistem na proposta da SEED. Assim como no Ensino Médio, há uma série de problemas para acompanhar as aulas. As angústias vividas pelos alunos do Ensino Fundamental são compartilhadas pelos pais e responsáveis que tentam viabilizar o funcionamento das plataformas para as crianças acompanharem os conteúdos.

Muitas vezes o único aparelho celular da casa é utilizado para o trabalho dos adultos e não pode ser disponibilizado para que a criança acompanhe as aulas. Os responsáveis compreendem a importância dos conteúdos e manifestam grande preocupação com as crianças que não acompanham as aulas, mas nem sempre podem disponibilizar o aparelho.

Nota-se, portanto, que a determinação de respeito à diversidade das realidades educacionais não se fez presente em nenhum dos pilares da chamada solução EaD. É possível considerar que tais realidades não sejam do conhecimento ou do interesse do Secretário de Educação.

Os estudantes que possuem as condições adequadas para serem contemplados pelo modelo de educação vigente tiveram grande dificuldade para acessar o Classroom. O motivo é que são muito novos, não sabiam o que é CGM – Cadastro Geral de Matrícula, não faziam ideia que tinham um e-mail institucional. Além disso, não passaram por nenhum processo de inclusão digital que os ensinasse a transitar pela plataforma.¹⁷

¹⁷ Na lógica empresarial que caracteriza o projeto a Resolução 1522/2020 indica como alternativa para as crianças e suas famílias procurar a coordenação de atendimento localizada na capital do estado. Tal aspecto está previsto no artigo 9º “Para garantir maior abrangência das aulas não presenciais, será disponibilizado, sem custo para o usuário, o aplicativo “Aula Paraná” e seus recursos, o qual deverá ser acessado durante o horário de disponibilização das aulas, da seguinte forma:

I – os usuários, professores e estudantes deverão baixar o aplicativo “Aula Paraná”, disponível para Android e IOS;

II – para acessar o aplicativo, o aluno deverá utilizar o seu número do CGM (Cadastro Geral de Matrícula) e a senha será a data de nascimento, com os quatro (4) dígitos do ano de nascimento (DDMMAAAA). Caso o estudante não tenha conhecimento do seu número do CGM, deverá entrar em contato com a Coordenação de Atendimento aos Sistemas da Secretaria de Estado

Os inúmeros tutoriais disponibilizados mostraram-se absolutamente ineficientes. A alternativa encontrada por uma parte dos professores(as) diante da angústia de alguns estudantes, foi fazer o passo a passo via WhatsApp.

Tento em vista que contato, interação e mediação entre professor, conteúdo e estudante é prerrogativa indispensável para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem, é importante apresentar algumas características percebidas entre os professores(as).

Geralmente nenhum dos alunos responde ou faz postagem no mural da turma com relação às suas impressões, angústias, anseios. Situações corriqueiras, como, por exemplo, “é muita atividade, professora” desapareceram. Uma hipótese para tal silêncio pode ser vergonha dos colegas ou receio de alguma retaliação. As salas de aula virtuais do Google Classroom estão esvaziadas de estudantes, mas preenchidas de profissionais da educação que cumprem, entre outras, função disciplinar no ambiente escolar.

As comunicações por e-mail são praticamente inexistentes. Algum professor poderia imaginar que aquilo que um estudante nos fala nos corredores, na carteira, na porta da sala de aula física seria, em algum momento, nos encaminhado via e-mail, por crianças de onze, doze anos? Sendo assim, a interação novamente não se dá. Não há compartilhamento de angústias e incertezas.

Esse contato, quando ocorre é por meio do celular. Não do grupo de WhatsApp criados pelas escolas. São conversas privadas e raras. Para que se consiga alguma resposta efetiva via Google Classroom, é preciso elaborar um teste, alguma espécie de formulário que oficialize o contato.

Em grande parte, os formulários devolvidos revelam que poucos aprenderam ou se apropriaram do conhecimento. **Portanto, mesmo para aqueles com acesso franqueado, a pro-**

posta da SEED pode ser nomeada de várias formas, menos de proposta de educação.

Nas disciplinas com maior quantidade de aulas no Ensino Fundamental a situação é ainda pior. Para tanto, formulamos os seguintes questionamentos: por que esses estudantes não acompanham as tele-aulas? Caso as acompanhassem, entenderiam o conteúdo? Em busca de respostas, levantam-se algumas hipóteses.

No caso das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, a SEED disponibiliza cinco aulas semanais no Ensino Fundamental, com cinquenta minutos cada. Em cada uma dessas aulas são propostas atividades. Além das atividades das videoaulas, é postada uma atividade para cada aula no Google Classroom. Portanto, como exemplo, somente em Língua Portuguesa, são cinco videoaulas por semana e mais cinco atividades no Google Classroom.

A visão conteudista e sem conhecimento da realidade escolar sobrecarrega os estudantes. É possível que deem conta disso sem a mediação de seus professores? A hipótese é que optem pelo que são mais cobrados, ou seja, pelas atividades da ferramenta principal da “solução EaD”, o Classroom, que contabilizam presença e nota.

Quando analisada a organização dos conteúdos de Língua Portuguesa, torna-se evidente o caráter aligeirado e improvisado de sua própria construção, pois nem mesmo segue a proposta curricular da própria SEED (CREP). Pois bem, efetuando o devido recorte, nas aulas 5 e 6, dos sextos anos, o conteúdo foi organizado da seguinte forma (Organização do Cronograma de Conteúdos por Componentes/Disciplinas): “Análise linguística/semiótica: Morforlogia – Classe de Palavras – Artigo: conceito, definidos e indefinidos/Numerais: Classificação: cardinal, ordinal, fracionário, multiplicativo, coletivo”. Esses conteúdos de gramática normativa foram trabalhados de forma descontextualizada em duas aulas. Ou seja, o conteúdo que, partindo da realidade, seriam trabalhados em dez aulas ou mais, condensaram-se em duas. Isso em um jogo

de classificação e memorização, considerando-se conhecimentos prévios, partindo-se do princípio de que temos um conteúdo, um estudante e uma realidade. E, claro, a realidade considerada não é a dos periféricos. Os estudantes acompanharão essas aulas?

Relatos dos alunos dizem que não: eles percebem a importância das explicações dos professores, das repetições e do tempo em que os conteúdos são trabalhados na escola. Muitas vezes, os alunos relatam que demoram para perceber que estão assistindo uma aula que não é de sua série. Toda a ausência da interação humana, fundamental no processo de ensino-aprendizagem, é percebida pelas crianças.

Os inúmeros relatos ouvidos pelos autores não deixam dúvidas de que a proposta de atividades online desenvolvida pela SEED/PR não pode ser classificada como educação. Além dos graves problemas de acesso, os vídeos (que não são aulas) e as outras plataformas negam às crianças, aos adolescentes, jovens e adultos o essencial em todo o processo educativo: o direito ao conhecimento e ao aprendizado.

Escrevemos este artigo no período de crescimento assustador das mortes por Covid-19. Lamentavelmente, o secretário Renato Feder e o governador Ratinho Júnior, em várias tentativas desesperadas de mostrar que algo funciona no projeto milionário, decidem expor os trabalhadores(as) e os(as) estudantes ao risco. As resoluções 1253/20,¹⁸ 1611/20¹⁹, 1733/20 legalizaram a possibilidade das escolas montarem escalas para entregas de atividades aos estudantes sem acesso. Com os documentos legais tentam dar uma aparente legalidade as decisões. Enfim, o projeto mirabolante do Feder está se transformando na impressão de milhares de atividades no papel.

¹⁸ Permitiu a convocação da equipe pedagógica e funcionários(as) em sistema de escala.

¹⁹ As resoluções 1611/20 e 1733/20 permitiram que as direções convocassem os professores(as). A APP Sindicato protocolou ação na justiça, pois tais medidas são um claro desrespeito a política de isolamento social prevista pelo governo do estado. Veja mais em <https://appsindicato.org.br/app-sindicato-entra-na-justica-contra-convocacao-de-servidoresas-durante-a-pandemia/>, acesso em 22. Mai. 2020.

REFERÊNCIAS

APP SINDICATO (Paraná). **Manifesto por uma educação humanizadora**. 2019. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/manifesto-por-uma-educacao-humanizadora-contra-a-mercantilizacao-da-escola-publica/>. Acesso em: 01 dez. 2019.

APP SINDICATO LONDRINA (Paraná). **Levantamento realizado pela APP Sindicato Londrina mostra fracasso das teles aulas do Feder**. 2020. Disponível em: <https://www.applondrina.com/2020/05/05/levantamento-realizado-pela-app-sindicato-londrina-mostra-fracasso-das-teles-aulas-do-feder/>. Acesso em: 23 maio 2020.

CALDEIRA, Elza. **Pressão causada pelo EaD afeta a saúde dos(as) estudantes**. 2020. Disponível em: <https://www.applondrina.com/2020/05/22/pressao-causada-pelo-ead-afeta-a-saude-dos-es-tudantes-002/>. Acesso em: 23 maio 2020.

CORRÊA, A.; MORGADO, J. C. A construção da Base Nacional Comum Curricular no Brasil: tensões e desafios. *In: Anais do IV COLBEDUCA – Colóquio Luso-Brasileiro de Educação*. Braga, v. 3, 2018.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: Inep, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GANZERT, Acleilton. **Pesquisa revela que os estudantes da educação básica não aceitam o projeto de EaD do governo do Paraná**. Curitiba, 2020. Facebook: Acleilton Ganzert. Disponível em: https://www.facebook.com/acleilton.lucioganzert?__tn__=%2CdC-R-R&eid=ARDE5S-FFO6WHPaR8YNFbTcAhwqIcZv0mn4DA4LNMMUMBgqrGBI9hhNwuU-7aulUsHnQQqm2Kz_CQIR2r&hc_ref=ARQTMU7ZaNNwVMPfOfCkumY-T38Uv7ubYdQlzu5uoW_js0BXVgQuab4zSjuoQrr0Gheg&fref=nf. Acesso em: 23 maio 2020.

Kuenzer, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, 2017.

PARANÁ (Estado). **Resolução SEED/PR nº 1016**, de 03 de abril de 2020. Curitiba, PARANÁ, 03 abr. 2020.

PARANÁ (Estado). **Parecer nº 01 Conselho Estadual de Educação**, de 31 de março de 2020. Instituição de regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná em decorrência da legislação específica sobre a pandemia causada pelo novo Coronavírus – COVID-19 e outras providências.. Curitiba, PARANÁ, 31, mar. 2020.

PARANÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. **Baseado em cinco pilares, EaD se consolida na rede estadual**. 2020. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=107030&tit=Baseado-em-cinco-pilares-EaD-se-consolida-na-rede-estadual>. Acesso em: 23 maio 2020.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

CAPÍTULO VI

TODOS PRECISAM ESTAR INCLUÍDOS

Ana Paula Noffke

Nos encontramos numa situação de gravidade mundial com a pandemia do novo Corona Vírus. De acordo com estudos e pesquisas, de cunho científico, acerca da COVID19, o mundo em que nós conhecíamos e no qual aprendemos a viver e conviver não existe mais. Por suposto, precisamos aprender num mundo parido na violência avassaladora de um vírus altamente contaminante, que se espalha com uma velocidade jamais vista. É inegável o impacto que isso vem causando, tanto nas coletividades quanto nas singularidades dos seres humanos.

Em decorrência dessa realidade comum à população mundial, ações de isolamento social foram tomadas por governantes do mundo todo no sentido de preservar vidas e evitar o colapso no sistema de saúde. No Paraná não foi diferente.

Por meio dos Decretos 4.230, de 16 de março, e 4.258 de 17 de março, o governador dispôs medidas para o enfrentamento à pandemia. Dentre tais, a suspensão das aulas na Educação Básica, no ensino público e privado. A Resolução 891 de 18 de março de 2020 determinou o período de 20 de março a 04 de abril como antecipação do recesso escolar.

Ao final de março, no dia 31, o Conselho Estadual de Educação (CEE-PR) reuniu-se para debater a situação no Paraná. Em decorrência foi publicada a Deliberação 01/2020, instituindo o regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares. No texto introdutório, o CEE-PR afirma a existência de uma ampla diversidade de ofertas educacionais devido ao número de instituições de ensino, especialmente da Educação Básica. Os conselheiros salientaram a heterogeneidade e as diferenças imensas entre estudantes de uma mesma rede, afirmando que “nesse universo, não é possível aplicar uma regra única para este momento excepcional”. Portanto, se faz necessário “reconhecer que cabe às direções das instituições e redes de ensino, **com suporte de suas mantenedoras**, decidir sobre a forma mais adequada de desenvolvimento das atividades escolares durante o regime especial”, assegurando desta forma o princípio da gestão democrática do ensino público estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (inciso VI do art. 206).

Em Nota de Esclarecimento, emitida pelo Conselho Nacional de Educação em 18 de março, observa-se sobre a necessidade de se preservar o princípio da garantia do padrão de qualidade, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (Lei nº 9.394/96). Ou seja, independente das providências adotadas pelas instituições escolares, é preciso que seja assegurada a qualidade educacional.

O CEE-PR determinou a necessidade de se fazer um levantamento dos meios e recursos disponíveis, identificar possibilidades, com base na legislação educacional, para que as direções das instituições escolares, a partir daí, pudessem decidir sobre

as providências a serem tomadas durante o período de quarentena. Os conselheiros enfatizaram, ainda, a **necessidade de garantir o acesso a todos os estudantes** e profissionais da educação às condições necessárias para a implementação das atividades não presenciais. Ressaltaram que esta é uma condição para buscar a garantia do padrão de qualidade determinado pela Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Afirmaram que **só é possível atingir a qualidade se todos estiverem incluídos**, e asseveraram que o não atendimento a essas condições implicará na impossibilidade de computar as aulas não presenciais como dias letivos.

O documento expressa a necessidade de que as direções escolares, com o suporte da mantenedora, considerem as particularidades das instituições, bem como as condições socioeconômicas dos estudantes, acesso a equipamentos e materiais pedagógicos, especialmente de redes de comunicação. É importante ressaltar que as prerrogativas referentes à qualidade e equidade da educação determinadas legalmente se estendem aos estudantes com necessidades especiais, devendo o sistema estadual de ensino assegurar a estes os mesmos direitos e deveres conferidos aos demais estudantes matriculados na rede de ensino.

Apesar de instituir o regime especial de aulas para a educação paranaense, o CEE-PR afirma no art. 3º da Deliberação 01/2020 que “Fica sob a responsabilidade das direções das instituições e redes de ensino, **em comum acordo** com suas mantenedoras, a decisão de manter a **suspensão do calendário escolar durante o período de regime especial ou pela continuidade das atividades escolares no formato não presencial**”. Compreende-se, pois, duas possibilidades de encaminhamento para as escolas públicas e privadas, ou seja, a manutenção da suspensão do calendário escolar ou a adoção das aulas não presenciais.

Contudo, sem observar o princípio da gestão democrática, três dias após a publicação da deliberação pelo CEE-PR, no dia 03 de abril, o secretário de educação do Paraná assinou a Resolução

1.016/2020, estabelecendo uma decisão unilateral sobre a forma mais adequada para o desenvolvimento das atividades escolares no período do regime especial. Com uma série de ordenamentos e orientações para a instituição do regime especial, com aulas não presenciais por meio de canal aberto de TV, um aplicativo para celular e pelo Google Classroom, iniciou-se, a partir daí, uma nova forma de trabalho na educação pública, sem que houvesse tempo para a realização do levantamento das condições concretas de cada comunidade escolar e nem tampouco para qualquer planejamento de ações pedagógicas.

O secretário de educação, tão habilidoso como um vendedor de ideias, disse na live de apresentação da proposta, transmitida no dia em que os trabalhos tiveram início, que era isso ou nada, que se fazia isso ou se cruzavam os braços à espera do fim da pandemia, como se existissem apenas duas opções. Utilizou, ainda, o discurso do medo da reposição, alegando que, se não fossem instituídas as aulas não presenciais, os professores teriam que trabalhar muito para repô-las após a pandemia. Enfim, por um lado um discurso propagandista, como se estivesse tratando de um produto à venda em uma dessas empresas que vendem de tudo pela internet e sobre o qual era importante convencer os consumidores da necessidade e eficácia, por outro lado um discurso amedrontador e desanimador sobre a reposição de aulas, o qual se sobrepôs a tudo o que a nossa racionalidade pudesse questionar diante de um momento de incertezas que se agravavam com o aumento de contaminações e mortes em todo o país.

Ações foram sendo tomadas de forma aligeirada, sem a participação dos trabalhadores da educação e, como dissemos, sem o conhecimento da realidade e sem planejamento. Sempre que se apresentavam questões para as quais não havia uma resposta coerente, a resposta fatídica: “Não é o ideal, mas é o que temos para o momento!”, ou “A gente sabe disso, mas não tem o que fazer”, ou “É algo novo o que está acontecendo, vamos aprendendo juntos”, ou “Precisamos fazer alguma coisa”... como se aqueles

que questionavam não quisessem fazer nada ou estivesse com má vontade. Assim parece que fomos sendo classificados nesse novo modo de trabalhar. A estratégia adotada nas comunicações foi de elogiar e exaltar quem está fazendo o máximo, gerando angústia e sentimento de menor valor em quem não está acompanhando *pari passu* a velocidade do trabalho no espaço virtual. Descobrimos, em meio à pandemia, um outro vírus que vem contaminando a educação e afetando a saúde mental de milhares de educadores. Nesse grave momento histórico da educação em nosso estado, o discurso positivista adotado pelos representantes do governo exerce duas funções: blindar o apontamento de contradições que ameacem a estrutura imposta e reforçar a meritocracia. Num tom de “Quem quer faz, quem não quer arruma desculpa”, não há espaço para pensar, tampouco defender a educação como processo e emancipação humana. Continuamos culpabilizando a família sem refletirmos que se trata de um grupo social que sofre as influências e as consequências do modo de organização da sociedade. Continuamos combatendo as consequências sem discutir as causas.

Vozes destoantes desse determinismo, como a de Lalo Minto Watanabe, professor da Unicamp, e da professora Angela Dalben, docente aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais e atualmente secretária de educação de Belo Horizonte, são muito importantes nesse momento. Minto assevera que situações de crise, como as que estamos vivendo por conta da pandemia, exigem estratégias condizentes com a gravidade da situação. Reforça, ainda, a importância da educação afirmando que sem planejamento ela está fadada ao fracasso e que *“substituição é uma forma precária de fazer com que as coisas aconteçam, como se tivessem que seguir seu curso normal – e tudo que não há no momento é uma situação de normalidade”*. Dalben, por sua vez, revelou, em entrevista concedida à rádio da UFMG, que a possibilidade de dispensar o cumprimento dos 200 dias letivos na rede municipal de ensino está sob avaliação. A secretária é segura ao afirmar que durante o período de distanciamento social não haverá

aulas on-line, argumentando como uma das preocupações as dificuldades acesso à internet e aos dispositivos tecnológicos necessários para usar as plataformas de ensino a distância. Para a educadora, todos precisam estar incluídos.

A inexistência de um planejamento que levasse em conta a realidade dos estudantes paranaenses, considerando a heterogeneidade e as diferenças imensas entre estudantes da mesma rede, não garantiu a inclusão de todos, mesmo com o montante de recursos financeiros destinados à execução das ações. Assegurada pelo momento pandêmico, a Secretaria de Educação e do Esporte realizou contratos sem licitações públicas, nas cifras dos milhões de reais, com empresas de tecnologia e telecomunicações para prestação de serviços de atividades meio. Recursos públicos foram transferidos rapidamente para o setor privado, sem a realização do levantamento orientado pela deliberação do Conselho Estadual de Educação, ou seja, sem que houvesse o conhecimento da realidade das comunidades escolares dos 399 municípios do Estado.

Tudo foi e está acontecendo numa velocidade exaustiva e degradante, principalmente para a nossa saúde mental. Num cenário constituído por um governo que parece valorizar a quantidade em detrimento da qualidade, somos bombardeados com uma série de documentos orientadores e resoluções que chegam às escolas frequentemente. Uma colega bastante comprometida com o trabalho relatou que não consegue mais dormir. Está tendo crises de ansiedade. Essa é uma situação bastante comum entre milhares de professores de todo o estado. Aquilo que não se pode questionar ou apontar em reuniões com representantes da mantenedora é dito direta ou indiretamente nos grupos de escolas, mesmo por quem defende essa proposta de ensino não presencial implantada pela SEED. As falas dos professores têm o mesmo teor em todo o estado: exaustão! É isso que estamos vivendo justamente em um momento em que já nos encontramos abalados emocionalmente pela gravidade da pandemia.

A precariedade de antes, sentida pelos trabalhadores da escola pública, se tornou ainda mais profunda, se levarmos em conta as diferentes realidades e contextos em que vivem muitos estudantes. Lembremos: há diferenças imensas entre alunos de uma mesma rede. A pandemia revela de forma impactante a desigualdade em todo o país. Um número elevado de estudantes não está tendo acesso às aulas ou está tendo baixa qualidade na conexão, com travamento do aplicativo, demora nas transmissões e outras tantas dificuldades sobre as quais não se pode fazer uma análise genérica sem o conhecimento de cada situação. Na busca por respostas rápidas, para atender essa demanda, a orientação dada pela mantenedora é de que a escola deverá providenciar atividades impressas para que sejam retiradas pelo aluno ou responsável. Mas há uma pergunta que não se respondeu até agora: onde está a garantia dos princípios da qualidade da educação e da igualdade e equidade de acesso em uma situação em que o estudante terá que realizar as atividades sem qualquer mediação? É importante registrar que nem todos os estudantes têm o livro didático público, situação verificada nos tempos presenciais em que o uso do material se dá de forma compartilhada entre turmas de turnos diferentes. Outra preocupação são os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, recém-chegados na rede estadual, sem tempo necessário para ambientação à nova organização curricular, de tempos e espaços escolares, com um número maior de disciplinas e professores. A igualdade ao acesso destes alunos fica comprometida inclusive pela dificuldade de acompanhamento dos responsáveis, por motivos de trabalho e até mesmo por não terem conhecimentos necessários para auxílio às atividades.

Diante de várias denúncias recebidas, o Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEDE), ligado à Secretaria de Justiça do Estado, faz um alerta para o risco de evasão em massa pela exclusão de alunos de baixa renda. Em decorrência, o Conselho fez recomendações à SEED, dentre as quais a suspensão do calendário e a criação de um grupo de trabalho congregando diferentes órgãos e entidades de classes representativas para a

promoção do debate do enfrentamento à pandemia no sistema de ensino do Paraná, primando pela transparência nas ações e respeitando o princípio da gestão democrática.

Ações como as propostas pelo COPED são intervenções importantes na realidade. E elas são possíveis porque as pessoas que as engendram tiveram, em seu processo educativo, uma formação que lhes permitisse intervir dessa forma. Somos sujeitos históricos, de relações sociais, inseridos em um contexto. Atuamos no mundo a partir do modo como o compreendemos e de acordo com as possibilidades de participação. Nesse sentido, ao definir qual a formação se quer proporcionar aos estudantes da educação pública, a escola contribui para determinar o tipo de participação que lhes caberá na sociedade. Somos formadores de sujeitos de direitos. E o direito à educação é de todos!

EDUCAÇÃO À DIREITA



Fonte: Cyrillo Oliveira Júnior

CAPÍTULO VII

A (PSEUDO) EDUCAÇÃO (A DISTÂNCIA) NOS TEMPOS DA COVID-19 – SOB A ÓTICA DOS DOCENTES

Silmara Quintino

*Faz muito tempo que eu não escrevo nada,
Acho que foi porque a TV ficou ligada
Me esqueci que devo achar uma saída
E usar palavras pra mudar a sua vida.*

*Quero fazer uma canção mais delicada,
Sem criticar, sem agredir, sem dar pancada,
Mas não consigo concordar com esse sistema
E quero abrir sua cabeça pro meu tema*

(Julinho Marassi)²⁰

²⁰ *Aos Meus Heróis*, (de 2011), um DVD (Julinho Marassi & Gutemberg, de 2005, gravado ao vivo na Arena, em Nova Iguaçu-RJ) composição de Julinho Marassi.

A proposta deste texto é ser como diz a música da epígrafe acima, um desabafo. Uma tática de sobrevivência - escrever para não explodir. Escrever para não adoecer. Escrever para tentar entender o que está acontecendo. Eu proponho uma breve análise sociológica daquilo que a SEED (Secretaria de Estado de Educação) vem divulgando nos meios de comunicação como EaD - Aula Paraná, que teve início no dia 06 de abril deste ano de 2020. Uma análise sociológica porque eu não saberia proceder de outra forma, já que esta é minha formação acadêmica, embora eu não pretenda escrever um texto acadêmico, minha pretensão é mais modesta. Como diz a música acima, é a tentativa de achar uma saída.

Iniciarei explicitando qual é o meu lugar de fala, porque na educação existem numerosos atores sociais, com olhares diferenciados para um mesmo objeto. Mais ou menos como faz o retirante de João Cabral de Melo Neto: ***Como então dizer quem fala ora a Vossas Senhorias para que me conheçam melhor?*** Meu lugar de fala é o lugar das professoras e dos professores da rede pública estadual de educação. Quem escreve este desabafo é uma professora de Sociologia, concursada desde 2005, mas que atua na escola pública como docente desde 1995. Conto isso apenas para dizer que com 25 anos de sala de aula me sinto relativamente apta para tecer uma análise crítica sobre este momento singular que estamos tentando atravessar.

Uma das coisas que mais me agradam na vida é escutar e contar histórias, deve ser herança ancestral de meus antepassados indígenas e africanos. E como as histórias de que mais gosto são sempre tristes, atribuo esse “gostar” também aos meus melancólicos antepassados lusitanos. Então vou contar uma história que venho anotando como um diário de bordo para contar aos meus alunos quando e SE isso tudo passar.

Era um ano letivo comum como os outros 24 anos que o antecederam. O ano letivo de 2020 começou sem grandes novidades, sem dar pistas do que enfrentaríamos pouco mais de um mês após o início das aulas. Fizemos o planejamento anual

atendendo aos moldes inócuos da Secretaria Estadual de Educação, que já vinha prevendo a primeira Prova Paraná e coisas do gênero. Iniciamos o trabalho com os alunos, trabalho este que foi conduzido dentro de um padrão de normalidade até o dia 16 de março - último dia em que entrei em sala de aula. No dia 17, a SEED - levada por um cenário internacional de pandemia causada pelo novo Corona Vírus que já se alastrava por todos os países - decretou o fechamento de todas as escolas públicas estaduais por tempo indeterminado a partir do dia 20 de março. Este seria o cenário no qual encenávamos o primeiro ato deste período de pandemia. Ou seja, do dia 20 de março até sabe-se lá quando estaríamos em recesso escolar como medida de saúde pública.

Não foi culpa da Secretaria, não foi nossa culpa e estávamos fazendo o que seria possível: reagindo de forma automática a uma situação de emergência.

Sem nenhuma atividade, nenhuma informação, nenhuma definição de como seria registrado este período sem aulas, permanecemos alheios ao que a Secretaria de Educação iria propor, preocupados muito mais com os encaminhamentos da Secretaria de Saúde. E assim nos mantivemos até o dia 31 de março, quando foi publicada a resolução 891/20 que definia o período de 20 de março a 04 de abril como antecipação do recesso escolar de julho, ou seja, teríamos como recesso mesmo o período de 01 a 04 de abril. Mas tudo bem, era uma situação de emergência, não contestamos a decisão da SEED por entendermos que era uma situação atípica. Aí começaram nossos problemas.

No domingo dia 05 de abril, por volta das vinte horas, começamos a receber das direções das escolas, por WhatsApp, uma enxurrada de documentos, áudios e instruções vindas da SEED sobre a implantação do modelo de educação a distância que seria iniciado às oito e quinze da manhã do dia seguinte (06/04/2020). Sim, recebemos as “instruções” doze horas antes do início da implantação.

Como é possível implantar um sistema que ninguém conhece de domingo à noite para segunda de manhã? Sem nenhuma formação para isso? Sem nenhum treinamento, sem nenhuma reunião oficial que fosse? Sem nenhuma diretriz ou planejamento? Como diria o Chicó, personagem do Ariano Suassuna no Auto da Compadecida: “não sei, só sei que foi assim”. E como nada está tão ruim que não possa ser piorado, na segunda-feira dia 06/04, dia do início da tentativa de EaD, por volta das dez horas da manhã, os diretores foram surpreendidos e nos surpreenderam com a notícia de que havia saído a lista com os nomes dos professores que entrariam em licença “prêmio compulsória” a partir daquele momento.

Era uma decisão unilateral imposta pelo governador, através do Decreto n. 4.312/2020, publicado no dia 20 de março. O Governo do Paraná havia concedido via decreto a licença especial para 56,2 mil servidores do quadro funcional como ação de emergência relacionada à saúde pública para enfrentamento do novo Corona Vírus. Deste total, 54 mil (96%) estavam vinculados à Secretaria de Estado da Educação e Esporte. Houve escolas, como a minha, onde noventa por cento dos professores estavam na lista dos licenciados – eu mesma, era uma das contempladas.

Você que está lendo este texto, consegue ter a dimensão do caos que foi aquela segunda-feira da “estreia da EaD” no Paraná? Como se diz em Tibagi (cidade de minha família): “pois, olha...”. Foi uma segunda-feira de grande especulação, todo mundo que eu conhecia queria saber: quem vai dar aula? Sabíamos por conversas cruzadas que havia cerca de cem professores do Estado que gravariam as aulas - por setenta reais cada aula (eu mesma fui convidada e não aceitei) - e os poucos que não estariam licenciados seriam o que o Estado estava chamando de “protagonistas da EaD”.

Eu não tenho nenhuma familiaridade ou simpatia pela EaD a ponto de discutir o papel dos professores nesta modalidade de ensino. Mas tenho grande familiaridade e paixão pelo teatro de onde se importou este termo: protagonista. No teatro grego (o

termo vem de lá) o protagonista é o ator principal em torno do qual gira toda a trama. Então, aqui tenho minha primeira divergência com o modelo de EaD proposto (ou imposto) pela SEED – os demais professores que não gravariam as aulas de setenta reais, atuariam como uma espécie de intérpretes das aulas exibidas pela TV e pelo Youtube, formulando perguntas e corrigindo as atividades pelo aplicativo da Google – o Classroom - contratado pela SEED com o aval do governo. Ou seja, os poucos professores que a Secretaria Estadual de Educação conservaria fora da licença seriam apenas os operadores do sistema, os coadjuvantes, ou, pior ainda, os figurantes – para utilizar também um termo do teatro.

O fato é que, como a educação no Paraná é tratada de forma similar à uma música zen do Lulu Santos: “nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia” ...no mesmo dia o governo mudou de ideia e confiscou as licenças, submetendo as liberações às chefias imediatas. No dia seguinte já estava de novo o dito por não dito. Segundo a imprensa local, a Secretaria da Educação entendia que a presença dos professores nas salas de aula virtuais seria a garantia da qualidade do ensino que estava prestes a ser ofertado aos alunos durante o período de isolamento social. Dessa forma, os professores foram chamados para garantir o ensino a distância.

E fez-se noitinha e fez-se manhã e a confusão continuou.

No dia 06 de abril fomos comunicados oficialmente - nós os protagonistas – sobre a transmissão de aulas pela internet, pelo Youtube, por 3 canais de TV digitais e por dois aplicativos, o Aula Paraná e o Classroom (que aliás nem estavam funcionando).

Mas este comunicado oficial foi dado a nós e a toda comunidade escolar ao mesmo tempo, ou seja, os protagonistas foram comunicados ao mesmo tempo que os alunos sobre essa mudança tão radical. A SEED organizou uma coletiva de imprensa para explicar para todo o Estado como seria implantada a EaD no Paraná, só esqueceram de dar formação para os professores que iriam “protagonizar” a nova modalidade.

Segundo a Secretaria de Educação, ela vem fazendo formações maciças dos professores através das inúmeras transmissões ao vivo em tempo real (as famosas lives) daquilo que eles estão tentando implantar: um sistema de ensino 100% virtual. A primeira semana já foi um fracasso de público e de crítica. E na quarta-feira já restava o dito pelo não dito, veio o anúncio de que na verdade só iria começar mesmo para valer no dia 13 de abril (uma semana mais tarde), quando tudo já estivesse organizado e “todo mundo” já soubesse operar o sistema. Afinal, uma semana é um tempo mais do que suficiente na visão da SEED para que todo mundo aprenda e “vista a camisa do time” da secretaria.

É justamente neste ponto que quero propor minha reflexão. Vamos congelar este momento (do dia 07/04/20 ao dia 13/04/20) da “formação dos professores” para atuar no “time da secretaria de educação” (como gosta de chamar o nosso secretário) como verdadeiros protagonistas.

Muito se tem falado sobre os alunos que não têm acesso à tecnologia para poder acompanhar as aulas diretamente de suas casas e mesmo dos que têm acesso mas não têm habilidades para utilizar as ferramentas disponíveis. Mas quase ninguém está sequer mencionando os professores e as professoras que também não têm este acesso, ou porque não dispõem dos equipamentos adequados, ou porque não sabem utilizar as novas tecnologias. Sim, eles existem e em número expressivo.

No caso dessa tentativa mal sucedida de implantação precária de EaD (desculpem a redundância) vir a ser considerada como home office, a lei 13.467/2017 que regulamenta o trabalho a distância diz que - a rigor, todas as despesas referentes à aquisição, ao uso ou à manutenção dos equipamentos necessários à consecução do trabalho correm sob responsabilidade patronal. Alguém até pode dizer em defesa da SEED: “mas hoje em dia quem é que não tem um celular”? Ou ainda, “as pessoas deixam de comer para comprar um celular”. Digamos que isso traga uma parcela de verdade, mas, vamos aos fatos.

Não estamos falando de qualquer aparelho de celular. Para baixar os aplicativos é preciso um celular moderno, com grande capacidade de memória de dados, ou um laptop com um Windows 10 e acesso à internet em casa. Então o primeiro ponto a ser analisado é este: todos dispomos dos equipamentos necessários? E quem não dispõe, a SEED vai mandar os laptops ou os celulares corporativos para as casas dos professores? Pagará as despesas de internet? A SEED algum dia deu alguma formação séria de verdade para os professores se apropriarem do uso das tecnologias? A SEED faz ideia do número de professores que estão realmente habilitados para isso? Fez um levantamento estatístico desses dados? Esse foi o critério utilizado quando “escolheu” os tais cem professores para gravar as vídeo-aulas de setenta reais cada? Creio que não, porque eu mesma fui “sondada” informalmente por uma colega que trabalha lá na SEED para gravar uma aula daquelas e não aceitei. Não aceitei porque eu não concordo com essa modalidade de ensino e porque não domino o uso das tecnologias.

Na segunda semana de implantação do tal projeto - que também não aconteceu porque o sistema operacional contratado pelo Estado não funcionou - conversava com uma colega de escola que tem uns dez anos de idade a mais do que eu, ela se queixava de não ter celular (nem moderno, nem antigo), não ter computador, não ter acesso nenhum à internet e ter vergonha de assumir o que ela chamava de “uma pobreza dessas”.

Fiquei com isso martelando na minha cabeça vários dias; nós não temos dinheiro para consumir toda essa tecnologia, não tivemos formação para aprender a utilizar a pouca tecnologia disponível nas escolas, e ainda nos sentimos envergonhados disso? O que fará essa professora - que é apenas um exemplo que eu conheço, mas certamente não é a única nem em minha escola? Que poderá ser dito se ampliarmos o levantamento entre professores para as áreas mais longínquas do Estado? Comprará um celular parcelado em dez vezes nas Casas Bahia e tentará

aprender a utilizar sozinha (já que estamos em isolamento social) para não “passar vergonha” diante dos colegas e do “patrão”? Ela irá pagar para trabalhar em home office? A responsabilidade de dispor dos equipamentos e das condições de trabalho é dela? Eu poderia estender este texto e apresentar inúmeros exemplos de colegas nesta situação para sustentar minha teoria, mas prefiro utilizar minha própria experiência.

Este ano de 2020 eu completei 25 anos de magistério. Tenho bastante experiência de sala de aula e segurança no ensino do conteúdo de Sociologia que é minha disciplina de concurso, mas confesso sem o menor constrangimento que não tenho a menor habilidade com as novas tecnologias tão cantadas em verso e prosa. O máximo de tecnologia que já me aventurei na vida foi criar um blog no ano passado que por sinal não vingou. Mas isso para mim nunca foi um problema. Nunca foi minha aspiração me tornar “digital influencer”. Eu sou uma pesquisadora e professora, e é disso que preciso para ministrar aulas – de pesquisa e conhecimento científico. Preciso ter conhecimento teórico, segurança e didática. Parece que tem dado certo, nestes 25 anos já formei muitos alunos, e muitos deles foram para a Sociologia – tenho ex-alunas que já saíram até do doutorado. Isso significa que meu jeito tradicional de trabalhar deu certo.

Relato isso para dizer como tenho me sentido desde o dia 06 de abril quando do nada a SEED decidiu arbitrariamente implantar um modelo de EAD do “pé-quebrado” (como diria o Ziraldo). Sim, eu sempre fui refratária ao ensino a distância, ainda que nas faculdades. Conheço este formato de trabalho, já até trabalhei nessa modalidade, portanto, sei o que estou criticando. Se eu já considero ineficaz esta modalidade no ensino superior, é claro que sou mais crítica ainda que ele se estenda ao Ensino Médio (minha área de atuação), ao ensino fundamental então é tão surreal que não vou nem me atrever a analisar.

Mesmo sendo uma crítica manifesta da EaD, eu tenho que reconhecer que ela é uma modalidade com especificidades e com

metodologia, planejamento e didática específicos. Ministrara aula a distância não é uma improvisação, não se faz por intuição. Tem sim um planejamento, e o professor que escolher essa área precisa ter certas habilidades. Eu considero a EaD uma precarização do processo educacional por faltar a ela a interação professor-aluno que a educação presencial garante, e por isso escolhi ser professora na modalidade presencial.

Então fiquei perplexa no domingo dia 05 de abril, às oito da noite, quando comecei a ser informada por whatsapp que a partir da manhã do dia seguinte, às oito horas e quinze minutos, eu deveria assumir uma sala de aula virtual. Não acreditei naquilo, mas como trabalho em duas escolas e as resoluções eram as mesmas, tive que admitir que não era uma “pegadinha”, era vida real.

No dia seguinte em meio a “lives” (a palavra da moda para transmissão ao vivo de gravações mal feitas) do secretário, enxurradas de notificações, áudios de agentes do núcleo, da SEED, de chefes de setor, instruções das duas diretoras que mal tinham tempo de replicar as informações desencontradas, notícias veiculadas pela imprensa de que ora estávamos em licença, ora saíamos da licença, terminei o dia com a sensação de ter dormido em meio à uma pandemia e acordado durante um terremoto.

Dia 07 de abril, a SEED definiu que era melhor nós esperarmos mais “lives” sem mexer ou tentar entrar nos dois aplicativos que eles descobriram que não estavam funcionando e que, se não me falha a memória, não estão funcionando a contento nem hoje ainda, e olha que hoje é dia 14 de maio.

Contrataram canais de televisão, empresas de telefonia celular para o uso de dados pelo aplicativo Aula Paraná (que quase ninguém utiliza diga-se de passagem), construíram uma “plataforma de streaming”, fizeram “parceria” com a Google para a utilização do Google Classroom - que até hoje a maioria dos professores não aprendeu a utilizar - ao custo de mais de 22 milhões de reais para os cofres públicos em meio a uma pandemia, quando todos os esforços do Estado deveriam ser

mobilizados para a área da saúde. E o que é pior, para um mês depois o sistema que por si só já representa uma precarização do ensino ainda estar em fase de testes.

No dia 13 de abril - segunda data prevista para iniciar a utilização do sistema online (prefiro chamar assim do que de EaD), novamente o sistema ainda não estava funcionando, as pseudo-formações contratadas da Google pelo Estado foram inócuas, e o governo comemorava o sucesso da adesão dos estudantes do Paraná ao novo modelo de educação mesmo ciente de que 60% dos estudantes não estavam acessando nem a internet e nem a TV, como apontavam os dados mais favoráveis. Diante deste quadro, decidi utilizar a palavra da moda e tentar me “reinventar” como professora.

Tenho trabalhado cerca de 12 horas diárias para dar conta de todas as exigências estapafúrdias da Secretaria de Educação que chegam via direção das escolas. Muitas dessas horas tento aprender sozinha como funciona um dos aplicativos porque depois de bater o pé e discutir muito decidi que só utilizaria um dos aplicativos. Deixei de lado as aulas (de 70,00) da TV por considerar que elas realmente nem valeriam os 70,00 reais, apesar de entender que as pessoas que se sujeitaram a gravar aquelas aulas talvez tivessem até boa vontade, mas não é possível dar aula para um Estado inteiro partindo da premissa de que todos os alunos estão no mesmo momento do conteúdo e que aprendem todos no mesmo tempo. Abrindo mão das tele aulas, abandonei o aplicativo Aula Paraná. Escolhi o Google Classroom por entender que poderia manter uma certa autonomia na criação das aulas.

Não está sendo fácil. Conto com a ajuda, paciência e boa vontade de minha irmã mais nova que é professora no interior do Estado e que faz formação de professores (informalmente) para o uso das tecnologias que ela ama. Também peço ajuda diuturnamente as minhas amigas e colegas de Sociologia que têm mais domínio que eu dessas ferramentas. Mas não está correto isso, a educação não pode ser feita na base do improvisado. Eu preciso

de formação de qualidade assegurada pela mantenedora. A cada dia me sinto a mais incapaz das criaturas. É como se eu não soubesse mais ensinar porque o conteúdo precisa ser apresentado de maneira “convitativa”, ou seja, a “embalagem” assumiu papel mais relevante que o conteúdo.

Trabalho muito e produzo muito pouco. Chego ao final do dia exausta e me sentindo a mais incompetente das professoras. Preparo material, adapto material, aprendo a duras penas e à custa de muitas horas extras não remuneradas a utilizar os formulários “encantantes” do Google para produzir aulas para ninguém. Os alunos não estão acessando o aplicativo. Em cada turma devo ter 5 ou 6 alunos (no regular um pouco mais, talvez 10, 12) acessando e entregando as atividades que serão o termômetro da Secretaria da Educação para assegurar a conclusão do ano letivo de 2020. E as direções nos cobram o tempo todo (porque são igualmente cobradas) que temos que dar um jeito de convencer os alunos a acessar as plataformas ou teremos que repor os conteúdos quando isso tudo acabar. Eu sou professora, não agenciadora de alunos. Fiz concurso para ensinar Sociologia para quem quiser aprender e tento fazer isso com a maior qualidade possível, mas não para arrematar alunos para causar uma boa impressão à mantenedora. A ordem do dia é “fazer acontecer” o que a Secretaria da Educação quer ou vamos ter que repor nas férias. Que férias, criatura? Talvez nem estejamos mais vivos quando isso acabar, tal a letalidade do vírus e a facilidade do contágio.

Aliás, era isso que deveríamos estar fazendo nesta quarentena com todo o conhecimento que temos. Deveríamos estar sendo preparados pela SEED para gravarmos vídeos utilizando o conhecimento de nossas disciplinas para tentar sensibilizar nossos alunos e suas famílias para a gravidade do momento e espalharíamos estes vídeos nas redes sociais. Com os 22 milhões de reais que já foram gastos inutilmente daria para fazer isso e desafogar o sistema de saúde que já está entrando em colapso no país todo.

Mas não, estamos aqui tentando realizar os devaneios de um empresário que está secretário de educação e quer implantar do dia para a noite um modelo de educação precarizado, para uma minoria, agindo como se estivéssemos num momento normal da vida. Hoje no começo da noite tivemos uma reunião online na qual a direção nos transmitiu a determinação da Secretaria da Educação de manter as datas do calendário escolar oficial. Semana passada teve reunião da outra escola dizendo que o calendário está mantido e que o Conselho de Classe será na mesma data.

Como assim, criaturas? Como o calendário está mantido? Como o Conselho de Classe está mantido? Há quase dois meses não temos aula. Hoje para piorar o peso que trago na consciência por ser conivente com este sistema, recebi através da direção de uma de minhas escolas os parabéns da SEED porque a nossa escola é a da nossa regional aquela que apresenta a maior porcentagem de alunos acessando o Classroom. PARABÉNS dizia a diretora. Isto não quer dizer absolutamente nada em termos educacionais. Estar acessando um aplicativo e devolvendo algumas atividades não significa estar aprendendo, se apropriando do conhecimento. Significa apenas que eles atenderam ao chamamento da Secretaria de Educação que os convenceu de que, para não “perder o ano”, precisam entrar lá e dizer um “oi” para o professor lhe dar presença. E assim eles fazem.

O mesmo vem acontecendo conosco, ontem durante a reunião da minha outra escola a preocupação maior dos colegas era saber como preencher o RCO. Se era para lançarmos as faltas para quem não está acessando... Pergunta, aliás, cabulosa, pois não há como atribuir presenças se o aluno não está conseguindo acessar o aplicativo. A próxima pergunta era ainda pior: mas, e se não tiver alunos em número suficiente, teremos que repor as aulas? A resposta a esta pergunta me parece de uma obviedade ululante – mas não foi esta a resposta. A resposta foi outra pergunta: é isso o que vocês querem, repor essas aulas todas no final do ano? Esse diálogo me deixou uma impressão muito clara de

que realmente há algo muito errado com a educação no Brasil e, como já disse Darcy Ribeiro, isso não é uma crise, é um projeto.

Então é isso que se chama educação pública? É para isso que fizemos concurso? Foi para isso que trabalhei 25 anos no magistério? É com isso que sou conivente? Sim, porque não consigo me eximir da minha parcela de culpa. O projeto do governo do Estado é muito ruim, mas nós conseguimos piorar ainda mais. As escolas, se superaram e superaram o governo. E quando eu digo as escolas estou me referindo à equipe diretiva, à equipe pedagógica e ao corpo docente que acolhe, acata e por vezes ainda consegue piorar os projetos nefastos do Estado.

Se esta precarização de EAD já é ruim por si só porque é excludente e porque não ensina nada, imagina as alternativas que algumas escolas apresentaram, não sei se por ingenuidade, não sei se por comodismo, não sei se por medo de ter que repor os conteúdos e as aulas não dadas, não sei se por hipocrisia, não sei se por querer se destacar entre as demais escolas, o que sei é que as propostas apresentadas foram ainda piores. Vou citar dois exemplos que eu conheço bem porque estão presentes nas minhas duas escolas.

Aulas por whatsapp – com a justificativa de que é para incluir os alunos que só tem whatsapp e não estão acessando os aplicativos da SEED. Eu fico aqui me perguntando como é que se ensina Sociologia para alguém via mensagem de Whats? Mas tem gente que não tem nem Whatsapp e como precisa ser “incluído”, a sugestão é aulas por email. Você manda os emails com as atividades, e as pessoas respondem por email para o professor que corrige e, da mesma forma que se faz com as atividades do whatsapp, lança notas no aplicativo da SEED, tudo dentro da lei e da norma. Achei aquilo um disparate e sugeri para quem não tem email, que nós enviássemos atividades pelo correio com um selo extra dentro do envelope para ser mais democrático ainda. Eu estava sendo irônica, mas a equipe considerou minha proposta viável.

Penso que foi aí que eu entendi o que o Darcy Ribeiro quis dizer ao declarar que não é uma crise, é um projeto. E é um projeto tão bem montado que nem nos damos mais conta disso. Para que serve a escola? Para que serve a educação presencial se frente à precarização imposta pela SEED, nós somos capazes de propor soluções ainda mais irresponsáveis e devastadoras do ensino público.

A escola na qual eu acredito é um espaço de democratização do acesso ao conhecimento científico produzido social e historicamente por homens e mulheres que viveram antes de nós. Democratizar o acesso ao conhecimento não é democratizar o acesso às atividades avaliativas e às presenças (remotas). Quase todo mundo que eu conheço está preocupado em fazer chegar aos alunos as atividades e não o conhecimento.

Mas afinal qual é o papel da escola? Por que não aceitamos a EaD, se nos conformamos até com aulas por whatsapp? Porque a escola é mais que paredes e janelas. A escola é uma janela para o mundo, é na escola que se faz a mediação entre a informação disponível e os estudantes para que estes se tornem capazes de transformar informação em formação, acesso em apropriação do conhecimento. A escola é o espaço do saber compartilhado, da troca de perspectivas e do planejamento de futuros, como já disse lindamente Pablo Gentili. Por isso ela não pode ser substituída pelo acesso precário ao mundo digital e nem confundida com a possibilidade de acessar alguns canais da internet. A escola precisa e pode ser capaz inclusive de questionar a necessidade real de tanta tecnologia inútil, capaz de aproximar os distantes e de invisibilizar os que estão ao lado.

Peço desculpas pelo longo desabafo, mas é que ando cansada de ouvir que o problema da educação somos nós os professores utópicos e ultrapassados que não querem se REINVENTAR.

De minha parte não quero mesmo. Não posso me reinventar e dar aulas por aplicativos porque eu não sou uma invenção. Eu sou o resultado de uma construção social que teve seus desejos

e esforços mediados pelas condições sociais, históricas e econômicas que me foram disponibilizadas. Levou muito tempo para eu me CONSTRUIR como professora, eu não sou uma invenção e, portanto, não quero me reinventar depois de 25 anos de magistério. Aceito mudanças, mas não o sucateamento do meu trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. *A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. 6ª edição, Campinas-SP, Editora Papyrus, 2003.

GENTILI, Pablo & ALENCAR, Chico. *Educar na esperança em tempos de desencanto*. 6ª edição, Petrópolis, Vozes, 2001.

CAPÍTULO VIII

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

*Adriana Pellanda Gagno
Amanda Lays Monteiro Inacio
João Batista Martins
Mariita Bertassoni da Silva
Pedro Braga Carneiro²¹*

No dia 28 de abril celebra-se o Dia Mundial da Educação. Neste contexto de pandemia do novo coronavírus, as Comissões de Psicologia e Educação do Conselho Regional de Psicologia do Paraná trazem algumas reflexões sobre os impactos deste cenário para as práticas escolares.

²¹ Integrantes da Comissão de Psicologia e Educação do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR).

Em primeiro lugar, há de se reconhecer a gravidade do cenário, os riscos trazidos pela doença e a necessidade de cuidados como o distanciamento social para contenção do contágio. A preocupação primeira agora é a manutenção da vida, da saúde, a sobrevivência, o que já exige grandes esforços de toda a sociedade.

Nesse sentido, escolas, centros de educação infantil, universidades e outras instituições de ensino precisaram suspender as atividades presenciais como medida de responsabilidade pela preservação da saúde coletiva.

Sendo assim, instalou-se em todo país um panorama de promoção de aulas remotas, atividades a distância, online, o que traz uma série de preocupações. A utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação não é, por si só, algo ruim ao processo educativo. Se bem integradas ao planejamento pedagógico, podem ser interessantes recursos de trabalho. Contudo, há de haver método, intencionalidade, complementaridade e estrutura para que sejam utilizadas. Do contrário, o uso das tecnologias não servirá para uma expansão das possibilidades de aprendizagem, mas como precarização do ensino.

São as principais preocupações que o uso desmedido dos recursos de ensino a distância tem causado:

- A falta de estrutura e condições de acesso às atividades remotas por parte de estudantes em diferentes contextos sociais. Desse modo, a educação remota provoca um aprofundamento das desigualdades de condições e, em última análise, da exclusão.
- A dificuldade das famílias na promoção e acompanhamento das atividades escolares de crianças e adolescentes, sobrecarregadas que estão com as tarefas domésticas, tentativa de manutenção do sustento, a preocupação com a doença e mesmo situações de luto. Nesse sentido, constatam-se diversos problemas práticos na rotina familiar e emocionais que as propostas de educação a distância têm causado.

- A falta de capacidade das escolas de acompanhamento das diferentes necessidades educacionais das(os) estudantes; falta de condições de interação com o público da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.
- Grande preocupação com processos de alfabetização a distância, para os quais não há metodologia suficientemente aprofundada e difundida.
- Percebe-se que na maioria das vezes não há participação de educadoras(es) na definição da metodologia a ser utilizada para o ensino. As equipes docentes frequentemente não são envolvidas na proposição de estratégias, formas, tempos e conteúdos que podem ou não ser trabalhados de maneira remota.
- A enorme exigência que se impõe às(aos) profissionais da educação, tanto no que diz respeito às expertises para promoção de aulas online, preparação de conteúdos para uso remoto, quanto de estrutura física, material, tecnológica, rede de internet, tempo extra para execução de processos que são mais demorados do que sua carga horária remunerada contempla. Vale lembrar que estas(es) profissionais também estão sobrecarregadas(os) com o excesso de demandas e preocupações que o cenário de pandemia acarreta.
- Os danos emocionais que esse cenário promove a todos os sujeitos envolvidos, potencializando sentimentos como a angústia, a ansiedade, a sensação de pressão, de cobrança constante, de estafa.
- A preocupação se estende aos cursos de graduação. Especificamente no que se refere à formação em Psicologia, a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) já se manifestaram pela impossibilidade da realização de determinadas atividades, como os

estágios curriculares, de forma remota (confira a nota: site.cfp.org.br/coronavirus-orientacoes-sobre-atividades-academicas-na-graduacao-em-psicologia). O ensino da avaliação psicológica também merece especial atenção: site.cfp.org.br/nota-orientativa-sobre-ensino-da-avaliacao-psicologica-em-modalidade-remota-no-contexto-da-pandemia-de-covid-19.

Diante de todas essas dificuldades, com famílias, estudantes e instituições não dando conta da promoção da educação de forma remota, percebe-se grande pressão de setores da sociedade pelo retorno das atividades presenciais de ensino. Contudo, neste momento, o retorno é absolutamente precipitado, e tende a agravar ainda mais o cenário dos problemas de saúde, causando impactos mais severos tanto econômicos quanto sociais, emocionais, o aumento do número de casos da doença e de óbitos.

Cabe destacar que os dilemas apresentados não se encerram com a pandemia. Os modos com que passa a se admitir a promoção da educação formal deixam um grande lastro para extinção de serviços e condições de trabalho em função dos custos, mesmo quando os efeitos mais severos da pandemia passarem. Por exemplo, a promoção da educação presencial para jovens e adultos, que já vem sendo ameaçada em várias partes do país (e em especial no Paraná), caso extinta, ensejará grandes dificuldades para o público que dela necessita. Deste modo, o que se percebe é a acentuação da responsabilização do indivíduo por seu processo formativo, enquanto a responsabilidade da promoção de condições de ensino deveria ser do Estado e da sociedade como um todo. Ou seja, cria-se lastro para o mercado da educação a distância em favor do lucro e não da educação para a transformação social.

Por isso, o que se defende é a suspensão do calendário escolar como medida que causará menores prejuízos a todas as pessoas envolvidas, admitindo que não há condições para a manutenção dos conteúdos e objetivos curriculares neste momento singular pelo qual estamos passando.

Após o período dos efeitos mais severos da pandemia, poderá se verificar a viabilidade de reposição das aulas, ou mesmo a redução da carga horária do ano letivo. Há de se repensar a forma de educar, com a participação indispensável das(os) professoras(es) neste processo. Assim, poderão se desenvolver outras propostas pedagógicas, projetos integradores, transversalidade de conteúdos, atividades conjuntas entre diferentes séries, turmas, disciplinas.

Nesse sentido, a escola (e as instituições de educação, em geral) poderá manter vínculos com a comunidade educativa, promovendo momentos de troca, de integração e de apoio conforme suas possibilidades e considerando a disponibilidade de cada família, mas não sob uma perspectiva conteudista, voltada a resultados, à produtividade.

SENDO ASSIM, NESTE DIA MUNDIAL DA EDUCAÇÃO, VALE LEMBRAR:

A educação não é descolada da vida. Não se pode reduzir a educação a uma perspectiva conteudista, como se as disciplinas escolares fossem a parte mais relevante do processo.

Tão importante quanto a aquisição de conhecimentos historicamente sistematizados é função da educação a promoção da socialização, da inclusão, da solidariedade, da diversidade, de uma perspectiva crítica de mundo. A criação de novas perspectivas, novos papéis sociais.

Sendo assim, há muita aprendizagem no contexto que vivemos. Estamos aprendendo sobre nós mesmos, sobre as relações sociais, familiares, as dinâmicas da vida em sociedade, a necessidade do cuidado coletivo com a saúde. São aprendizagens significativas que deverão contribuir para ressignificar o papel da escola.

CAPÍTULO IX

CONDIÇÃO DOS/AS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS PARANÁ – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Claudia Gallert

No dia 06 de abril de 2020, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná (SEED/PR) iniciou a oferta de atividades escolares não presenciais, chamadas Aulas Paraná, aos/às estudantes das escolas públicas estaduais como alternativa de ensino durante o afastamento social imposto pela pandemia de COVID-19.

Como mãe de um adolescente com Transtorno do Espectro Autista (TEA), matriculado no oitavo ano numa escola da rede

estadual do Paraná, acompanhei o processo de ensino e de aprendizagem no contexto das Aulas Paraná para estudantes com deficiência.

Nesse acompanhamento, constatei que o formato das atividades não presenciais ofertadas pela SEED/PR e a forma aligeirada de implementação das Aulas Paraná não garantiram os princípios constitucionais do ensino nacional de igualdade de condições de acesso, de permanência e de qualidade, causando prejuízos educacionais aos/às estudantes das escolas públicas estaduais, sobretudo para estudantes com deficiência, que, além dos demais problemas, não tiveram seu direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) garantido – dever do Estado segundo a Constituição Federal.

Observando a documentação que organiza as Aulas Paraná, vemos que a SEED/PR repete, no contexto da pandemia, a grave prática histórica de exclusão das pessoas com deficiência (PcDs), deixando-as, como habitualmente, para depois. Ao implantar as atividades não presenciais sem se preocupar com a diversidade das formas de aprendizagem e sem garantir o AEE desde o início da oferta dessas aulas, a SEED/PR coloca as PcDs em desigualdade desde o início do processo também no âmbito da vida social que são as Aulas Paraná, que se configuram como um modelo educacional padronizado implantado sem levar em consideração as especificidades dos/as estudantes com deficiência que devem, depois, adaptar-se a ele.

As aulas presenciais foram suspensas no Paraná, por prazo indeterminado, a partir do dia 20 de março de 2020 pelo Decreto Estadual nº 4.258/2020. Apenas onze dias depois, em 31 de março, o Conselho Estadual de Educação (CEE) publicou a Deliberação nº 01/2020-CP/CEE/PR, autorizando atividades não presenciais como possibilidade para as escolas paranaenses durante o período de isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19, mas não como obrigatoriedade. Com esse documento, o CEE se antecipa ao Conselho Nacional de Educação, que emitiu seu parecer sobre

o tema apenas em 28 de abril, e à União, que aprovou o Parecer nº 05/2020- CNE/CP somente no dia 01 de junho.

No dia 01 de abril de 2020, um dia após a Deliberação do CEE, foi publicada a Medida Provisória nº 934/2020 que flexibiliza, ineditamente na história da Educação brasileira, a obrigatoriedade da oferta de duzentos dias letivos no calendário escolar, mantendo apenas a obrigatoriedade das oitocentas horas anuais.

Embora o CEE permitisse à SEED/PR as opções de ofertar atividades não presenciais ou manter o calendário escolar suspenso e, ainda, a Medida Provisória não tratasse de nenhuma obrigatoriedade urgente em relação às oitocentas horas, já no dia 03 de abril a SEED/PR publicou a Resolução nº 1.016/2020-GS/SEED, apenas três dias após a Deliberação nº 01/2020-CP/CEE/PR e dois dias após a Medida Provisória nº 934/2020, implantando imediatamente as Aulas Paraná (a partir do dia 06 de abril) como forma de atender às oitocentas horas para cumprimento de calendário letivo.

Em relação ao AEE, a Resolução nº 1.016/2020 -GS/SEED informa em seu Art. 23, inciso IV, que as orientações sobre o tema seriam repassadas posteriormente, demonstrando que a SEED/PR não organizou previamente o atendimento para os/as estudantes com deficiência para iniciar as Aulas Paraná. As referidas instruções foram publicadas no dia 23 de abril, na Orientação nº 006/2020-DEDUC/SEED (dezoito dias após o início das Aulas Paraná), que aborda diretrizes para cada área de AEE (surdez, cegueira, transtorno do espectro autista, altas habilidades, etc), trata do funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais (que atendem estudantes com necessidades especiais no contraturno) e define as funções dos envolvidos, entre outras orientações.

No dia 07 de maio, foi publicada a Resolução nº 1.522/2020-GS/SEED, em substituição à já citada Resolução nº 1.016/2020-GS/SEED e, portanto, atualizando suas informações. Mas, sobre o AEE, a nova Resolução da SEED/PR apenas remete à Deliberação nº 01/2020-CP/CEE/PR, que, por sua vez, limita-se a indicar a

necessidade da garantia de AEE como princípio de igualdade, sem maiores definições, demonstrando que a SEE/PR não tinha até o momento encaminhamentos definidos para o AEE.

Em 14 de maio (trinta e oito dias após o início das Aulas Paraná), a SEED/PR envia às escolas estaduais o Ofício Circular nº 043/2020 – DEDUC/SEED. Nesse documento, a SEED/PR volta atrás na orientação referente às atividades das Salas de Recursos Multifuncionais da Orientação nº 006/2020-DEDUC/SEED (publicada na semana anterior) e resolve suspender esse atendimento durante a vigência das atividades não presenciais por considerar inviável seu funcionamento, redirecionando o trabalho dos/as professores/as que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais para auxiliar no acompanhamento dos/as estudantes nas atividades das Aulas Paraná. Em 21 de maio (quarenta e cinco dias após o início das Aulas Paraná), a SEED/PR envia o Ofício Circular nº 044/2020 – DEDUC/SEED após perceber a “necessidade de mais informações para a realização do atendimento dos estudantes da Educação Especial no *Google Classroom*”.

Observando como o AEE foi tratado pela SEED/PR nos documentos que organizam as Aulas Paraná, percebemos a falta de preparo e de direcionamento para o AEE dos/as estudantes com deficiência que, além de não serem contemplados desde o início do processo, sofreram com as mudanças frequentes das orientações para seu atendimento, as quais dificultaram ainda mais a oferta de um AEE de qualidade.

Durante a vigência das Aulas Paraná, os/as profissionais que trabalham com AEE tiveram que se adaptar e adaptar seu trabalho ao modelo posto de acordo com as instabilidades das orientações repassadas, assim como, mais uma vez, os/as estudantes com deficiência tiveram que se adaptar à um modelo educacional que não foi implementado considerando as suas necessidades específicas e a sua realidade de aprendizagem.

Isso fica ainda mais evidente quando, quarenta e cinco dias após o início de oferta das Aulas Paraná, a SEED/PR reconhece que

ainda são necessárias aos/às profissionais informações complementares para o AEE, informações tão básicas como um tutorial sobre o uso do *Google Classroom* (conteúdo do último documento sobre o tema, o Ofício Circular nº 044/2020 – DEDUC/SEED) que deveriam ser as primeiras orientações repassadas tanto para professores/as como para estudantes.

No entanto, à revelia da falta de planejamento, de preparo e de realização do AEE nas Aulas Paraná e do consequente agravamento do processo de exclusão social e educacional dos/as estudantes com deficiência, a Resolução nº 1.249/2020-GS/SEED, de 20 de abril, que trata da adequação do Calendário Escolar 2020, publicada apenas duas semanas após o início das Aulas Paraná, mas antes mesmo das primeiras orientações para o AEE pela SEED/PR, inclui no período letivo as Aulas Paraná desde seu primeiro dia de transmissão, em 06 de abril, para todos/as os/as estudantes das escolas públicas estaduais do Paraná, independente das condições que tiveram para o acesso às aulas, para a aprendizagem efetiva dos conteúdos abordados no período e da existência ou não do AEE.

Observando os prazos entre as publicações dos documentos citados, vemos a forma aligeirada com que foram publicadas as normatizações para a implementação das Aulas Paraná e para reorganização de calendário escolar em dissonância com a demora e instabilidade nas orientações para o AEE.

Além dos problemas já citados em relação ao AEE, na implementação das Aulas Paraná a SEED/PR ignorou o tempo necessário para organização e planejamento das atividades para os/as estudantes com deficiência, das adequações e flexibilizações curriculares que envolvem tanto o trabalho dos/as Professores/as de AEE (PAEEs) e demais profissionais da Educação Especial, como dos/as professores/as regentes e das equipes pedagógicas. Assim como não foi ofertada aos/às profissionais que trabalham no atendimento aos/às estudantes com deficiência (nem aos demais

profissionais da Educação) capacitação para o uso das tecnologias utilizadas nas Aulas Paraná antes do início de sua oferta.

O afobamento da SEED/PR para implementação das Aulas Paraná, sem discussão com a sociedade civil e com a comunidade escolar, sem análise das condições concretas, sem considerar a diversidade das condições de aprendizagem e sem planejamento, acarretou numa imposição arbitrária que, além de contrariar desde sua origem o princípio constitucional da gestão democrática, não garantiu aos/às estudantes padrões mínimos de qualidade e igualdade nas condições de acesso e permanência.

Vale ainda ressaltar que não há justificativa legal para a avidez da SEED/PR, pois a Deliberação nº 01/2020-CP/CEE/PR e a Medida Provisória nº 934/2020 não impunham necessidade de início de atividades não presenciais imediatas e urgentes, permitindo, inclusive, a manutenção da suspensão do calendário escolar – ao menos até a realização de um planejamento adequado.

As consequências da pressa da SEED/PR incidem na acentuação dos processos de exclusão social, principalmente daqueles/as historicamente excluídos/as como as pessoas com deficiência que, no caso das Aulas Paraná, foram visivelmente deixadas para depois e tratadas com menos importância.

Sobre as condições de acesso e permanência, sob o discurso de considerar a diversidade de condições dos/as estudantes, a SEED/PR possibilitou o acompanhamento das Aulas Paraná por diferentes ferramentas: *Google Classroom*, aplicativo de celular, *Youtube*, TV aberta ou atividades impressas.

No entanto, essas formas não são equivalentes e configuram-se como um remendo à falta de planejamento na implementação das Aulas Paraná. Embora pretendam, à primeira vista, oportunizar acesso a todos/as os/as estudantes aos conteúdos, acarretam diferentes condições de aprendizagem, ou seja, diferentes condições de permanência na escola e, assim, acentuam as desigualdades.

As condições de aprendizagem de quem acessa o conteúdo pelo computador, com recurso multi tela, navegador para pesquisas complementares, *internet* banda larga, é muito diferente das condições de quem acessa pelo aplicativo de celular, numa tela de cinco polegadas, com limite de dados, à mercê dos frequentes problemas de sistema, e incomparável com quem assiste pela televisão e não dispõe sequer do recurso de pausar a aula para uma anotação no caderno ou a oportunidade de assisti-la em horário posterior ao disponibilizado para retomada do conteúdo ou para realizar um exercício, e, quem dirá ainda, com quem recebe o material impresso...

Se de forma geral o acesso aos conteúdos não garante igualdade de condições de aprendizagem e de permanência, ao considerarmos o AEE, essas questões são ainda mais precarizadas, pois é preciso, ainda, garantir que a forma de acesso atenda às necessidades educacionais de cada estudante, de acordo com a deficiência e as características individuais de cada sujeito, e possibilitar que o/a PAEE tenha condições de realizar o atendimento necessário a cada caso.

Outro problema iminente nas Aulas Paraná é a falta de garantia de padrões de qualidade. Na experiência que tive com meu filho ao acompanhar as aulas pelo *Google Classroom*, encontramos diversas dificuldades, algumas relacionadas diretamente com a necessidade de AEE e outros de aspectos gerais, que interferem negativamente na qualidade das aulas. Dentre eles, destaco: a) falta de ambientação e preparo dos/as estudantes para uso das ferramentas virtuais utilizadas, acarretando em dificuldades no uso destas; b) falta de preparo dos/as profissionais envolvidos/as que não souberam/puderam oferecer informações necessárias para o uso das ferramentas; c) não disponibilização de tempo para as escolas se prepararem para a implementação das aulas; d) atraso na comunicação entre escola, estudantes e família; e) desorganização do ambiente de aprendizagem; f) problemas técnicos nos materiais enviados aos/às estudantes (aulas, *slides*

e exercícios) como áudios ruins, imagens ininteligíveis, completa ausência de edição das aulas gravadas; g) problemas didáticos (nas aulas, nos *slides* e nos exercícios) como exercícios desconexos das aulas, excesso ou superficialidade de conteúdos por aula, excesso de exercícios ou exercícios insipientes, informações incorretas transmitidas pelos/as docentes ou nos *slides*, ausência ou imprecisões nas citações de fontes e referências bibliográficas, descontinuidade nos conteúdos abordados nas aulas, falta de relação entre as aulas e os Livros Didáticos; h) não consideração das especificidades do ensino não presencial; i) dificuldade de interação com professores/as regentes; j) frequentes trocas dos/as professores/as que gravam as aulas dificultando uma relação de confiança/segurança.

Diante das dificuldades encontradas e da observação de que os direitos do meu filho de igualdade nas condições de acesso e permanência na escola, de receber educação de qualidade e de ter AEE não estavam sendo garantidos pelo poder público, recorri ao Ministério Público para solicitar intervenção em relação às Aulas Paraná.

No que se refere à qualidade das Aulas Paraná, a SEED/PR garantiu em sua resposta que as aulas transmitidas são preparadas e gravadas por professores da rede, selecionados em edital específico para esse fim, que atendem às orientações da Equipe Técnica da Diretoria da Educação (DEDUC), que os *slides* e conteúdos passam por revisão, que as gravações são acompanhadas por um técnico pedagógico da DEDUC e que, após a gravação, as aulas passam pela equipe da Diretoria de Tecnologia e Inovação Educacional (DTI) para então serem disponibilizadas nos canais de exibição.

O que a resposta da SEED/PR não responde é a quantidade de problemas técnicos e didáticos observados no material disponibilizado aos/às estudantes... Se há uma equipe responsável por verificar o material antes de sua disponibilização, porque ele chega aos estudantes com tantos erros? Além de não explicar

tal fenômeno, a SEED/PR silencia a respeito da falta de preparo de estudantes e professores/as para o trabalho com ambientes virtuais de ensino e de aprendizagem.

Além das questões listadas, um problema que chama a atenção por seu impacto negativo nas condições de aprendizagem é o mau planejamento do tempo nas Aulas Paraná, principalmente referente ao envio de cinco aulas gravadas diárias de 45/50 minutos por turma. A SEED/PR compreende que a Matriz Curricular das Escolas Estaduais prevê essa carga horária e que esse padrão deve ser mantido nas Aulas Paraná. No entanto, não existe obrigatoriedade legal para isso, pois nenhuma orientação ou diretriz publicada até o momento estabelece que a totalidade da carga horária diária seja ofertada na forma de atividades não presenciais.

A Deliberação nº 01/2020-CP/CEE/PR faz referência ao Parecer CNE/CEB n.º 19/2009, no qual o Conselho Nacional de Educação se manifesta referente à reorganização dos calendários escolares no contexto do surto de gripe causada pelo vírus H1N1 em 2009 e define que a reorganização dos calendários, naquele contexto, deveria prever a jornada escolar diária mínima de quatro horas. No entanto, a referência do CNE e do CEE refere-se à reorganização do calendário escolar com base na obrigatoriedade dos duzentos dias letivos, o que foi flexibilizado pela Medida Provisória nº 934/2020, como vimos publicada logo após a referida Deliberação do CEE, tornando flexível a oferta de carga horária diária no atual contexto. Inclusive o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) organizou a Campanha para a Educação Pública no Período de Pandemia, onde alerta que a manutenção de “prescrições curriculares, planos de aula, conteúdos e atividades” sem considerar o contexto de pandemia “é uma violência” com crianças, adolescentes, seus familiares e educadores. No entanto, a SEED/PR parece desconsiderar as demais orientações, inclusive as colocadas pela Deliberação nº 01/2020-CP/CEE/PR de que *independentemente das*

providências tomadas para a implementação das atividades escolares no momento da suspensão das aulas presenciais, deve-se atentar para a necessidade de atender não apenas o calendário escolar, mas também preservar o padrão de qualidade.

As Aulas Paraná evidenciam a preocupação única e exclusiva da SEED/PR com as horas-aulas preparadas de qualquer jeito, gravadas de qualquer jeito, distribuídas de qualquer jeito... e a desconsideração dos diversos outros tempos necessários ao processo de ensino, estudo e de aprendizagem, inclusive aqueles específicos da organização da vida cotidiana familiar no atual contexto, necessários para a garantia da qualidade, como os tempos para: organização dos espaços, equipamentos e materiais, registro de conteúdos no caderno, retomada dos conteúdos e pesquisas complementares para resolução de exercícios, resolução de exercícios, interação com colegas e professores/as...

Por essas características, as Aulas Paraná demandam mais do que o tempo de aula presencial, causam desgaste físico e mental aos/às estudantes, não consideram o impacto negativo do tempo excessivo de exposição às telas para a saúde física e mental das crianças e adolescentes. Em dezembro de 2019, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) emitiu a atualização de sua Cartilha sobre cuidados com a saúde física e mental de crianças e adolescentes na “era digital”. A Cartilha traz o *slogam* “#Menos telas #Mais saúde”, orienta para pais e responsáveis de “adolescentes com idades entre 11 e 18 anos, limitar o tempo de telas e jogos de videogames a 2-3 horas/dia” e cita, dentre os problemas de saúde, que o excesso de exposição pode acarretar em crianças e adolescentes: a) dependência digital e uso problemático das mídias interativas; b) irritabilidade, ansiedade, depressão e transtornos do déficit de atenção e hiperatividade; c) transtornos do sono; d) transtornos de alimentação; e) sedentarismo e falta da prática de exercícios; f) *bullying & cyberbullying*; g) problemas visuais, miopia e síndrome visual do computador; h) problemas auditivos

e perda auditiva induzida pelo ruído; i) transtornos posturais e músculo-esqueléticos.

Outra consequência decorrente da insistência da SEED/PR com as cinco aulas gravadas diárias de 45/50 minutos é o impedimento de espaço para a autonomia dos/as professores/as regentes e para a organização e oferta do AEE. A SEED/PR afirma garantir aos/às professores/as regentes autonomia para flexibilizar as aulas conforme as características de cada turma, no entanto, não há espaço para tal flexibilização se o tempo de aula vem fechado nas aulas gravadas.

Em relação ao AEE, na Orientação nº 006/2020-DEDUC/SEED, a SEED/PR repassou sugestões para PAEEs que trabalham com estudantes com TEA como: auxiliar na rotina de estudos; orientar as famílias; mediar com os/as professores/as regentes; monitorar o acesso às plataformas; assistir, remotamente, as aulas junto com o/a estudante atendido/a; utilizar ferramentas tecnológicas para atender às demandas singulares de cada estudante; produzir vídeos que possibilitem a melhor compreensão do/a estudante e de sua família quanto às intervenções, mediações necessárias, e que possibilitem o acesso aos conteúdos e a efetivação da aprendizagem; produzir e adequar o material de forma digital ou impresso de acordo com as necessidades dos/as estudantes e outras...

No entanto, as cinco aulas gravadas diárias de 45/50 minutos impedem a realização deste trabalho simplesmente pelo fato de não permitir espaço para tal. Há, ainda, PAEEs que atendem mais de um/a estudante por período, como atendê-los no atual contexto? Como as PAEEs fariam esse trabalho remotamente, ainda mais, sem o preparo necessário para o uso das tecnologias, sem capacitação, sem tempo de organização, ou seja, sem as condições de trabalho necessárias? Como e quando acompanhar o/a estudante, fazer a mediação com os/as professores/as regentes e produzir materiais dentro de sua jornada de trabalho?

Outra questão, ainda, é que as orientações da SEED/PR para o AEE remetem ao *homeschooling* (proibido no Brasil), pois direcionam à família a obrigação do Estado em garantir o direito à aprendizagem e impõem aos/às responsáveis assumir o papel de PAEE. Ao menos é o que tenho vivenciado, pois para que meu filho não tenha maiores prejuízos educacionais nesse momento, precisamos assumir no âmbito familiar a responsabilidade do Estado onde ele está sendo omissos, assumir a posição de PAEE do meu filho e fazer *homeschooling* – ao qual me oponho veementemente!

A SEED/PR afirma na Orientação nº 006/2020-DEDUC/SEED que os/as estudantes com deficiência estão recebendo o “melhor AEE e/ou escolarização possível” nesse momento e o Estado deve “proporcionar a esses estudantes o mesmo que está sendo ofertado para os demais estudantes da rede estadual de ensino”. No entanto, o melhor AEE possível no momento, nos limites das Aulas Paraná, não está garantindo a aprendizagem dos/as estudantes com deficiência. E o Estado está realmente oferecendo para os/as estudantes com deficiência exatamente o mesmo que está ofertando para os demais estudantes da rede estadual, com todos os problemas técnicos e didáticos – o que não está sendo garantido é o AEE.

Em relação ao AEE, o Departamento de Educação Especial da SEED/PR argumentou em resposta a minha solicitação junto ao Ministério Público que “os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados na rede pública estadual de ensino do Paraná, estão sendo contemplados como sujeitos de direito em todas as ações viabilizadas para a realização da escolarização remota”. No entanto, minha experiência na realidade concreta me faz pensar que essa afirmação é uma falácia.

Pois o que se evidencia é que a SEED/PR adiou suas preocupações com a Educação Especial nas Aulas Paraná, deixando para depois tanto os/as estudantes como os/as profissionais que atuam na área, que agora precisam “correr atrás do prejuízo” e

se adaptar a um modelo educacional que, mais uma vez, não foi pensado para as PcDs. E que mesmo passados mais dois meses de funcionamento das Aulas Paraná, momento em que esse texto foi escrito, os princípios constitucionais de garantia de igualdade de condições de acesso e de permanência e de qualidade de ensino não estão sendo atendidos pela SEED/PR – tanto para os/as estudantes com deficiência como para os/as estudantes sem deficiência – e, ainda menos, o AEE diante da precariedade organizacional, técnica, didática e pedagógica das Aulas Paraná.

Visivelmente a SEED/PR tem priorizado os aspectos quantitativos (horas aulas, presenças, acessos, visualizações, controle de carga horária de trabalho dos/as professores/as...) em detrimentos dos qualitativos (aprendizagem, condições de trabalho, AEE etc). Assim, as Aulas Paraná acirram as desigualdades sociais, pois a garantia do acesso à Educação de qualidade e de aprendizagem, nesse contexto, dependem das condições individuais fornecidas pelas famílias e, os/as principais excluídos/as dos processos são as pessoas historicamente excluídas, dentre elas, as que não têm acesso às tecnologias e ambiente adequado aos estudos por suas condições econômicas e as pessoas com deficiência.

Portanto, faz-se necessária a revogação urgente da Resolução nº 1.522/2020-GS/SEED e, conseqüentemente, a suspensão das Aulas Paraná antes que os prejuízos causados aos/às estudantes das escolas públicas estaduais paranaense com e sem deficiência se acumulem ainda mais pela omissão do Estado na garantia dos princípios constitucionais de igualdade de condições de acesso e permanência, qualidade de ensino e AEE.



Fonte: Cyrillo Oliveira Júnior

CAPÍTULO X

QUEM VAI PAGAR ESSA CONTA?

Thaís Catharin

Terminar esse texto foi um desafio. Uma angústia grande para escrever em um momento atípico para meu corpo. As palavras somem e as sinapses parecem falhar. A vontade de terminar era maior, mas a luta foi árdua contra a dificuldade de manter a concentração. A ansiedade bate, a mente acelera, o foco vai embora, a atenção permanece apenas alguns segundos em uma determinada coisa. Tudo é motivo para parar o que estou fazendo: o miado do gato, a panela derramando água no fogão, a chuva lá fora... Um baita esforço para controlar o fluxo de pensamentos, que parece uma enxurrada, sempre correndo contra o tempo, sentindo que estou atrasada, e nem sei para quê.

Irritação por quase nada. Cansaço aparentemente sem motivo. Ansiedade.

Em 2019 o Brasil subiu no ranking mundial da ansiedade, ocupando o primeiro lugar como o país mais ansioso do mundo, segundo a OMS. E nesse exato momento temos a oportunidade de perceber isso: somos um país que antecipa a flexibilização do isolamento social, no momento mais crítico de infecção comunitária e de sobrecarga do sistema de saúde, já constatado em algumas cidades e estados.

Mas a ansiedade brasileira não é apenas um fenômeno comportamental contemporâneo, resultante do nosso ritmo cosmopolita acelerado. Ela tem raízes históricas, sociais e econômicas. Nossa ansiedade é consequência de uma dívida social com o desemprego, com a fome e com a escassez de recursos e oportunidades. Uma dívida grande, ainda vigente e a se perder de vista. Direta ou indiretamente, todos nós já vivemos esse tormento, ou presenciamos pessoas próximas que passaram poucas e boas para dar conta de um orçamento apertado, que correram contra o tempo para colocar comida na mesa e para não sofrerem o tão temido despejo por não dar conta do aluguel. Nosso DNA brasileiro já é programado para reagirmos com ansiedade quando falamos de trabalho e sobrevivência. Mas por que reagimos assim mesmo quando estamos com um emprego garantido? Bem, talvez nossos empregos não sejam tão garantidos assim, quando pensamos em estabilidade econômica e em condições de trabalho que nos são oferecidas. Nem mesmo para servidores públicos, como nós, professoras e professores do Estado do Paraná.

Vivemos na corda bamba, temendo demissões, a não renovação de contratos, os cortes ou congelamentos de salários, o ataque a direitos trabalhistas garantidos, ao número de horas aulas disponíveis, enfim, a lista de medos infelizmente é grande e nos faz perder o sono pensando na possibilidade de não conseguirmos garantir o amanhã.

A famosa síndrome da escassez é mais comum do que imaginamos. Iludidos, acreditarmos que seja uma fraqueza individual sentir insegurança do futuro, reduzindo nosso trauma histórico

miserável a uma questão de crença pessoal na limitação da abundância. Sem percebermos, esquecemos os alicerces escravocratas e genocidas que fundaram a economia do nosso país, sempre explorando e matando gente em nome do capital. Adormecidos, somos impelidos a viver como ratinhos correndo em esteiras, tentando acreditar que basta um esforço maior e seremos mais produtivos. Se formos mais produtivos, seremos recompensados e melhoraremos de vida. Ah! Adeus aperto! Criamos então um círculo vicioso para produzir mais, ter um bom desempenho, evitar a cobrança, antecipar a pressão para mostrar serviço... e assim, se conseguir, estender um pouco mais o prazo de conforto. Mas ele nunca chega. E por quê? Por que ainda continuamos sentindo que não fizemos o suficiente? Por que a sensação de medo e culpa ainda nos persegue? Ouço com frequência colegas professores aflitos por se sentirem culpados de estar em casa trabalhando e recebendo, enquanto outros precisam correr o risco da infecção por Covid nas suas rotinas normais. E por conta disso, assumem os próprios chicotes e se sujeitam a situações desonrosas de trabalho para mostrar serviço e aliviarem a culpa de estarem em casa. Entendo a razão da culpa. Nossa profissão segue em declínio na rampa neoliberal da desvalorização do trabalho. Precisamos mostrar serviço. Mas mostrar como, se nosso trabalho não tem forma? O trabalho de docência é imaterial, porém profundo e significativo quando tem espaço para acontecer. Como quantificar nosso trabalho diante de uma pandemia e de um isolamento social? Como não levar falta no home office? Começo a acreditar que em breve nosso trabalho será quantificado pelos níveis de cortisol no organismo: quem tiver o nível mais elevado desse hormônio, talvez seja considerado o mais eficiente e o mais produtivo na realização do trabalho docente. Então merecerá uma gratificação!

Ironias a parte, retomo a questão: de onde vem essa culpa e essa insegurança que nos levam a ataques de nervos? Penso que essa resposta pode ser encontrada em nós mesmos, na memória do nosso próprio corpo, em nosso sistema nervoso neurovegetativo, também conhecido como sistema nervoso autônomo, que regula

e mantém as funções essenciais para continuarmos vivos. Como o nome diz, esse sistema é autônomo, ou seja, não depende da nossa vontade ou comando consciente para funcionar e tende a se autorregular após situações de estresse e adaptação. Quando me refiro a uma memória coletiva desse sistema biológico, quero dizer que estamos condicionados a uma hiperestimulação das nossas faculdades orgânicas autônomas para permanecermos sempre em estado de alerta. Sempre esperando algum perigo, prontos para atacar ou fugir, mesmo quando aparentemente não tem nada de ameaçador por perto. Um período prolongado de estresse, sem o devido tempo para o organismo se reestabelecer e se adaptar, pode gerar problemas irreparáveis na nossa memória celular. Ou seja, não é tão simples assim controlar nossas reações autônomas. O que digo aqui é que não basta escolher ou não ficar nesse estado de alerta. A memória coletiva do nosso sistema neurovegetativo nos mostra que o perigo do desemprego e da miséria ainda nos assombra. Não podemos baixar a guarda. A ansiedade se torna um estado permanente.

Bem, a própria pandemia já é um fator conflitante e ameaçador para nosso organismo. Estamos todos com sintomas de estresse biológico crônico, com o cortisol e a adrenalina extremamente altos, em constante estado de alerta. E por quê? Bem, talvez porque com essa mudança repentina das nossas vidas, não temos certeza de nada. Temos alguns dados norteadores e algumas previsões que não nos confortam e podem mudar a qualquer momento, pois dependem do comportamento do coletivo. Muitos de nós, brasileiras e brasileiros, não sabemos se teremos emprego depois que tudo isso acabar. Tememos pelas nossas vidas e de entes queridos, sentimos a pressão do acúmulo de atividades domésticas, home office e de si mesmo, tudo isso no mesmo espaço-tempo. A ausência do futuro nos conecta com a nossa ancestralidade, palavra atual e necessária, que nos mostra um passado miserável. Traz de volta nosso fantasma da escassez, das décadas de recessão econômica e desemprego compulsórios

que vivemos. Mal saímos desse período e já sentimos novamente seu cheiro amargo se aproximando.

Esse medo estranho faz a gente agradecer por ter um emprego. Prometemos não reclamar tanto e aceitar o que nos é exigido para não parecermos tão ingratos assim. Afinal, aquele vizinho que espera na fila para receber o auxílio emergencial está bem pior, coitado. E assim, nesse cenário de gratidão forçada, me referindo diretamente a nós docentes, aceitamos muito a contragosto um modelo de trabalho para o qual não fomos capacitados e sequer consultados, o qual nos leva a um prognóstico incalculável de adoecimento em massa.

Sim. O EaD implantado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná é a esteira que nos levará diretamente para problemas de saúde irreparáveis. Começa com algumas dores no corpo, logo vem a insônia, uma sensação de aperto no peito, coração disparado do nada, desconfortos gastrointestinais, inapetência. Depois, crises de choro, falta de ar, náuseas, mente confusa, medo de morrer, uma sensação horrível de perder o controle do próprio corpo. O organismo avisando que é hora de parar. Mas não tem como parar. As notificações dos aplicativos não deixam. Então, caminhamos para medicamentos supressores que nos deixam letárgicos, mas com a mente ainda acelerada. Um trans-torno atrás do outro. O chicote só fica mais ardido, pois agora, lentos e sonolentos, precisamos continuar. Não dá tempo de se adaptar ao remédio, ao EaD, ao isolamento. Não podemos parar.

E como continuar esse trabalho tortuoso sem evoluirmos para doenças muito mais graves e irreversíveis? Pedir exoneração? Abrir mão da nossa carreira? Sim, todas essas situações são possíveis. A exposição permanente ao estresse que nós docentes estamos passando não deixa nosso sistema nervoso baixar a guarda. E quando baixar, vai ser porque chegou ao limite, e daí, para levantar, vai ser difícil. Nessa hora, corremos o risco de tomarmos decisões precipitadas e drásticas para amenizar nosso sofrimento. Quem está de fora diz para aguentarmos, que é só

uma fase e logo vai passar. Mas é uma fase tortuosa, que está nos massacrando. O sofrimento que ela causa é urgente e latente. Deve ser eliminado.

Depois dessa pandemia, nós professores teremos que nos curar do EaD. Será necessária muita terapia, muito tempo para o organismo se recompor. Mas que tempo? Sabemos que ele nunca será suficiente. Por quantos anos nós acreditamos que as férias seriam o momento de descanso, mas algumas semanas antes do retorno já estamos sofrendo, novamente com ansiedade de ter que voltar para aquele ambiente turbulento que já conhecemos. A memória do nosso corpo já aciona o botão do estado de alerta. Agora com o EaD isso se torna pior. O ambiente que nos ameaça está aqui. É a nossa casa. O local de repouso, de “calma, aqui você está protegido”, simplesmente não existe mais, e nosso organismo não tem tempo para fazer a autorregulação necessária. Sim, o EaD implantado nas escolas públicas do Paraná gera um desequilíbrio bioquímico crônico em nós docentes. Muitas coisas estão envolvidas nesse processo. Muitos são os estímulos nocivos que nos colocam em estado de alerta. E para piorar (sim, porque com essa atual gestão tudo pode piorar), a todo instante são colocadas novas informações, resoluções e, claro, cobranças e pressões para justificar os nossos salários. Brigamos constantemente contra nossa natureza, que sabiamente luta para encontrar um limite, uma solução para nossa autopreservação. Mas a avalanche de ações truculentas de muitos dos nossos gestores não nos permite respeitar esse limite. A todo instante, inclusive nos fins de semana, recebemos informações desencontradas das direções e das equipes pedagógicas. Mensagens confusas e ameaçadoras, que mais atrapalham do que ajudam. Mensagens autoritárias, que não permitem debate, ditas sem nenhuma polidez, filtro ou educação, palavras de ordem, ameaçadoras, com posturas de mal gosto, longe da cortesia e da empatia básicas para qualquer relação humana saudável, fundamentalmente necessárias para um ambiente educativo adequado.

Convivemos permanentemente com insinuações e indiretas de que o fracasso do projeto é nossa culpa, ou então uma determinação que muda todo o encaminhamento a que estávamos tentando nos ajustar, ou ainda, que nossos salários estão ameaçados pela falta de interação e caracteres digitados no mural do Classroom. Essa falta de habilidade humana para o trabalho com pessoas, escancarada em muitas escolas, coloca em cheque o nosso profissionalismo. Muitos dos nossos colegas acabam se perdendo da própria consciência de classe trabalhadora, e se esmeram para fazer o negócio funcionar, sem sucesso. Pensando que depende só de si, ou então da boa vontade da equipe, para que o projeto deslanche, com uma ingenuidade medíocre, porém, compressível diante do projeto maior de desvalorização da nossa carreira. No entanto, arrisco dizer que todos nós docentes, sem exceção, estamos nos sentindo um lixo, dispensáveis e incompetentes, pois a natureza do nosso trabalho docente não está sendo respeitada. Além disso, essas ameaças e mudanças constantes aumentam o medo, a insegurança e, claro, a ansiedade. Quando aceitamos as coordenadas, mesmo que a contragosto, e começamos a nos adaptar, uma nova mudança aciona o estado de alerta e... lá vamos nós de novo sobrecarregar nosso sistema nervoso. Esse modelo de gestão que sai da Secretaria de Educação do Estado do Paraná e infelizmente é reproduzido por muitos gestores das nossas escolas é, no mínimo, sádico e cruel. É desrespeitoso. É massacrante. Nos tratam de forma infantilizada, medíocre. Sinto que muitos desistirão, ou então, fico me perguntando quantas licenças médicas e tratamentos terapêuticos serão necessários para tentar reparar esse dano causado por humanos desumanos. Quem vai pagar essa conta?

A minha preocupação com a nossa saúde é muito grande. Com sistema nervoso não se brinca. A neurociência está aí para nos explicar. Crises de ansiedade gastam uma energia tremenda do nosso organismo para tentar nos manter vivos, além de sobrecarregar nosso corpo com resíduos metabólicos nocivos. Estresse crônico e crises constates de ansiedade podem prejudicar a trans-

missão de impulsos nervosos, comprometer nossas capacidades motoras e de discernimento, de memória, de qualidade de sono, de respiração, inflama nosso organismo, libera uma enxurrada de radicais livres, bagunça o nosso sistema imunológico, que nesse momento deveria ser preservado e fortalecido, e por aí vai a imensa lista que nenhum suco detox dará conta de reparar. Nenhuma alimentação balanceada será suficiente nessa situação, pois nesse estado os nutrientes não serão assimilados de forma satisfatória. Nosso corpo está se sentindo ameaçado, em perigo. A qualquer momento tudo pode mudar e nos prejudicar. Estamos com medo desse estado relativamente desconhecido e descompensado do nosso corpo e das nossas emoções. E tememos por nos sentir assim, com reações estranhas, novas e desconfortáveis.

Ouvi de um profissional da saúde, meu professor e colega de profissão, que no Brasil o Covid é um detalhe. Foi a partir dessa conversa que eu me senti quase obrigada a conversar com meus colegas de trabalho sobre o perigo desse projeto de EaD para nossa saúde. Muitos acabaram compartilhando suas angústias, com um certo alívio por perceberem que não eram os únicos a se sentirem assim. Refleti sobre nossa situação profissional, sobre o meu quadro de saúde, que declinou assustadoramente após o início das aulas remotas. Lembrando das palavras desse meu professor, eu arrisco em dizer que no Paraná nós professores e alunos das escolas públicas estamos dia-a-dia nos esquecendo do porquê estamos em casa, pois o volume de tarefas, interações e obrigações com o EAD são sobre-humanas e não nos dão tempo de pensar em pandemia.

Mais uma vez eu pergunto: quem vai pagar essa conta?

CAPÍTULO XI

EAD – A PONTA DO ICEBERG DA PRECARIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

Josiene Cruz

O objetivo deste texto é apresentar uma reflexão sobre a atual gestão da escola pública paranaense e sobre como a Secretaria Estadual da Educação do Paraná (SEED), como mantenedora do sistema, tem interferido neste processo, tendo como foco o período da pandemia do Covid-19 e a implantação do projeto de Educação a Distância (EaD).

Da forma que foi posta, podemos considerar que a ação do projeto de EaD implantado de forma leviana pela SEED no início do mês de abril, atendeu somente, naquele momento, aos anseios de um secretário da educação, em detrimento da autonomia da comunidade escolar e da formação integral dos alunos, desres-

peitando a complexidade da gestão democrática da escola pública e a importância da decisão dos pais e das instâncias colegiadas na organização das atividades educativas, as quais implicam diretamente no processo ensino-aprendizagem, em seus aspectos psicossociais e didático-pedagógico.

Para iniciarmos esta discussão, faz-se necessário considerar que o projeto de precarização da escola pública paranaense não começou na pandemia e nem teve seu início no processo de ensino EaD adotado neste período. Temos que considerar que o PROJETO DE PRECARIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO do atual secretário de educação tem a EaD apenas como uma parte deste processo.

Segundo o site Ranking de Competividade, em 2016, ainda colhendo os frutos de um período progressista de investimento na educação, ao ter passado por avaliação de sua rede pública de educação, o Paraná pontuava 100, disputando o primeiro lugar com outros estados que tiraram a mesma nota. Logo após, em 2017, esta nota caiu para 30. Vieram os cortes e o avanço da implantação de projetos neoliberais, fragilizando o processo de ensino-aprendizagem, e o Paraná novamente cai, chegando ao décimo nono lugar no ano de 2018. E, mesmo com todas as tentativas de mascarar a precarização resultado das ações do novo secretário, em 2019, ainda que dobrando a nota, o Paraná assumiu um mísero 14º lugar no ranking. Podemos dizer mísero, pois o Estado continua sendo o segundo no ranking de eficiência da máquina pública, dado que não condiz com os resultados na educação.

Ainda que o atual secretário caminhe com estes dados na bolsa, pois analisar índices, dados, números é sua diversão predileta, ele não é um professor como faz questão de dizer. Não tem a formação pedagógica necessária para interpretar o passado e planejar o futuro do sistema educacional paranaense. Prova disso é a falta de planejamento na aplicação dos seus projetos. A sensação que temos no chão da escola é que a Secretaria da Educação segue tentando trocar o pneu com o carro andando.

Parece que tudo que aprendemos sobre planejamento escolar foi descartado, como se fosse possível descartar o conhecimento e anos de estudo que tivemos. Seria mais uma ilusão. Afinal, um governo pode nos tirar tudo, menos o conhecimento adquirido. Este conhecimento é que nos capacita para avaliar, neste momento, as ações do estado e fazer a crítica de forma construtiva, com o objetivo de retomar o que está sendo perdido. O secretário, numa tentativa de neutralizar as críticas, ocupa os professores com suas lives e planilhas.

O nobre secretário recebeu um alerta solitário, quando completou 90 dias da sua gestão e escreveu, de forma quase irônica a quem lia, a sua carta aos professores. E seguiu, Sancho Pança e seus fiéis escudeiros, hoje representados em diversos personagens que adentraram a escola. Ele ignorou este alerta vindo de uma andorinha só, mas vieram outros e outros e outros. Ignorou os pedidos de socorro que vieram das escolas e exagerou na simpatia para falar aos diretores.

Segue conteúdo da carta, escrita por uma pedagoga aos 90 dias de sua gestão:

Caro Secretário, completados 90 dias de sua gestão, gostaríamos de dividir com você o sentimento de distanciamento e abandono que nos toma ao ler sua carta. Pensar que depois de todo aprendizado acumulado ao longo de uma carreira, de um período de valorização profissional, de nossas principais conquistas dentro da escola pública, temos que enfrentar neste momento o desafio de superar os sentimentos negativos e o retrocesso que sua gestão nos impactou até agora.

Em primeiro de janeiro, ao chegar ao Estado do Paraná, você encontrou uma Rede séria e comprometida com profissionais de carreira, fruto de um longo período de concursos, formação e investimento na escola pública. Pode perceber de imediato que a grande maioria dos profissionais do nosso quadro tem como opção profissional a

Carreira no Magistério e de Agentes Educacionais,, carreira esta, responsável pela missão de educar gerações de estudantes que construirão o futuro deste país, estando eles preparados ou não.

Para alcançarmos esse objetivo existe a necessidade de investimentos na estrutura física e em recursos humanos, sem denominar professores ou alunos como estrelas, mas discutindo com a seriedade de um profissional da educação as necessidades de cada escola.

Para valorizar, a que se estar próximos, conhecer e reconhecer o trabalho que vem sendo realizado nas nossas 2.143 escolas, durante as 200 mil aulas que a nossa Rede aplica todos os dias, ainda que muitas vezes em condições adversas. Não é necessário só estar próximo, mas também investir.

Sei da caminhada que o Secretario percorreu, em escolas “escolhidas” e posso te garantir que aquele lanchinho que vimos na foto que foi feita em Umuarama, não é a realidade da nossa escola, nem dos nossos alunos, que graças ao alto índice de desemprego, chegam cada dia mais fragilizados na escola.

Primeiro que para um profissional se sentir reconhecido, primeiro ele precisa, através de seu trabalho, conseguir alimentar e atender as necessidades financeiras de sua família.

Segundo que para que um profissional se sinta valorizado, ele precisa ser reconhecido em seu esforço diário e não carregar sobre si toda a responsabilidade das mazelas que geram os baixos índices das insistentes provas de avaliação.

Terceiro que para se sentir valorizado o profissional precisa estar saudável para desenvolver um bom trabalho e não sendo castigado, açoitado para o final da fila, por buscar tratamento de saúde, de uma saúde que se degenera dia a dia dentro de sala superlotadas.

Quarto que para se sentir valorizado o profissional precisa de investimento financeiro em seus instrumentos de trabalho e não ser pressionado dia a dia a assistir” lives” em casa e chegar na escola não ter internet para fazer uma chamada. Nem pessoal o suficiente para atender a demanda de trabalho.

Sabemos que conheceu um professor que desenvolveu com seus alunos uma cadeira de rodas que anda automaticamente apenas por comandos de voz, mas também sei que este professor está há 4 anos sem reajuste salarial e até agora sua Secretária finge demência e não fala sobre isso. Sabemos também da bibliotecária que você conheceu, que fez de sua biblioteca uma fonte de inspiração, mas também sei que a maioria dos pais não podem comprar livros e que o Estado neste momento está reduzindo o dinheiro que é enviado para as escolas. Sei que o gás, o papel higiênico, o sulfite, muitas vezes são comprados com dinheiro extorquido dos professores e funcionários, através de “rifas”.

Por muitas vezes o professor ou funcionário deixa de comprar arroz e feijão em sua casa, deixando faltar o básico para seus filhos, para comprar “rifas” de escolas, multiplique este cenário para um professor que trabalha em 5, 6 e até 7 escolas.

Foi amplamente divulgado que você conheceu o professor que montou um aplicativo para centenas de alunos aprenderem história antiga egípcia no celular, mas sabemos também que você não conheceu a Professora Júlia, que teve seu salário reduzido pela metade graças às orientações de distribuição de aulas que pune professor.

Nas quase 40 escolas que já visitou em 90 dias, parece ter visto bem pouco e menos ainda conseguiu conhecer.

De todas as grandes falhas da Educação Paranaense, a qual pretendo citar, uma das mais importantes é não dar um reajuste salarial anual, direito

de qualquer trabalhador. Pois se fosse em uma empresa particular teríamos pedido as contas e ido embora, mas com profissionais de carreira, não é tão simples assim; temos uma vida dedicada a construir cada pedacinho de escola que você conheceu. Pagamos do nosso bolso, cada ar condicionado que você viu na sala de aula e vamos continuar por aqui. Nós não somos aventureiros da Educação, não somos aventureiros da escola pública. Você é passageiro, mas nós permaneceremos e resistiremos, como estamos resistindo aos ataques dos últimos anos.

Você diz em carta que vai mudar a educação aqui no Paraná. Como Profissional, posso te dizer que não precisamos de mudanças, mas de apoio financeiro e pedagógico para continuarmos o trabalho que vimos desenvolvendo até aqui. Não trabalhamos por um projeto de governo, mas por um Plano de Estado. O cargo que você assumiu pode contribuir para avançar ou retroceder o trabalho que já vínhamos desenvolvendo, mas não irá mudar. Não se muda a educação roubando o sonho dos educadores para plantar os seus. Se você veio para somar; seja bem-vindo, mas respeite o trabalho construído até aqui. Não precisamos de pódio, caminharemos juntos.

Dentre as ações pedagógicas realizadas, que você julga novidade, o primeiro grande passo foi a Prova Paraná, os 97% de adesão não são de voluntários ao seu projeto; é preciso lembrar que os alunos fizeram a prova porque estavam lá na escola, e estar lá é fruto de um trabalho árduo, de anos, no combate à evasão escolar.

Diante da sua doce ilusão, muitos até se lembraram da Alice no País das Maravilhas, diante do pouco que tem oferecido até aqui, e diante de tudo que ainda é desafio real para quem está no chão da escola. Nossos desejos de melhoras, se angustiam.

Gostaria de dividir com você nossos dois principais sentimentos: o da decepção e o do desespero.

O Governador Ratinho Junior esteve na equipe do Beto Richa e com sua bancada na Assembleia, ditou cada retrocesso na educação do Paraná nos últimos anos. Não tenha ilusões Secretário, não temos tempo para devaneios. ENTENDA!! O problema do sistema educacional do Paraná não está, somente em seus professores.

Não é hora de brincar de mágica de fazer os pedagogos e professores trabalharem um dia a mais sem receber, roubando horas de lazer de professores, transformando hora aula em hora relógio. Nenhuma empresa prospera só no engodo, sem projeto, sem planejamento e sem investimento financeiro, o sistema educacional também não.

Se analisarmos o conteúdo da profética carta acima, poderemos constatar que após um ano e meio de Renato Feder ainda estamos sempre com a sensação de que estamos presos naqueles noventa dias. Pois, sem planejamento, estamos como hamsters engaiolados que correm, correm sem sair do lugar. Vivendo aquela sensação de que estamos sempre começando. Se há outra intenção por parte da equipe da SEED, ela não alcançou seu objetivo.

Vamos analisar então suas principais ações até aqui, considerando que o projeto começou na gestão anterior, do então governo Beto Richa.

Primeiro o governo fechou os períodos vespertinos, depois os noturnos; fechou turmas nos locais e horários onde os alunos precisavam, sem ouvir a comunidade escolar, tanto que em diversas situações enfrentou resistência da comunidade local, que é quem paga a conta no final de tudo; tirou salas de apoio, de reforço escolar em Português e Matemática; tirou o Mais Educação, projeto de educação em tempo integral que tirava alunos da rua e os mantinha na escola o dia todo; tirou o Projeto Meio Ambiente, que supria necessidades básicas em diversas escolas; tirou pedagogos dos períodos vespertinos onde tem sala

de recursos, exatamente onde estão os alunos que demandam maior esforço e empenho em seu acompanhamento pedagógico; fez pressão psicológica em pedagogos e professores praticamente o ano todo, nos responsabilizando pelo fracasso escolar; transformou alunos faltosos em alunos sem frequência, sendo que sem frequência eram os alunos que nunca foram à escola, diferente dos faltosos; para os alunos faltosos e sem frequência não houve qualquer ação ou projeto além dos que já fazíamos, como acompanhamentos pedagógicos e encaminhamentos à rede de proteção; os alunos com dificuldades de aprendizagem não tiveram atendimento no tempo devido. Ainda reduziu demanda de agentes, muitos trabalhando doentes e sem condições físicas de exercer o seu trabalho, antes motivo de tanto orgulho. E foi nesta gestão que foi aprovado o projeto que acabou com a carreira de Agentes Educacionais, provando que o olhar de cada agente que visitou em escolas, nunca te tocou. Estão sendo invisibilizados e silenciados cada vez mais.

É preciso entender que mudar o formato de uma planilha não é uma ação significativa que interfira no resultado final do processo educativo, que é a aprendizagem do estudante. Falando em planilhas, a escola não cabe mais em tantas planilhas. A burocracia tomou o tempo que antes era dedicado a estudos e planejamentos. Acreditou-se que aumentando o número de fiscais ou o volume do grito, haveria retorno em aprendizagem, mas não houve, apenas evidenciou-se mais uma vez a fracassada lógica mercantil de alcançar resultados na pressão, na fiscalização.

A SEED, sob o comando do atual secretário, colocou tutores nas escolas para fiscalizar o trabalho escolar, sim, para fiscalizar, porque estes não trouxeram nada de novo. Nada além do que já vínhamos trabalhando há anos. Repassaram informações que os Núcleos Regionais de Educação (NRE) sempre fizeram, e com competência, diga-se de passagem. Tanto que o que os tutores encontraram em suas tutorias foram documentação arquivada de anos anteriores, de todas as ações que propuseram; estas

já vinham sendo desenvolvidas com êxito, fruto de estudos e planejamentos coletivos. E é exatamente por isso que, quando bons professores se deparam com uma fala de pedagogo, tutor, diretor ou Chefe de NRE de que antes as coisas não aconteciam mas “agora vai”, eles se perguntam sobre o que, e como estas pessoas faziam na escola em tempos anteriores. Não seguiam as orientações oficiais que norteiam o fazer escolar?

E quanto ao papel das instâncias colegiadas que após anos de formação sobre gestão democrática estão agora condicionadas, neste projeto, a assinar e a ratificar tudo que não construíram e não ajudaram a planejar, fato este que chegou a ser ratificado, de forma quase irônica, durante orientações oficiais de um NRE, neste período de pandemia.

A SEED também implantou a Prova Paraná, a qual não reflete de forma alguma a realidade das escolas e o imenso trabalho que se realiza nelas, considerando as diversas problemáticas que as envolve. Além disso, o tempo que a preparação e a aplicação dessas provas tomam dos profissionais da educação e dos estudantes, prejudica muito o já apertado calendário de cada disciplina.

E tem mais. No ano de 2019, aos 40 minutos do segundo tempo, após um fracasso de suas ações no processo ensino-aprendizagem, na velocidade do seu desespero, sem organização e sem planejamento, com o único objetivo de mascarar o fracasso do seu projeto aumentando índices, chegou à escola o programa Se Liga, que nada mais é do que avançar alunos que correm risco de reprova exatamente porque nem o mais antigo programa de reforço escolar foi oferecido naquele ano letivo. Com o projeto Se Liga, alunos que provavelmente não se apropriaram do conteúdo durante todo o ano foram aprovados, e no ano de 2020 chegaram às salas de aula mais perdidos que o atual secretário da educação. E faremos novos nivelamentos, faremos o diagnóstico do déficit dos alunos em relação à série em que ele está estudando, mas sem tempo para recuperar estes conteúdos. Seguiremos a

cartilha da menina Alice, ou Sancho Pança. Seguiremos lutando contra moinhos de vento e preenchendo planilhas... enquanto o aprendizado dos nossos alunos, objetivo primeiro de nosso trabalho, fica em segundo plano.

Dois mil e vinte foi o ano em que se aproveitaram da pandemia para fazer “passar a boiada”. Quanto dinheiro público o governo gastou com um projeto de aulas online, sem discutir com as escolas ou com a comunidade escolar? Quais as empresas que lucraram com isso? Quem são seus donos? Gastar tanto dinheiro, sem necessidade, interessa a quem? Mais uma vez os alunos e as famílias irão pagar a conta, e desta vez, não só com dinheiro, mas com seu tempo, sua paz e sua saúde mental, pois agora o ilustríssimo secretário obriga as famílias a darem suporte para aulas “meia-boca” e “para inglês ver”, como foram definidas as aulas em EaD, em live de chefe de NRE, conforme denunciado no site da APP Sindicato. Adoecendo agora, não só professores, mas alunos e pais. Relatos de pais em desespero e alunos em crise de ansiedade, de pânico, com sintomas de depressão, tornaram-se comuns entre os professores e pedagogos. O professor que hoje, mais que em qualquer outro período, enterra seus mortos, seca suas lágrimas, e se acalma para conseguir transmitir um pouco de paz a seus alunos em meio à tanta loucura.

Loucura é o que se tornou a documentação norteadora do fazer escolar, mais uma prova da falta de planejamento. E a Secretaria de Estado da Educação segue trocando o pneu com o carro andando, enviando orientações e resoluções dia e noite sem cessar. Não temos mais feriados, sábado, domingo, dia e noite, qualquer hora é hora de receber mensagens de diretor, de pedagogo, de tutor, de aluno, de pai de aluno, os celulares vão se carregando e se sobrecarregam com tantas informações. É preciso resetar. É preciso resetar este programa. É preciso parar e planejar.

PLANEJAR.

Os rotineiros pedidos de desculpas de toda a equipe da Secretaria de Educação, de desde o secretário a sua tutoria, nada mais são do que a ciência dos seus erros, fruto da total falta de planejamento.

Somos todos contra este sistema de avaliação punitivo que nivela os alunos como gado na balança. Todos eles medidos por uma única métrica escolar, muitas vezes injusta. Precisamos repensar o modelo de escola que temos, esse modelo de avaliação cujo único objetivo é classificar, nivelar e reprovar, sem estimular a aprendizagem. Mas para não reprovar é necessário que haja certeza da aprendizagem e da eficácia dos métodos. É exatamente para isso serve a avaliação. Não adianta cortar o pouco que os alunos têm e depois os empurrar para o precipício da ignorância de quem conclui o Ensino Médio sem saber cálculos aritméticos elementares.

Quando assistimos à aprovação da PEC dos gastos públicos, sabíamos que era um ataque à sobrevivência da educação pública gratuita e parte de um projeto maior de privatização de tudo que foi construído com dinheiro público. Essa PEC foi um marco do retrocesso educacional nos últimos, o qual avança em disparada no desmonte da escola pública que vem sendo realizado no Estado do Paraná.

Ao contrário do que se pode pensar, não é sobre ter inveja do empresário que vai ganhar dinheiro com a venda das parafernalias pedagógicas, nem sobre manter privilégios de professores e funcionários públicos, até porque direitos trabalhistas não são privilégios, são direitos. A questão diz respeito ao direito à educação gratuita e de qualidade garantida por nossa Constituição.

Não estamos falando só de um processo de privatização de todo o sistema educacional paranaense, até porque dificilmente alguém iria querer comprar uma escola pública em áreas longínquas, em bairros miseráveis onde a população não tem dinheiro nem para a alimentação básica, muito menos para pagar mensalidades, em resumo, onde não houvesse garantias de lucratividade.

Estamos falando de um processo de privatização de partes da educação, da parte que seria lucrativa a empresários do mercado educacional, estamos falando do abandono da ciência e de tudo que foi construído a duras penas com recursos oriundos do suor do trabalhador em forma de recursos públicos. Estamos falando da venda da intencionalidade do Ensino Público, de uma escola onde se cumpra metas sem se preocupar com a apropriação do conteúdo, e o uso que dele se faz.

O que a EaD tem a ver com tudo isso? Poderíamos dizer que uma determinada parte da sociedade tem medo de quem estuda o passado para pensar o futuro? Mas voltemos às privatizações: quem compra quer comprar barato, e este processo passa pela precarização da educação, passa pelo desmonte, isso mesmo, exatamente igual a quando uma criança pega um brinquedo e desmonta para ver o que tem dentro, destruindo tudo. Só que neste caso o desmonte é parte do projeto de desvalorização para justificar uma venda a preço vil.

Voltamos a venda da intencionalidade da escola pública: decorar o dia da árvore não é importante, importante é saber fazer uma análise de como a árvore influenciou na construção da nossa sociedade, de como a madeira influenciou a história no passado, de como interfere no presente e de como esta construção se dará no futuro, e quem serão os responsáveis por tudo que envolve o nascer, o viver e o morrer das árvores. Mas como ensinar tudo isso em uma escola engessada em planilhas e mais planilhas e em salas de aula onde alunos carregam a cada ano um déficit maior de aprendizagem?

Tá!! Mas e o EaD? O Que tem a ver com tudo isso?

A angústia com o desmonte da escola pública precisa dar início a LUTA contra a ideia de que devemos transferir tudo para as mãos da iniciativa privada, inclusive nossos contratos de professor, a escola de nossos irmãos, o tratamento de câncer da vizinha, as estradas e parques, a mantenedora do seu salário de professor universitário (e neste último caso não esqueça que

terá que esconder seu doutorado para garantir seu emprego). Nessa luta, é preciso combater com a mesma intensidade o EaD proposto pela SEED. Essa é uma forma de se combater as perversas ações de precarização do ensino público paranaense e de voltar a defender a educação pública gratuita e de qualidade, junto àqueles que já o fazem dentro e fora da escola e do Campus Universitário, falando aqui da política partidária, que é onde se define toda pauta.

O olhar para este modelo de EaD precisa ser ressignificado, ir para além do discurso hipócrita que está sendo feito, de que é a única opção para que haja aprendizagem dos estudantes em tempos de pandemia. Alguém te pediu outras sugestões? As escolas e toda a comunidade tiveram a oportunidade de serem ouvidas? Ou adotaram a lógica governamental de aproveitar a pandemia para passar a boiada?

Nós somos os produtores da herança cultural deste Estado e diante do cenário atual o que deixaremos? Estamos vivendo tempos temerosos sim, mas não é só culpa do COVID-19, e eles não começaram na pandemia e nem na PEC de limite de gastos, talvez estejamos vivendo ainda apenas o início deles. Como ressignificar o nosso olhar para além de pautas que hoje só têm servido como cortina de fumaça para dividir e distanciar nosso olhar do que realmente nos unifica?

Pensando para além dos lamentos sobre a EaD. O que nos unifica?

REFERÊNCIAS

APP-Sindicato repudia declarações de chefe de Núcleo de Educação. <https://appsindicato.org.br/app-sindicato-repudia-declaracoes-de-chefe-de-nucleo-de-educacao/> Acesso em: 28/05/2020.

Ranking dos estados. <http://www.rankingdecompetitividade.org.br/> Acesso em: 25/05/2020.

CAPÍTULO XII

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO PARANÁ: DESAFIOS PARA O MOVIMENTO SINDICAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Acleilton Ganzert

Este texto compreende a minha intenção de esboçar uma análise crítica de aspectos das condições de trabalho dos docentes da rede pública de ensino do estado do Paraná. Para isso, busquei sinteticamente reconstruir a memória das lutas políticas recentes dessa categoria profissional, trazendo para a reflexão as experiências de participação no movimento sindical e o impacto disso na capacidade de organização política dos trabalhadores da educação do estado, sobretudo agora no contexto da pandemia e de realização de trabalho remoto.

Deste modo, uma parte do texto faz referência às experiências das greves e paralisações realizadas a partir de 2015, enquanto outra traz alguns dados sobre as condições de trabalho, sobre o percentual de retorno dos estudantes às atividades propostas pelos professores nas plataformas digitais e, não menos importante, dados a respeito da percepção dos estudantes acerca das aulas disponibilizadas pelo estado no período da pandemia.

O texto não possui nenhuma pretensão acadêmica, servindo muito mais como uma reunião de pistas e indicativos para a análise da realidade. Espero com isso contribuir para o debate e para o entendimento do que se tem vivido na educação pública do Paraná, mas destaco que uma análise de maior fôlego sem dúvida demandaria um tempo e um rigor que o leitor não encontrará aqui.

A ideia de construir um texto a respeito das condições de trabalho dos educadores do Paraná me atormenta há muito tempo. Experimentamos muitas lutas durante o governo Beto Richa, mais especificamente no seu segundo mandato. Violência e precarização das condições de trabalho foram se tornando constantes.

Aquele enorme movimento de resistência experimentado nas greves de 2015 dava a impressão de que tínhamos não apenas a clareza da força de uma categoria esclarecida, ciente de sua capacidade de se colocar à disposição da luta pela manutenção de seus direitos, mas também com a autoestima elevada, altivos. A assembleia com mais de 10 mil educadores em Guarapuava e as várias assembleias com mais de 25 mil educadores realizadas naquele período no estádio da Vila Capanema indicavam uma disposição da categoria para resistir. Creio não ter havido nada parecido em nenhuma outra categoria profissional dentro do mesmo período aqui no Brasil.

No entanto, as negociações em torno da saída da greve de 2015 sinalizaram um momento no qual ficou claro para parte da categoria que havia um engodo naquilo que parecia

ser a proposta aceita pela direção estadual para a reposição das perdas inflacionárias. Após forte pressão da categoria, os deputados chegaram a manifestar publicamente que não colocariam em pauta nenhum projeto abaixo daquilo que os servidores pediam.

As assembleias com mais de 20/25 mil educadores foram sinais ignorados e saímos da greve com uma proposta de reajuste parcelado. De modo grave, desconectados da realidade e do sacrifício da maioria da categoria que se mobilizou nas bases para não aceitar o parcelamento, saímos da greve. Ter disposição para resistir é um alento moral. A saída da greve com um calendário punitivo e a aposta nas promessas fiadas por essa verdadeira casta que é o poder judiciário do estado, somadas ao uso burocrático dos dispositivos regimentais e estatutários, foram lidos com muita clareza pela categoria. Um verdadeiro balde de água fria.

Em 2016, aquilo que hoje se desenha como miséria nas propostas de currículo que vem sendo construídas, era apresentada pelo governo golpista de Temer como reforma do Ensino Médio. A categoria, ainda de ressaca dos mais de setenta dias de greve somados em 2015, ficou a reboque dos estudantes. O movimento, embora inicialmente tivesse contado com iniciativas de fomento do sindicato através das discussões acerca da lei do teto de gastos e da reforma do Ensino Médio, ganhou corpo e autonomia e, arrisco dizer, não respondia a uma única diretriz de ação nem dos próprios estudantes, organizados ou não. Foram mais de mil escolas ocupadas em todo o Paraná. Entramos novamente em greve e o Paraná era, outra vez, expressão da resistência, da disposição para resistir. As discussões no interior das reuniões do Conselho Estadual da APP ficaram marcadas - acho até que gravadas - pela disputa entre os encaminhamentos da direção estadual e os encaminhamentos dos grupos de oposição.

A direção estadual sinalizava para a necessidade de saída da greve, uma vez que o governo havia novamente feito uma promessa de atender a alguns dos itens da pauta mais ampla da categoria. Os encaminhamentos dos grupos de oposição indicavam para a necessidade de se manter em greve, tanto para dar um apoio a luta dos estudantes, como para destacar a importância da categoria pensar em pautas que fossem além dos interesses econômicos e corporativos, mais imediatos, e ficasse, assim, atenta às mudanças de conjuntura política impulsionadas pelo golpe.

Vivi para ver e ouvir dirigente com história no movimento sindical defender literalmente interesses imediatos, argumentando que o que “move a categoria é o bolso”. Isto deve estar gravado. Saímos da greve e pouco tempo depois o movimento das ocupações também perdeu força.

A hora de apontar a direção, de ensinar para um projeto de sociedade e de educação, nosso sindicato optou por se apegar aos interesses corporativos. Posteriormente, quando os ataques às condições específicas de trabalho aqui, no Paraná, exigiam que o sindicato olhasse para nossos interesses corporativos, optou-se por seguir, ainda que apenas formalmente, ao calendário nacional de lutas, desgastando a categoria com “greves nacionais” de um ou dois dias, com prazo para acabar e deixando para que, individualmente, os educadores fizessem a negociação das suas faltas de greve com as direções das escolas.

Hoje, após termos experimentado redução dos salários dos PSS, demissão dos PSS, fechamento de turmas, turnos e escolas, perda da licença especial, redução das horas dedicadas a atividades extraclasse, perdas inflacionárias na ordem de mais de 20%, suspensão das eleições para as direções escolares, etc, a categoria parece em estado de choque e adocece a ritmos galopantes. Nos últimos anos assistimos a mais de dez casos de suicídio entre os educadores do Paraná. É realmente triste e sufocante perceber que jovens professores já estão adoecidos psicologicamente, muitos alimentando o sonho de deixar a educação.

A redução das turmas e das horas extraclasse, além de produzir uma intensificação do volume de trabalho da franja mais estável da categoria, jogou muitos educadores para fora das escolas. Professores que foram trabalhar na informalidade, por conta própria, vendendo doces, pães, roupas, cosméticos, etc. Os processos de precarização que se apresentam como tendências do capitalismo internacional, na lógica das economias financeirizadas, avançam hoje praticamente sem encontrar resistência na nossa categoria.

O impacto da ausência de formação há mais de uma década é, do ponto de vista pedagógico e de valorização profissional, devastador, e só não é maior porque iniciativas de formação, muito significativas, são engendradas pontualmente pelo próprio sindicato, seja através dos grupos de oposição seja através da própria situação (guardadas as devidas diferenças). Há nitidamente um esvaziamento do debate político e pedagógico na educação pública do Paraná.

A chegada da pandemia parece estar acelerando esse processo. Indicadores já apontam para um aumento significativo dos quadros de ansiedade e de depressão na população em geral, em função do próprio isolamento social e da quarentena.

O projeto de EaD do Paraná, construído a partir de demandas empresariais, apesar de se apresentar revestido de tecnologia, reaviva práticas antigas de alienação do trabalho, transformando educadores em tarefeiros, intensificando um processo de estranhamento do trabalho e, conseqüentemente, de adoecimento. Construído de modo vertical, isto é, sem consulta e insensível às muitas particularidades da rede pública e estadual de ensino, o projeto é nitidamente a expressão de um processo de degradação da dimensão intelectual do trabalho docente. As aulas não são planejadas e executadas pelos educadores em geral, mas por um grupo reduzido de educadores selecionados a partir do pagamento de uma hora-aula mais “cara”. As atividades dos demais se restringem a procedi-

mentos formais e burocráticos, de mediador digital, seja na atribuição de notas ou de frequência, seja nas interações nas plataformas disponibilizadas.

Os professores e, de maneira geral, as escolas, já estavam inseridos em uma lógica que opera com o divórcio entre pesquisa e ensino, isto é, já encerrados à dimensão do ensino – como se fosse possível separar as atividades de pesquisa das atividades de ensino. Assim, cada vez mais esses profissionais parecem estar submetidos à lógica da separação entre atividades de planejamento e atividades de execução. Algo quase fordista, muito embora se apresente com uma roupagem tecnológica, digital.

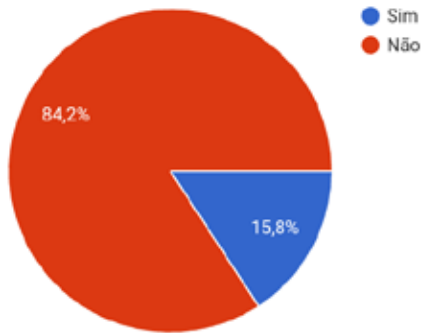
Realizamos de modo independente algumas consultas online a fim de reunir algum material que nos indicasse pistas para esboçar um quadro desse momento aqui no estado. A primeira consulta, organizada com o intuito de reunir informações sobre as condições de trabalho, contou com um pouco mais de 170 formulários. A segunda, organizada para tentar dimensionar o percentual de retorno dos estudantes a partir das atividades propostas na plataforma Google Classroom, teve aproximadamente 600 formulários respondidos. Ambas estiveram restritas aos educadores. A terceira, realizada a partir de um coletivo e em parceria com a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas - UPES, teve quase 3000 formulários respondidos. Todas as três dão conta do fracasso absoluto desse projeto, seja da perspectiva dos estudantes, seja pela ótica dos educadores.

Sobre condições de trabalho:

Figura 1 - Dados sobre condições de trabalho_EaD Paraná

Possui alguma formação em tutoria
EaD?

171 respostas



Fonte: elaboração do próprio autor

Os dados da Figura 1 indicam que 84,2% dos educadores que responderam ao formulário afirmam não ter nenhuma formação em tutoria EaD.

Figura 2 - Dados sobre condições de trabalho_EaD Paraná



Fonte: elaboração do próprio autor

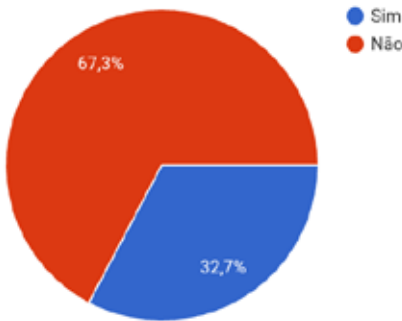
No mesmo sentido, os dados da Figura 2 indicam que 46,8% dos consultados em nossa pesquisa dizem ter pouca ou nenhuma habilidade para desenvolver trabalhos com as ferramentas virtuais.

São dados que saltam aos olhos e, inevitavelmente, levam a seguinte questão: como é possível obter sucesso na implantação de um projeto pedagógico, seja ele qual for, quando a maioria dos professores não tem formação adequada para atuar com suas ferramentas?

Figura 3 - Dados sobre condições de trabalho_EaD Paraná

Você já teve alguma experiência com ensino remoto e/ou EaD anteriormente ao contexto da pandemia?

171 respostas



Fonte: elaboração do próprio autor

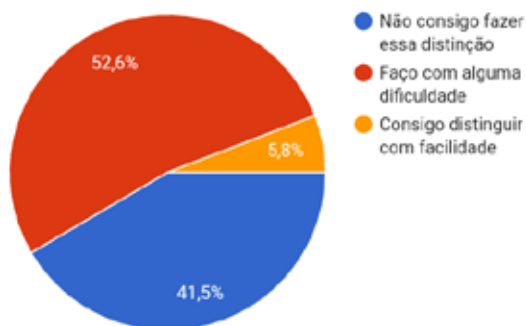
Sem experiência, sem formação e com pouca habilidade para trabalhar nos ambientes virtuais, a implementação do EaD no Paraná, a despeito do bem que a tecnologia poderia trazer, parece ser um instrumento de tortura para os educadores.

A alienação da autonomia dos educadores em relação à dimensão intelectual do trabalho docente, restringindo suas atividades à condição de tarefeiros, certamente contribuirá, como a literatura específica já indica ao longo da história, para o barateamento dessa força de trabalho e, conseqüentemente, para perda relativa de seu poder de barganha.

Figura 4 - Dados sobre condições de trabalho_EaD Paraná

Em regime de tele trabalho e/ou home office, como você tem conseguido fazer a distinção entre tempo de trabalho e atividades pessoais?

171 respostas



Fonte: elaboração do próprio autor

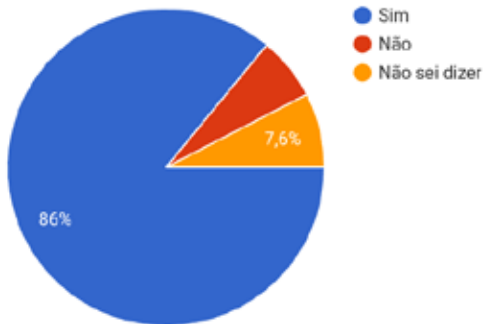
Os dados da Figura 4 dão conta de algo gravíssimo, pois dão sustentação ao entendimento de que há um processo de degradação das condições de trabalho e de vida dos educadores. 94,1% dos educadores que responderam ao formulário dizem ter dificuldades, ou mesmo, de não conseguir fazer a distinção entre tempo de trabalho e atividades pessoais. Como isso será regulamentado? Como é possível transpor para o interior das casas a organização do tempo de trabalho, considerando o ritmo e os horários em que as orientações chegam de modo estonteante via whatsapp e/ou por e-mail? Vale lembrar que por conta da pandemia os CMEIs estão fechados, o que significa dizer que os educadores que possuem filhos nessa faixa

etária estão com as crianças em casa. Para alguém que está trabalhando há algum tempo nas escolas da rede pública de ensino do Paraná, os relatos sobre adoecimento nos grupos de whatsapp são cada vez mais frequentes e, de certa maneira, parecem, em certas ocasiões, até banalizados.

Figura 5 - Dados sobre condições de trabalho_EaD Paraná

Você já sentiu algum desconforto (físico ou mental) em função do ritmo de trabalho nesse contexto da pandemia?

171 respostas

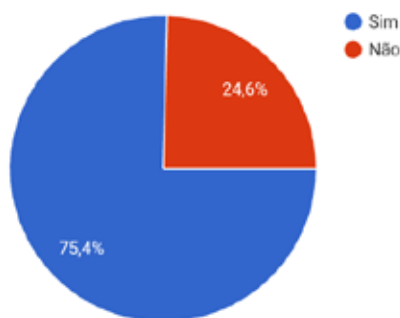


Fonte: elaboração do próprio autor

Figura 6 - Dados sobre condições de trabalho_EaD Paraná

Já teve temor alto ou muito alto de desenvolver algum tipo de distúrbio psicológico e/ou emocional em função do tele trabalho e/ou do home office?

171 respostas



Fonte: elaboração do próprio autor

Mas, se esse processo em um período de relativa normalidade já se traduzia em estresse e medo de ser alcançado pela realidade do adoecimento, no contexto da pandemia parece não se restringir aos educadores, mas também aos estudantes. Observem os dados da Figura 7 que diz respeito à consulta realizada em meio aos estudantes.

Figura 7 - Dados sobre condições de trabalho_EaD Paraná



Fonte: elaboração do próprio autor

Apenas 5% dos estudantes que responderam ao formulário se sentem confiantes diante das aulas e das atividades no projeto de EaD do Paraná. Mais de 90% dos estudantes responderam que se sentem desmotivados, angustiados, ansiosos ou desanimados com a experiência do EaD.

Enquanto expressão de um tipo específico de intelectual, a história dos professores e, de maneira geral, da própria educação, está toda ela emaranhada de práticas de continuidade e de ruptura com um passado de violência, exclusão, marginalização social e de ausência de democracia. Desse modo, não é possível pensar o papel político da educação e do educador, hoje, sem que as práticas sociais dentro das escolas sejam perspectivadas a partir da necessidade de romper com o autoritarismo e a exclusão social. Infelizmente as respostas das direções sindicais não têm conseguido garantir um fortalecimento desse entendimento e, por conseguinte, da organização de uma resistência mais robusta ao que está acontecendo.



Fonte: Cyrillo Oliveira Júnior

POSFÁCIO

DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA, SOBRE ONDE ESTAMOS E ONDE QUEREMOS CHEGAR COMO SUJEITOS DA NOSSA HISTÓRIA

*Bernardo Kestring
Sebastião Donizete Santarosa*

“Não há mal ou bem que dure para sempre”, historicamente este adágio tem se revelado cada vez mais verdadeiro. Isso pode parecer um falso dilema ou um raciocínio maniqueísta e, em certa medida, constitui-se em ambos. Vejamos, por mais plural e heterogênea que seja a nossa compreensão acerca dos fatos históricos, e aqui nos referimos à História pelo menos dos últimos 4 mil anos, desde Heródoto, sempre haverá consensos e dissensos em torno de certos acontecimentos. Porém, a despeito da nossa

avaliação positiva ou negativa, daí o maniqueísmo, nenhum poder, seja ele religioso, econômico, político ou ideológico, durou mais do que o Império Romano, mesmo que longo e ruiu.

Dessa forma, mais recentemente, a História tem evidenciado a ascensão e a queda de modos de produção, de forças religiosas, de projetos políticos, econômicos e ideológicos, os quais duram cada vez menos em tempos líquidos, para mencionar Zygmunt Bauman (1925-2017) e nos remeter aos séculos XX e XXI, o nosso tempo.

É entre permanências e mudanças que os homens e mulheres vão construindo sua história. A própria História, ou seja, a ciência da história e a comunidade científica, tem abandonado o método ultrapassado de que a história da humanidade é resultante da atividade isolada dos deuses, dos heróis, dos governantes, dos grandes homens ou mulheres, quase sempre homens é bem verdade.

Hoje, diferentemente do passado, é notória na bibliografia da área de História, a concepção de que a construção do conhecimento histórico deve considerar uma ampla gama de elementos relacionados à produção humana e, não apenas documentos escritos, ou, de forma ainda mais restrita, os documentos oficiais.

Um dos primeiros críticos dessa pretensão de objetividade e neutralidade na pesquisa histórica foi Karl Marx. Para o pensador alemão, toda produção histórica era resultante de determinações sociais, econômicas e ideológicas, o que tornava insustentável a defesa do estatuto de objetividade e neutralidade pretendida pelo positivismo do momento, ou seja, o século XIX, quando do início do sindicalismo na Europa.

Nessa perspectiva, já no século XX, na década de 1930, a conhecida *Escola dos Annales*²² vai impulsionar a crítica à concepção histórica positivista, passando a compreender o fato histórico não

²² Corrente influenciada pelas concepções críticas de Marx que ganha notoriedade com a publicação da revista francesa *Anais de História Econômica e Social*.

mais como uma forma de verdade irretocável e inquestionável extraída objetivamente dos documentos, mas sim como uma construção do historiador por meio da sua interpretação e de diversos fatores a ela relacionados, tanto do passado como do presente, os quais influenciam diretamente na versão dos fatos a ser apresentada.

Em “O historiador e suas fontes”, Kernal e Tatsch (2017, p. 10) atentam para os limites da concepção positivista de história: “A visão anterior omite a história do documento, ou seja, como determinado grupo e determinada época consideraram que aquela folha estivesse na categoria de verdadeiro documento histórico”.

Nessa perspectiva crítica, a verossimilhança²³ assume o lugar da verdade objetiva e infalível na construção da história. Entretanto, o reconhecimento de que não é possível se atingir uma verdade objetiva e inquestionável na produção da História, não significa a abdicação do compromisso ético e metodológico na busca do conhecimento, o que se alcança também pela Educação.

Foi em meados do século XX, com o advento do movimento conhecido como *Nova História*²⁴, que o conceito de documento e de fonte histórica passou a reconsiderar a importância da literatura, negada pelos positivistas, como também incorporadora da imagem e da cultura material no intento de compreender o processo histórico a partir da coletividade e suas ações encarnadas. Evidentemente, o uso das novas tecnologias, do cinema à internet e aos apps, demanda agora a preocupação com métodos que evitem a perda do rigor na pesquisa histórica, principalmente

²³ A palavra verossimilhança é usada aqui no sentido que lhe foi dado por Aristóteles, quando o filósofo tratou dos problemas da argumentação dialética, a qual se estrutura a partir de argumentos prováveis, chegando a conclusões apenas verossímeis (opiniões geralmente aceitas, por todos, pela maioria ou pelos mais notáveis e ilustres). Aristóteles pretendeu qualificar a argumentação dialética para que ela se constituísse como um raciocínio capaz de seguir as normas do pensamento lógico. Portanto, a dialética tal qual formulada nos *Tópicos* de Aristóteles não pode ser confundida com um discurso sofístico ou falacioso, ludibriador e sem fundamentação, a serviço de interesses escusos. A tese aristotélica sobre a argumentação dialética e da verossimilhança foi retomada e reinterpretada com sucesso no século XX, por Chaïm Perelman, na obra *Tratado da Argumentação – A nova retórica*.

²⁴ A corrente da *Nova História* é considerada herdeira dos *Annales*.

considerando a expansão e o assédio de estratégias sem compromisso com a busca da verdade ou da verossimilhança, como é o caso das *fake news*²⁵ e da pós-verdade²⁶.

Atualmente, para além das preocupações com o apreço e com o compromisso metodológico, muito se tem escrito sobre a importância de considerar as questões regionais no tratamento e na interpretação das fontes. É justamente o reconhecimento das diferenças regionais que abre perspectivas de percepção e de trabalho com diferentes fontes, com consequentes desdobramentos nas dimensões práticas da vida social e subjetiva.

As noções universais são importantes enquanto referências amplas, mas não são suficientes para explicar a pluralidade existente nas diferentes culturas. Trata-se de um problema que também é caro à Filosofia contemporânea, trazido à tona por Deleuze e Guattari (1992) acerca da natureza dos conceitos, e que pode bem contribuir para a compreensão da importância da questão regional na História. *“Toda criação é singular, e o conceito como criação propriamente filosófica é sempre uma singularidade. O primeiro princípio da filosofia é que os Universais não explicam nada, eles próprios devem ser explicados”*.

Nesse sentido, ao tomarmos por referência o conceito de “Universais” tal como o entendemos de Deleuze e Guattari, queremos frisar a negação da existência desses “Universais”, como é feita pelos filósofos aqui citados. Para eles, “Universais” podem ser entendidos como pretensas verdades absolutas, dogmas, essências, meta-discursos que não existem, portanto, os conhe-

²⁵ De acordo com o *Cambridge Dictionary*, o substantivo *fake news*, está relacionado a “histórias falsas que parecem notícias, disseminadas na internet ou usando outras mídias, geralmente criadas para influenciar opiniões políticas ou como uma piada. Há uma preocupação com o poder das notícias falsas de afetar os resultados das eleições”. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/fake-news>. Acesso em: 21 de nov. 2019.

²⁶ Segundo o *Oxford Learner's Dictionary*, o adjetivo pós verdade (*post-truth*) “está relacionado a circunstâncias nas quais as pessoas respondem mais a sentimentos e crenças do que a fatos. Nesta era da política pós-verdade, é fácil escolher dados e chegar a qualquer conclusão que você quiser”. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/post-truth>. Acesso em: 21 de nov. 2019.

cimentos, ou seja, os conceitos que pretendiam tudo explicar não explicam nada, eles próprios precisam ser explicados. Daí “Universais” serem cápsulas vazias, placebos, conceitos desencarnados, destituídos de materialidade sensitiva, pura metafísica.

Dessa forma, entre os Universais, a pós-verdade ou as *fake News*, existe um espaço, um tempo, existe o Mundo da Vida, para lembrarmos de Habermas, especialmente nas obras *Conhecimento e Interesse* (1980a), *Técnica e ciência enquanto “ideologia”* (1980b). É a partir dessa concepção de história e desse conceito de Habermas, Mundo da Vida, que gostaríamos de analisar o tempo presente da Educação Brasileira em tempos de pandemia, seu significado insignificante e os resultados catastróficos para os estudantes, para os profissionais da educação e para toda a sociedade. As políticas públicas dos governos atuais capturam e colonizam o Mundo da Vida, banalizam o conhecimento e destroem o processo de humanização e emancipação do homem. Como disse Marx, “*todas as ciências se encontram aprisionadas a serviço do capital*”.

Se a educação do passado se preocupava com o humano e se constituía em uma educação humanista, hoje essa perspectiva perde terreno, não interessa o ensino que vise desabrochar as faculdades intelectuais, morais e físicas que pretendiam a emancipação plena, um ser completo para o qual o trabalho não era a ocupação exclusiva da vida. Atualmente, a educação na época neoliberal, ao contrário, busca tornar o ser humano socialmente útil, suprimindo toda a utopia de um homem integral como pretendiam já os gregos no período clássico. Eles idealizavam um homem que compreendesse a totalidade do real a sua volta, que participasse da economia e da política sem abandonar a dimensão religiosa, como bem frisou Verner Jaeger na famosa obra *Paidéia*.

O momento presente da educação brasileira e paranaense é de profundo pragmatismo. Estamos as voltas e a flertar com orientação neoliberal desde o início dos anos 90, nacionalmente com Fernando Henrique Cardoso e aqui no estado do Paraná com o alinhamento do governo Jaime Lerner. Houve um arrefecimento

nas investidas dessas políticas durante o governo de Roberto Requião no período entre os anos de 2003 a 2010.

Durante o governo de Roberto Requião, podemos destacar algumas conquistas importantes para a categoria dos educadores aliadas a um conjunto de políticas republicanas para a sociedade paranaense. Em 2002, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva e a consequente derrota do projeto neoliberal pelas urnas, o Paraná se alinhou novamente às políticas nacionais, as quais agora passavam a apontar para novos rumos, na direção da reconstrução do Estado Democrático de Direito. Assim, mesmo ainda de que forma limitada, passamos a construção de projetos políticos que garantiam a realização de concursos públicos para ingresso na carreira docente, o respeito aos planos de carreira e os avanços nos projetos de formação, tais como o PDE. Durante esse período, houve também uma ampla discussão pública dos currículos escolares, a democratização da escola e a recuperação dos salários dos profissionais da educação. Tivemos ainda a conquista da ampliação da hora-atividade e da garantia da reposição anual dos salários, a data-base. Todos esses avanços foram possibilitados pelo aumento de percentual das verbas destinadas à educação durante os dois governos de Roberto Requião (2003 a 2010).

Nas eleições de 2010, entretanto, tivemos o retorno do projeto neoliberal vigente na década de noventa com a eleição do grupo político capitaneado pelo governador Beto Richa, hoje sem mandato político e acusado de inúmeras práticas criminosas. As conquistas dos anos anteriores foram sendo destruídas uma a uma, abandonando-se o projeto de construção da escola democrática de qualidade e a valorização dos profissionais da educação, em favor de gestões centralizadoras e autoritárias, as quais passaram a perseguir e a criminalizar os educadores, subtraindo-lhes direitos e inviabilizando a autonomia pedagógica das unidades escolares.

No ano de 2015, inclusive, tivemos o fatídico dia “29 de Abril”, em que as forças policiais do governo Beto Richa agiram com extrema violência contra manifestantes que demonstravam

resistência ao projeto que destruiria o fundo previdenciário dos servidores públicos do Paraná. Esse foi um governo fortemente marcado por tensões, desrespeito à democracia e à educação pública. O massacre de 29 de abril na Praça Nossa Senhora de Salete, apesar de ter se tornado um símbolo de luta dos servidores, foi também a declaração escancarada de quem era de fato o governo Richa, compromissado unicamente com as reformas liberais, marcadas pela violência, pela truculência e pela utilização da força militar contra os trabalhadores aos quais deveriam proteger. Importante destacar que o primeiro governo Richa (2011-2014), no intuito de obter a reeleição, manteve-se relativamente tímido na implantação dessas medidas. O que mudou drasticamente no segundo governo, de 2015 a 2018, com fortes investidas sobre os direitos dos trabalhadores da educação e dos servidores em geral.

As investidas ultraliberais, entretanto, retornaram com mais força ainda com a eleição de Jair Bolsonaro para Presidência da República e de Ratinho Júnior para Governador do Paraná. Com a chegada de Ratinho ao poder em 2018, o compromisso ultraliberal se aprofundou. Desde seus primeiros atos à frente do governo, já foi possível perceber com clareza a continuidade do projeto neoliberal retomado pela gestão de seu antecessor em 2011. Embora durante a campanha eleitoral as promessas de respeito aos servidores e aos serviços públicos estivessem presente na retórica do então candidato, Ratinho Junior, assim que eleito, optou pela nomeação de um empresário de tecnologias pedagógicas como secretário da Educação, completamente alheio à história de construção da escola pública paranaense. Em seu livro intitulado “Carregando o Elefante”, o secretário Renato Feder deixa muito clara a forma mercadológica como compreende o serviço público e a educação. Sem a menor adesão ou preocupação com a escola pública, a gestão de Feder piorou muito o que já não era bom para professores e estudantes.

O secretário Renato Feder, nos limites estreitos de sua visão mercadológica, reduziu a concepção de educação a noções de ges-

tão empresarial, apresentando ideias e projetos completamente antagônicos às construções teóricas e práticas desenvolvidas nas últimas quatro décadas pela sociedade paranaense, ou seja, a construção de uma escola pública, gratuita, democrática e de qualidade. Desconhecedor dos projetos desenvolvidos em nosso Estado e da natureza humana do processo de ensino-aprendizagem, o atual secretário, sedutor e carismático, requeixa projetos e ideias já amplamente criticados pela pesquisa pedagógica e ineficientes quando aplicados no cotidiano escolar.

No conjunto de ideias e de projetos que vem sendo desenvolvido pelo atual secretário, observamos claramente a visão neoliberal de gestão, a qual trata a educação como produto de mercado, priorizando as avaliações de produtividade, o controle hierárquico em detrimento das práticas democráticas, a redução de investimentos, a retirada de direitos, a redução de salários, as premiações e as punições por desempenho, o estímulo à competitividade, a culpabilização individual dos educadores pelos problemas crônicos apresentados pelo sistema, o fim de concursos públicos, a precarização dos contratos profissionais e a valorização da tecnologia em detrimento da formação humana, entre outros.

Entre essas ideias e projetos, merecem destaque a não reposição salarial de acordo com as perdas inflacionárias, a não obediência da oferta de um terço de horas-atividade aos professores, o fim da licença prêmio, a implantação de sistema de tutoria, o fim de práticas democráticas nas eleições para diretores escolares, a centralidade do programa de avaliação da Prova Paraná, a implantação impositiva um currículo engessado para todas as escolas da rede pública (CREP – Currículo da Rede Escolar Paranaense), a ideia de apostilamento ou de livro didático único, a ideia de realização de provas para professores PSS, a aproximação com entidades do Sistema S e com as pedagogias de projetos, entre outros.

A gestão destrutiva iniciada pelo secretário Renato Feder à frente da Secretaria Estadual de Educação do Paraná agravou-se

sobremaneira com a crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19. Aproveitando-se do grave momento em que vivemos, Renato Feder implantou de forma oportunista um desastroso projeto de aulas remotas no Estado do Paraná.

Os artigos apresentados nesta coletânea, todos eles, de uma forma ou de outra, sob uma ou outra perspectiva, são testemunhos vivos do triste momento por que passa a educação pública do nosso Estado. As práticas de destruição promovidas por Renato Feder no sistema de educação pública, assim como a dramaticidade da crise sanitária em que vivemos, não tem precedentes em nossa história recente. Sequioso por atender aos interesses do mercado, Renato Feder caminha a passos largos na implantação de um projeto cujos estragos serão irreparáveis.

De forma improvisada e autoritária, sem nenhum compromisso com os educadores, com os estudantes e com suas famílias, em total desrespeito à construção histórica e democrática de nosso projeto de educação, Feder implanta um projeto excludente, que, ao mesmo tempo em que nega o acesso e o direito à aprendizagem para milhares de crianças e de adolescentes, também coloca em segundo plano os educadores e sua centralidade no processo de ensino, desvalorizando-os profissionalmente, submetendo-os a um papel subalterno e de fácil descartabilidade.

O momento é de gravidade ímpar. Temos em nosso Estado, à frente da Secretaria Estadual de Educação, um projeto encampado por um empresário que, em sua essência e em sua prática, nega o direito humano fundamental ao ensino e à aprendizagem de qualidade. Cabe aos educadores, aos estudantes, aos dirigentes de entidades representativas, aos membros do Ministério Público do Paraná e a todos os segmentos sociais comprometidos com a construção democrática e com direito de todos à educação de qualidade procurar compreender o que está acontecendo em nosso Estado e se posicionar com firmeza contra esse projeto de destruição. Esse é um imperativo ético da maior relevância diante da história que estamos construindo.

Os desafios são enormes, sem dúvidas. Não podemos, entretanto, cair no engodo de que a história acabou e de que não há alternativa a não ser a submissão fatalista ao projeto imposto. Retomemos os parágrafos iniciais deste texto para reafirmar nossa convicção de que a história da humanidade nos concede o direito à esperança. Esperança de que, por mais intransponíveis que os obstáculos possam nos parecer, a organização dos trabalhadores, a luta organizada, seja nos sindicatos pela conquista de direitos trabalhistas, seja nas lutas espontâneas por pautas mais locais como, a título de exemplo, o trabalho desenvolvido nos últimos trinta anos pela física e ambientalista Vandana Shiva na Índia, organizando pequenos agricultores para salvar e manter um banco de sementes contra a ganância do espírito privatista de empresas que querem a todo custo exterminar essas sementes orgânicas e implantar o sistema de dependência das sementes transgênicas de sua propriedade cobrando royalties altíssimos por isso.

Nesse mesmo sentido das lutas populares em torno de uma pauta coletiva, lembramos também da história dos trabalhadores bolivianos da cidade de Cochabamba que sofriam com a escassez d'água há muitas décadas, oriunda de seu próprio relevo e do descaso dos administradores públicos. Por volta dos anos 2000, os cidadãos enfrentaram e derrotaram os interesses privatistas em relação à água. Diante das dificuldades oriundas dos desejos mercantis de privatização da água, os moradores organizaram uma captação alternativa de água e a população acostumou-se a buscar autonomamente soluções para a escassez. Após uma intensa luta que uniu a população do campo e da cidade, os cochabambinos conseguiram reverter a privatização e revogar a lei que privatizava a água, até mesmo da chuva, um feito inédito na América Latina.

O resultado foi que os trabalhadores herdaram uma empresa com muitos problemas e dívidas, mas não aceitaram a privatização do recurso natural da água. Em particular, essa história de luta na Bolívia pode ser bastante importante para nós no Brasil no momento

em que os governos federal e estaduais retomam o movimento vexatório de privatização dos recursos naturais como a água.

Movimentos espontâneos têm surgido na Europa, nos EUA e no Brasil contra práticas e políticas racistas, fascistas e de destruição ambiental. São pautas coletivas, engendradas por movimentos mais ou menos espontâneos, sem a centralidade de estruturas orgânicas. Movimentos que põem, inclusive, as próprias organizações sindicais históricas em crise, mas que estão crescendo e têm se revelado como práticas eficientes contra certas forças econômicas hegemônicas que pretendem destruir direitos dos trabalhadores. Na França, como exemplo, temos os jovens trabalhadores, homens e mulheres, lutando coletivamente contra os desejos reformistas do governo, luta essa que resultou em adiamento e reconsiderações do governo em propostas de reformas que destruiriam direitos e precarizariam ainda mais as condições de vida de trabalhadores.

Tal como os exemplos citados, acreditamos, e a história nos dá provas, que os sindicatos, e mais especificamente o sindicato dos Professores do Paraná - a APP-Sindicato, nos trouxeram muitas conquistas por meio da organização da luta coletiva dos trabalhadores. Sem ignorar a crise generalizada pela qual passam nossos sindicatos, crises financeiras, identitárias e de representação, inerentes ao sindicalismo fisiológico e de resultados, devemos olhar pelo retrovisor da história e verificar as inúmeras conquistas da luta dos trabalhadores organizados, nutrindo, assim, a certeza da necessidade de nos fortalecer na esperança de que podemos e devemos assumir a história em nossas mãos, por mais árdua que possa parecer a luta. Na verdade, não há sofrimento maior do que o fatalismo e a submissão à ordem desumana que nos é imposta. .

A despeito de todos os problemas apresentados, confiamos que o sistema econômico ultraneoliberal, por maior que seja a sua ânsia e força de colonização do Mundo da Vida, por mais alinhados que estejam a ele os projetos políticos dos atuais governos, tanto no âmbito federal quanto estadual, a vida jamais se deixará

colonizar e se reduzir ao sistema, projeto ou modo de produção desumano que procura se impor. Como educadores que somos, trabalhamos para isso, nos organizamos e somos esperançosos, nutrimos a certeza de que a sociedade logo perceberá a importância da educação e se unirá a nossa luta contra esse projeto reducionista, em sua forma e em seu conteúdo, na finalidade que querem nos obrigar os atuais governantes.

RESISTIREMOS!

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. São Paulo. Zahar. 2007.
- BOSCHI, Caio César. *Por que estudar História?* São Paulo: Ática, 2007.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- HABERMAS, Jurgen. *Conhecimento e interesse*. São Paulo: Abril Cultural, 1980a. Os Pensadores.
- _____. *Técnica e Ciência enquanto "Ideologia"*. São Paulo: Abril Cultural, 1980b. Os Pensadores.
- JAEGER, Verner. *Paidéia: A formação do homem grego*. São Paulo. Martins Fontes. 1986.
- (organizadora). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra da. *Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan./dez. 1994
- PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (organizadoras). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2017.
- REIS, José Carlos. *História e teoria; historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

CURRÍCULO RESUMIDO DOS(AS) AUTORES(AS)

Acleilton Lucio Ganzert Filho

É mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e professor de sociologia na rede pública de ensino do Paraná.

Adriana Pellanda Gagno

É psicóloga, mestra em Psicologia e doutora em Educação pela UFPR. Professora de Psicologia no IFPR *Campus* Curitiba. Coordenou o Núcleo Paraná da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) de 2007 a 2014. Coordena o Núcleo de Curitiba da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Colaboradora da Comissão de Psicologia e Educação do CRP-PR.

Amanda Lays Monteiro Inacio

É psicóloga e mestra em Educação pela UEL, doutoranda em Psicologia (USF). Psicóloga clínica, professora colaboradora de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina e da Faculdade

Tecnológica do Vale do Ivaí. Colaboradora das Comissões de Avaliação Psicológica e Psicologia e Educação do CRP-PR.

Ana Paula Noffke

É Pedagoga, graduada pela Universidade Paranaense (UNIPAR), em 2005. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em 2017. Lecionou na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental de 2007 a 2015. Em 2012 ingressou na rede estadual de educação, em seu primeiro concurso, como professora pedagoga. Em 2015 assumiu o segundo concurso para o mesmo cargo. Atualmente trabalha nas equipes pedagógicas dos Colégios Estaduais Jardim Consolata e Jardim Interlagos, no município de Cascavel.

Bernardo Kestring

É graduado em Filosofia e mestre em Educação; Professor de história da rede pública do Paraná; Professor do Centro Universitário Autônomo do Brasil - UniBrasil; Membro do NESEF/UFPR - Núcleo de estudos sobre o ensino de filosofia e do coletivo APP Independente; Diretor do Núcleo sindical Curitiba Norte e do SINPES - Sindicato do ensino superior de Curitiba e região metropolitana.

Claudia Gallert

É licenciada em Pedagogia pela Unioste-Foz do Iguaçu e Mestre em Educação pela Unioeste-Cascavel. Foi professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede municipal de Foz do Iguaçu e pedagoga na rede estadual do Paraná. Atualmente é pedagoga no IFPR-Cascavel.

Daniela Fernandes da Silva

É professora de Filosofia da rede pública do Estado do Paraná. Formada em Filosofia e com especialização em História e Filosofia da Ciência pela Universidade Estadual de Londrina

Geraldo Balduino Horn

É graduado em Filosofia, especialista em Antropologia Filosófica, mestre em Educação (UFPR) e doutor em Filosofia da Educação pela USP. Professor Associado IV do Departamento de Teoria e Prática de Ensino da UFPR (Universidade Federal do Paraná). Atua com as disciplinas de Metodologia e Prática de Ensino de Filosofia no curso de Filosofia e com Seminários de Educação Filosófica no PPGE-UFPR. É coordenador do NESEF (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino de Filosofia/Educação Filosófica – UFPR). É Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq “Ensino de Filosofia/Educação Filosófica”. E-mail: gbalduino@gmail.com.br.

João Batista Martins

É psicólogo (FMU), mestre em Antropologia Social (UFSC) e doutor em Educação (UFSCar). Pós-doutorado em Educação (UnB) e em Psicologia (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP-Assis. Colaborador da Comissão de Psicologia e Educação do CRP-PR.

Josiene Cruz

É professora Pedagoga e de Educação Especial da Rede Estadual de Educação do Estado do Paraná, formada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá, especialista em Educação Especial pela Faculdades Integradas do Vale do Ivaí, em Gestão Escolar pela Universidade Estadual Centro-Oeste e ainda Especialista em Educação, Técnicas e Métodos de Ensino pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Hoje integra o Coletivo APP Independente.

Karina Furlanete

É professora de Ciências da Natureza da rede pública estadual do Paraná. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Londrina. Possui mestrado e doutorado em Biologia Vegetal pela Universidade Estadual de Campinas e mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Londrina.

Luiz Carlos Paixão da Rocha

É licenciado em Letras pela Universidade Federal do Paraná, Pós-Graduado em Organização do Trabalho Pedagógico pela UFPR, Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa “Políticas e Gestão em Educação” pela UFPR. O tema da sua dissertação foi “Políticas afirmativas e a Lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais contemporâneas”. Professor da rede estadual desde 1992. Atualmente exerce cargo de diretor executivo da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Mariita Bertassoni da Silva

É psicóloga (PUC-PR) e mestra em Educação (UFPR). Foi professora de Psicologia na PUC-PR, UP e UTP. Atualmente atua como psicóloga autônoma. Colaboradora da Comissão de Psicologia e Educação do CRP-PR.

Paula Gerez Robles Campos Vaz

É professora de Língua Portuguesa da rede pública estadual do Paraná. Formada em Letras. Mestre em Literatura pela Universidade Estadual de Londrina.

Pedro Braga Carneiro

É psicólogo (UFPR) e mestre em Planejamento e Governança Pública (UTFPR). Especialista educacional no Grupo Marista. Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (2019-2022). Coordenador da Comissão de Psicologia e Educação do CRP-PR.

Pedro Eloi Rech

É formado em Filosofia e é mestre em História e filosofia da educação pela PUC/SP. Foi professor da rede pública estadual na disciplina de história. Foi dirigente da APP-Sindicato de 1993 a 1998. Hoje integra o coletivo de formação da APP Independente.

Rogério Nunes da Silva

É professor de Sociologia da rede pública estadual do Paraná. Formado em Ciências Sociais e Direito. Mestre em Sociologia pela

UEL/PROFSOCIO. Atualmente é secretário de assuntos jurídicos no núcleo sindical de Londrina/APP Sindicato.

Rogério Rech

É professor de Matemática e Estudo Orientado pela SEED-PR. Professor de Matemática da Faculdade de Ampére (FAMPER). Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Membro do grupo que estuda a subversividade de Paulo Freire na América Latina. Representante de Base pela APP Independente no Núcleo Regional de Francisco Beltrão - PR. Aluno do pós-doutorado da Faculdade de Educação - FE da Universidade de Campinas (Unicamp).

Romeu Gomes de Miranda

É graduado em Letras- Inglês- PUC- Paraná+ 1972; mestre em Filosofia da Educação-PUC- S. Paulo - 1983 a 1986; foi Presidente da APP- Sindicato- 1996 a 2002; foi Presidente do Conselho Estadual de Educação- 2006 a 2011. Hoje integra o coletivo de formação da APP Independente

Sebastião Donizete Santarosa

É professor de Língua Portuguesa do Colégio Estadual Professora Edithe em Campo Largo, mestre em Linguística pela UFPR, integra o coletivo de formação da APP Independente.

Silmara Quintino

É Socióloga e Mestra em Sociologia pela UFPR, professora de Sociologia da rede pública há 25 anos.

Thaís Catharin

É professora de Arte da rede estadual de ensino do Paraná, bacharel e licenciada em Dança pela FAP, especialista em Arte na Educação e Naturoterapeuta pela Faculdades Integradas Espírita.

ÍNDICE REMISSIVO

A

APP-Sindicato 20, 43, 50, 52,
67, 99, 172, 197, 202
assédio moral 86
atividades remotas 13, 14, 15,
30, 32, 34, 39, 86, 134
Aulas não presenciais 2, 3, 9,
36, 41, 72, 103, 111, 112
aulas online 49, 98, 135, 169
aulas remotas 31, 37, 38, 39,
40, 41, 42, 43, 44, 45, 46,
47, 48, 49, 51, 52, 134,
159

C

coletivo APP-Independente 45
condições de trabalho 16, 27,
92, 99, 125, 136, 148,
150, 153, 173, 174, 178,
179, 180, 181, 182, 183,
184, 185

Conselho Estadual de Educação
40, 41, 43, 46, 72, 83, 93,
108, 110, 114, 139, 203
Conselhos Escolares 46
Covid-19 10, 13, 15, 17, 19, 30,
32, 34, 39, 49, 106, 136,
160

D

direito à educação 29, 30, 39,
45, 46, 85, 87, 90, 101,
116, 170

E

educação em tempos de pan-
demia 10, 33
ensino a distância 30, 31, 44,
92, 114, 122, 125, 134
ensino-aprendizagem 38, 46,
48, 51, 52, 53, 91, 100,
104, 106, 161, 168, 194

exclusão educacional 29, 31,
38, 49, 50
exclusão social 142, 143, 185

F

formação de professores 127
formação humana 11, 18, 20,
21, 194
formação política 69
funcionários e funcionárias da
educação 37

H

home office 13, 14, 123, 125,
154, 155

M

movimento sindical 10, 33,
173, 176

O

organização do trabalho peda-
gógico 38, 52, 53

P

pandemia 2, 3, 5, 9, 10, 13, 15,
16, 29, 30, 31, 32, 33, 37,
39, 40, 41, 44, 45, 47, 49,
50, 52, 54, 67, 68, 71, 76,
77, 82, 87, 89, 93, 97, 99,
106, 108, 109, 110, 112,
113, 114, 115, 116, 120,
126, 133, 135, 136, 137,
138, 139, 146, 154, 155,
157, 159, 160, 161, 168,
169, 172, 173, 174, 177,
182, 184, 191, 195

Paulo Freire 9, 29, 30, 70, 76,
77, 78, 79, 80, 81, 82, 83,
203
pedagogia da correspondência
30, 76
precarização da escola pública
10, 32
precarização do trabalho 33
Precarização do trabalho 10,
33, 173
projeto pedagógico 28, 180

R

relato de experiência 10, 32
resistência 5, 20, 28, 29, 31, 33,
166, 174, 175, 177, 185,
193

S

saúde mental 47, 98, 113, 114,
169
Secretaria de Educação do
Paraná 15

Este livro foi composto em
Gentium Basic 11 pt pela Platô Editorial.

www.platoeditorial.com

As análises e as abordagens históricas, filosóficas, sociológicas e pedagógicas que você encontra neste livro são o resultado de reflexões produzidas por professoras e professores que há anos atuam na educação – especialmente com o ensino médio –, e lutam por um ensino gratuito, leigo, público, de qualidade e socialmente referenciado. Este projeto editorial se inscreve nesse espírito do trabalho coletivo e da luta por um mundo melhor em que “vidas importam”. Nasce em meio à crise do modelo capitalista de produção em tempos de pandemia do Covid-19. Nasce dos problemas gerados pelo *modus operandi* do sistema econômico brasileiro concentrador de renda e ao mesmo tempo dependente e aliado ao sistema financeiro e produtivo de exploração máxima do trabalho humano. Os textos, a partir de diferentes perspectivas críticas sobre o problema do ensino EaD e das atividades remotas implementadas pela Secretaria de Educação do Paraná desde o dia 6 de abril de 2020, retratam os impactos negativos que a política educacional paranaense dos últimos anos – em especial, do atual governo – vem causando à atuação dos professores(as) e à formação dos(as) estudantes.

Geraldo Balduino Horn



**Platô
Editorial**